

PLANO DE ACESSIBILIDADE DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UFAC 2026-2029

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE



UM ESPAÇO
ACESSÍVEL
É UM ESPAÇO
PARA TODOS



INCLUSÃO
COMEÇA
COM
RESPEITO



DEDICATÓRIA

Dedicamos este Plano às pessoas com deficiência, às pessoas neurodivergentes, às pessoas com mobilidade reduzida e a todos aqueles que, ao longo de sua trajetória acadêmica, profissional ou cidadã, enfrentaram barreiras que limitaram seu acesso, sua permanência, sua autonomia ou sua plena participação nos espaços da Universidade Federal do Acre.

Dedicamos, também, aos estudantes, servidores, trabalhadores terceirizados, familiares, profissionais de apoio, gestores e membros da comunidade universitária que contribuem, cotidianamente, para a construção de uma instituição mais acessível, segura, inclusiva e sensível à diversidade humana.

Dedicamos, ainda, este Plano às pessoas com deficiência que sonham em ingressar na universidade pública, para que encontrem na Ufac um ambiente planejado segundo os princípios do desenho universal, capaz de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação plena, o desenvolvimento acadêmico e a conclusão de sua trajetória formativa com autonomia, segurança e dignidade.

Que este Plano represente não apenas um instrumento técnico de planejamento e gestão, mas também a reafirmação do compromisso institucional da Ufac com a dignidade da pessoa humana, a eliminação de barreiras, a igualdade de oportunidades e o direito de todas as pessoas de vivenciarem plenamente a universidade pública.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos à Administração Superior da Universidade Federal do Acre, na pessoa da Magnífica Reitora, Prof^a. Dr^a. Margarida de Aquino Cunha, pelo apoio institucional à construção do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac, reconhecendo a relevância estratégica da acessibilidade, da inclusão e da segurança para o desenvolvimento da Universidade.

Agradecemos, igualmente, à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre – Fundape, pelo apoio à execução do projeto “Ufac em Ação: Acessibilidade, Inclusão e Segurança”, contribuindo para a viabilização das atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias à elaboração deste Plano.

Com particular reconhecimento, agradecemos à Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, unidade na qual o projeto “Ufac em Ação: Acessibilidade, Inclusão e Segurança” encontra-se cadastrado, pelo suporte de gestão, acompanhamento e contribuição para a organização das ações que subsidiaram a elaboração deste documento.

Também registramos nosso agradecimento à Prefeitura do Campus – Prefcam, pela parceria estratégica na construção do Plano, especialmente no que se refere às informações, articulações e subsídios relacionados à infraestrutura física da Universidade, essenciais para a compreensão dos espaços, das demandas existentes e dos desafios associados à acessibilidade, à inclusão e à segurança nos ambientes universitários.

Merece menção destacada o Núcleo de Apoio à Inclusão – NAI, pela relevante contribuição ao processo de elaboração deste Plano, sobretudo no apoio aos agendamentos e à realização das escutas qualificadas com pessoas com deficiência, no compartilhamento de informações institucionais e na colaboração técnica para a compreensão das demandas de acessibilidade, permanência e participação plena no ambiente universitário.

Manifestamos nosso reconhecimento a todos os membros da equipe do projeto “Ufac em Ação: Acessibilidade, Inclusão e Segurança”, cuja dedicação tornou possível a elaboração deste Plano. O trabalho desenvolvido pela equipe, por meio de levantamentos, análises técnicas, diagnósticos, organização de dados, formulação de propostas e sistematização das informações, constitui contribuição fundamental para o planejamento institucional da acessibilidade física da Ufac.

Agradecemos, ainda, às demais pró-reitorias, unidades acadêmicas e administrativas, aos servidores, estudantes, trabalhadores terceirizados e demais colaboradores que contribuíram, direta ou indiretamente, para o levantamento de informações, validação de dados, identificação de demandas e consolidação deste documento.

Este Plano resulta de um esforço coletivo e reafirma o compromisso institucional da Ufac com a construção de uma universidade pública mais acessível, democrática, segura e comprometida com a dignidade de todas as pessoas.



Universidade Federal do Acre

Reitora

Margarida de Aquino Cunha

Vice-Reitor

Josimar Batista Ferreira

Pró-Reitora de Graduação

Ednaceli Abreu Damasceno

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Margarida Lima Carvalho

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Carlos Paula de Moraes

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Isaac Dayan Bastos da Silva

Pró-Reitor de Administração

Marcello José Ferreira da Cruz

Pró-Reitor de Planejamento

Alexandre Ricardo Hid

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Filomena Maria Oliveira da Cruz



Equipe de Elaboração

Antonio Artheson Silva da Cruz (Coordenador)

Dailton Albuquerque de Farias (Vice-Coordenador)

Ábida Silvestre Ferreira

Alex Souza Mello

Gabriel Ronei Farias de Lima

Gustavo Silva de Farias

Jeferson Silva de Souza

Jorge Luiz dos Santos Silveira

Luís Paulo Freitas da Cruz

Nayara Lima Mendes

Paulo Roberto de Lima Mendes

Zeneide da Mota Pinheiro

Colaboradores

Everton Fidelis da Silva

Nattércia Lima Damasceno

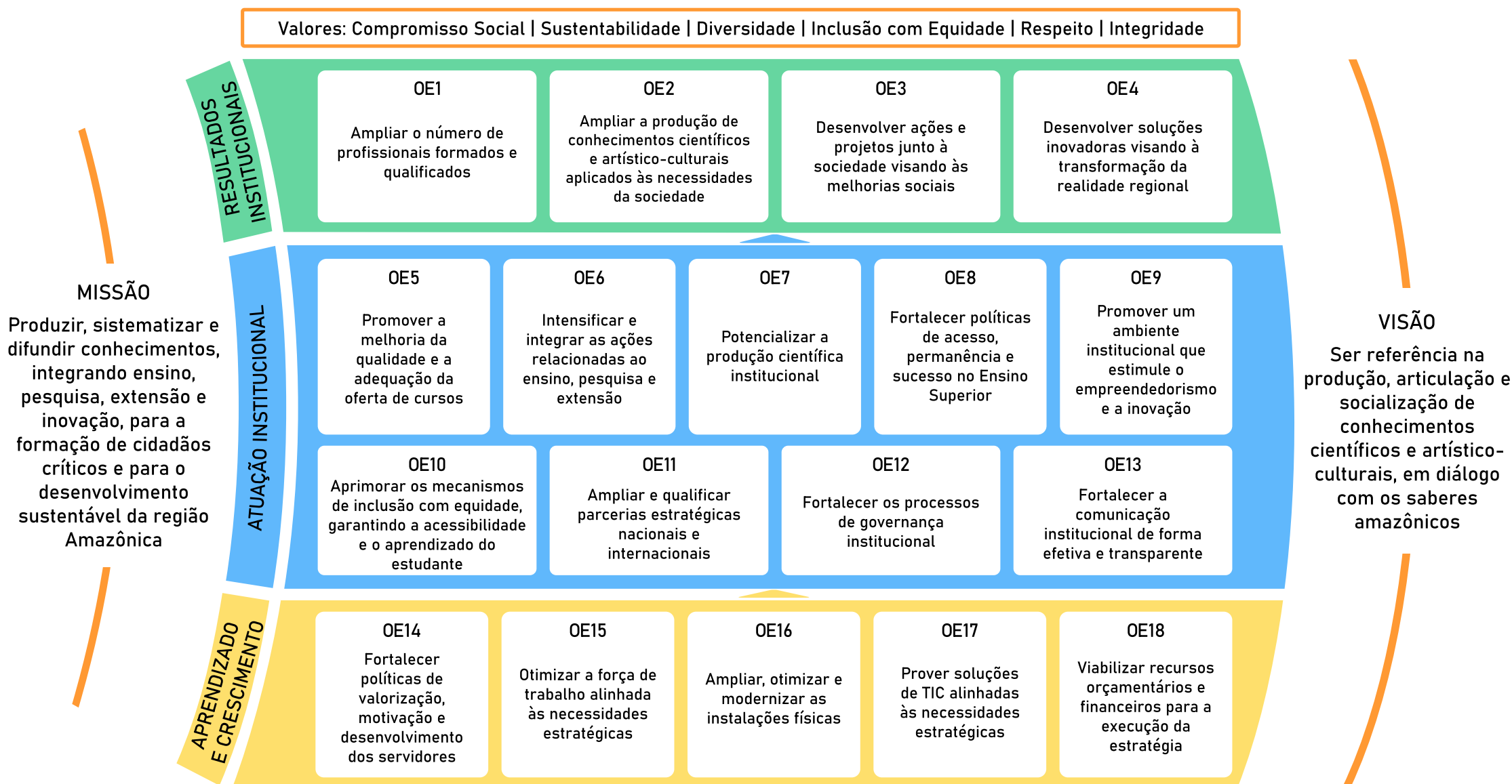
Tone Eli da Silva Roca

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	08
1.1 Público-alvo.....	11
1.1.1 Discentes.....	12
1.1.1.1 Graduação.....	12
1.1.1.2 Pós-Graduação.....	12
1.1.1.3 Colégio de Aplicação.....	13
1.1.2 Servidores.....	14
1.2 Fundamentos legais do plano.....	16
2 DIRETRIZES E OBJETIVOS.....	19
2.1 Diretrizes.....	20
2.2 Objetivos.....	20
2.2.1 Objetivo geral.....	20
2.2.2 Objetivos específicos.....	20
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 Levantamento técnico em campo.....	23
3.1.1 Dimensão do levantamento técnico realizado.....	25
3.2 Participação social.....	25
3.2.1 Rodas de conversa.....	25
3.2.1.1 Demandas de discentes com deficiência visual.....	27
3.2.1.2 Demandas de discentes com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	28
3.2.1.3 Demandas de discentes com deficiência intelectual.....	28
3.2.1.4 Demandas de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	29
3.2.1.5 Demandas de discentes com deficiência auditiva.....	29
3.2.2 Resultados do questionário institucional.....	29
3.2.3 Principais problemas identificados.....	30
3.2.3.1 Barreiras físicas e estruturais.....	30
3.2.3.2 Gestão e uso do espaço.....	31
3.2.3.3 Desafios sensoriais e cognitivos.....	31
3.3 Consolidação e análise dos dados.....	31
4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL.....	32
4.1 Panorama geral.....	33
4.2 Análise por sistema avaliado.....	35
4.2.1 Vagas PcD, sinalização e dimensionamento.....	36
4.2.2 Rampas externas e calçadas.....	41
4.2.3 Escadas, rampas internas e elevadores/plataformas.....	48
4.2.4 Portas principais com largura ≥ 80 cm e maçanetas acessíveis.....	54
4.2.5 Área de manobra em frente às portas.....	57
4.2.6 Corredores com largura ≥ 120 cm livres de obstáculos.....	62
4.2.7 Sanitário acessível com barras de apoio e dimensões adequadas.....	65
4.2.8 Pias e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis.....	71
4.2.9 Mesas, balcões e mobiliários com altura adequada.....	75
4.2.10 Bebedouros acessíveis a cadeirantes.....	80
4.2.11 Sinalização tátil no piso em rotas acessíveis.....	83
4.2.12 Sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga.....	87
4.2.13 Rotas de fuga acessíveis e livres de barreiras.....	92
4.2.14 Alarmes visuais e sonoros em áreas comuns.....	96
4.3 Síntese dos resultados dos sistemas.....	100
4.3.1 Impacto na autonomia e no uso cotidiano dos espaços.....	101
4.3.2 Síntese das não conformidades críticas de segurança e acesso estrutural.....	101
4.3.3 Síntese final.....	102
4.4 Necessidades complementares.....	102
4.4.1 Espaços de acolhimento e regulação sensorial.....	102
4.4.2 Mobilidade acessível nos campi.....	103
4.4.2.1 Acessibilidade do anel viário interno.....	105
4.4.2.2 Rotas acessíveis integradas.....	110
5 VIABILIDADE DAS INTERVENÇÕES.....	114
5.1 Critérios para avaliação das intervenções.....	115
5.1.1 Criticidade.....	115
5.1.2 Número de usuários afetados.....	115
5.1.3 Complexidade técnica da intervenção.....	116
5.1.3.1 Serviços de engenharia.....	116
5.1.3.2 Obras.....	117
5.1.4 Impacto do custo estimado.....	118
5.2 Matriz de viabilidade de execução.....	118
5.2.1 Escalas de avaliação por critério.....	118
5.2.2 Estrutura de avaliação e pesos.....	118

5.3 Classificação por nível de viabilidade.....	119	7.9.10 Instalação de sanitários acessíveis.....	182
5.4 Matriz dos sistemas avaliados.....	120	7.9.11 Mobilidade acessível.....	182
5.4.1 Interpretação da aplicação.....	122	7.9.12 Espaços de acolhimento/Jardim sensorial.....	182
6 PLANO DE AÇÃO.....	123	7.9.13 Vagas PcD.....	182
6.1 Primeiro ano - 2026.....	125	7.9.14 Corredores e portas.....	183
6.1.1 Sugestões de intervenções.....	127	7.9.15 Bebedouros acessíveis.....	183
6.2 Segundo ano - 2027.....	145	7.9.16 Outros equipamentos acessíveis.....	183
6.2.1 Sugestões de intervenções.....	147	8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	184
6.3 Terceiro ano - 2028.....	162	8.1 Indicador de monitoramento.....	185
6.3.1 Sugestões de intervenções.....	164	8.1.1 Percentual de intervenções realizadas.....	185
6.4 Quarto ano - 2029.....	171	9 GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE.....	186
7 ESTIMATIVA DE CUSTOS.....	173	9.1 Instâncias institucionais de atuação.....	187
7.1 Estimativa de intervenções para adequação da acessibilidade.....	174	9.2 Execução e fiscalização qualificada.....	188
7.2 Considerações gerais.....	174	9.3 Acessibilidade em novas obras, reformas e ampliações.....	188
7.3 Diretrizes das intervenções.....	174	9.4 Integração com o planejamento institucional.....	189
7.4 Premissas orçamentárias e referências de custo.....	174	9.5 Monitoramento e revisão do plano.....	189
7.5 Estimativa geral de custos por sistema de acessibilidade.....	174	9.6 Transparência e participação social.....	189
7.6 Distribuição por viabilidade.....	175	REFERÊNCIAS.....	191
7.7 Programação por exercício do plano de ação.....	176	ANEXOS.....	192
7.7.1 Plano de ação 2026.....	176		
7.7.2 Plano de ação 2027.....	177		
7.7.3 Plano de ação 2028.....	177		
7.7.4 Plano de ação 2029.....	178		
7.8 Resumo geral por exercício.....	179		
7.9 Memorial descritivo dos serviços incluídos nas estimativas.....	179		
7.9.1 Rotas de fuga acessíveis.....	179		
7.9.2 Passarelas completas acessíveis.....	179		
7.9.3 Rampas externas.....	180		
7.9.4 Rampas internas.....	180		
7.9.5 Escadas.....	180		
7.9.6 Sinalização tátil.....	180		
7.9.7 Anel viário.....	181		
7.9.8 Sinalização visual.....	181		
7.9.9 Adequação de sanitário acessível.....	181		

Mapa Estratégico 2024-2033



Legenda
OE: Objetivo Estratégico
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação

Validado em 14 de setembro de 2023

Fonte: PGE 2024-2033

01 APRESENTAÇÃO

O Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Universidade Federal do Acre (Ufac) é o documento institucional que define como a Universidade irá melhorar seus espaços entre 2026 e 2029. O objetivo principal é eliminar as “barreiras”,¹ ou seja, qualquer obstáculo físico que impeça alguém de circular livremente nos prédios e áreas comuns da instituição.

A execução deste plano ocorre em conjunto com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029 e com o Planejamento e Gestão Estratégica (PGE) 2024-2033.¹ O documento contempla todos os espaços da universidade, incluindo prédios de aulas e administrativos, além de áreas de convivência, laboratórios, bibliotecas, restaurantes universitários, moradias estudantis e centros de cultura e esporte.

Conforme o Plano de Gestão Estratégica (PGE) 2024–2033, a missão da Ufac consiste em produzir, sistematizar e difundir conhecimentos por meio da integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica. Nesse sentido, a acessibilidade é fundamental. Isso acontece porque o compromisso com a inclusão deve estar presente em todos os momentos da vida na universidade. Isso inclui desde a entrada do estudante, o tempo em que ele estuda e vive no campus, até o momento em que ele se forma.²

Reconhecendo a centralidade da temática, a instituição incorporou, entre seus compromissos estratégicos, o Objetivo Estratégico nº 10, que visa aprimorar os mecanismos de inclusão com equidade, garantindo a acessibilidade e o aprendizado

Figura 2 - Equipe Ufac em Ação.



Fonte: Equipe técnica (2026)

dos estudantes, e o Objetivo Estratégico nº 16, voltado à ampliação, otimização e modernização das instalações físicas da instituição³. Este último tem como indicador o Índice de Avanço da Infraestrutura de Acessibilidade (IA-Ac). Desse modo, o plano representa um avanço institucional no cumprimento de seus objetivos estratégicos.

A acessibilidade, portanto, além de constituir uma exigência legal, configura-se como um eixo estratégico prioritário, integrando-se aos valores que norteiam a Ufac: compromisso social, sustentabilidade, diversidade, inclusão

¹ De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos.

² A inclusão no ensino superior exige que a instituição garanta não apenas o acesso, mas as condições necessárias para que o estudante permaneça e conclua seus estudos, pois “a acessibilidade é o que permite a autonomia e a participação social da pessoa com deficiência” (Brasil, 2015, p. 2).

³ A equidade na educação superior significa oferecer apoios específicos para que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso, pois “a inclusão não prevê o ajuste das pessoas ao sistema, mas a transformação do sistema para acolher a todos” (Mantoan, 2003, p. 16).

com equidade, respeito e integridade.⁴

Como forma de viabilizar a construção do presente plano, a Universidade instituiu o Projeto de Desenvolvimento Institucional intitulado “Ufac em Ação: Acessibilidade, Inclusão e Segurança”, desenvolvido por equipe técnica no período de agosto de 2025 a julho de 2026.⁵

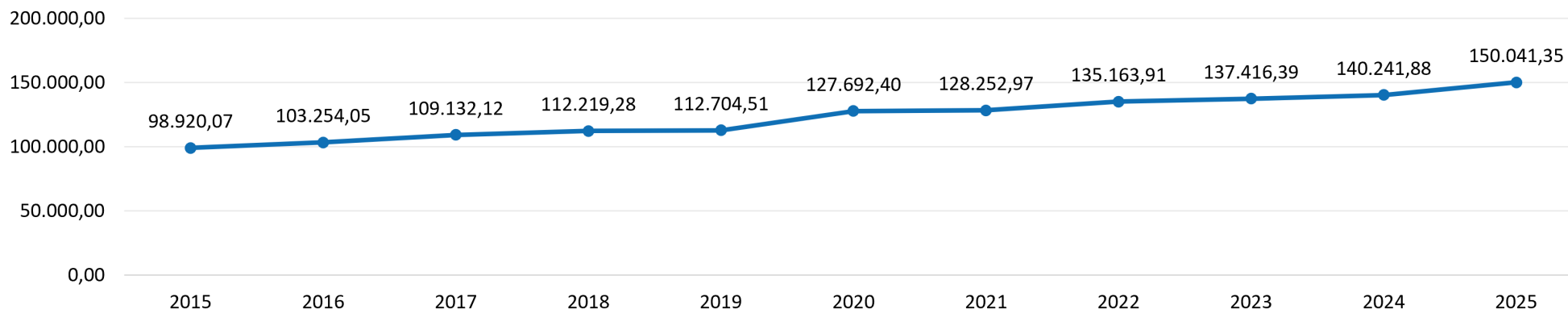
Assim a Universidade assume que a infraestrutura acessível é condição fundamental para a efetivação da inclusão em todas as dimensões da vida universitária. Ela favorece o acesso de estudantes com deficiência aos diferentes espaços acadêmicos, promove condições adequadas de trabalho para servidores com deficiência e amplia a participação de toda a comunidade em atividades culturais, esportivas e científicas realizadas nos campi.

Ao adotar o princípio do desenho universal, a Ufac assegura que seus

ambientes sejam planejados para atender a todos, beneficiando não apenas as pessoas com deficiência (PcD), mas também idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida temporária e toda a comunidade que interage cotidianamente com a Universidade.⁶

A trajetória de expansão da Ufac é marcada pela ampliação de sua infraestrutura física em mais de 50% na última década, distribuídos entre salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios, espaços administrativos, esportivos e culturais. Essa ampliação é resultado da criação de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação, bem como da intensificação das atividades de pesquisa e extensão. Esse crescimento trouxe consigo o desafio de adequar estruturas antigas e novas aos padrões atuais de acessibilidade, inclusão e segurança.

Figura 3 - Evolução da área física construída (m²).



Fonte: Relatório de Gestão (2025)

⁴ Os valores institucionais devem se traduzir em ações concretas de acessibilidade, pois “a ética da inclusão pressupõe o reconhecimento da dignidade humana e a eliminação de todas as formas de discriminação e exclusão” (Rios, 2011, p. 84).

⁵ O planejamento institucional voltado à acessibilidade requer a atuação de equipes multidisciplinares, pois “a complexidade das barreiras espaciais exige uma análise técnica que combine conhecimentos de arquitetura, engenharia e educação especial”. Dischinger, Marta. Manual de acessibilidade espacial para escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2012. p. 45.

⁶ O Desenho Universal visa criar produtos e ambientes que possam ser utilizados pelo maior número de pessoas possível, sem a necessidade de adaptações, pois “a acessibilidade deve ser concebida como um atributo essencial do espaço, garantindo o uso seguro e autônomo para todos” (Cambiella, 2017, p. 28).

O tamanho da área construída da universidade, mostrado na Figura 3, revela um grande desafio. Como os prédios são espalhados horizontalmente, é necessário um planejamento detalhado para realizar as melhorias propostas.

Cumprir destacar que, por se tratar de uma instituição federal de ensino superior, a Ufac está intrinsecamente submetida às oscilações das políticas macroeconômicas e às diretrizes do Governo Federal para o financiamento da educação pública, dependendo totalmente de recursos da União para seu funcionamento, manutenção e desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como para implementar políticas educacionais previstas pelo Ministério da Educação, em especial as voltadas para inclusão e permanência de estudantes.

Ao longo do tempo, o recurso orçamentário destinado a obras e reformas (orçamento de capital) é o que mais sofre quando há cortes de gastos pelo governo. Como o orçamento para investimentos é muito pequeno, a direção da Ufac precisa buscar constantemente recursos extras com os deputados e senadores da Bancada Federal e com o Governo Federal.

Essa volatilidade na destinação de recursos impõe desafios significativos ao cronograma de execução das intervenções propostas, exigindo constante adaptação à realidade orçamentária anual da universidade.

Nesse cenário, a criação deste Plano de Acessibilidade mostra o esforço da Ufac em garantir que todos os estudantes, professores, técnicos e visitantes, tenham uma universidade mais justa e acessível. Com

este plano, a Ufac espera se tornar uma referência em acessibilidade na região, reafirmando seu papel na transformação da sociedade.⁷

1.1 Público-Alvo

O Regimento Geral da Ufac, em conformidade com seu Estatuto, estabelece que a comunidade acadêmica é composta por docentes, técnicos administrativos e discentes. Contudo, para uma compreensão mais abrangente e alinhada ao cenário contemporâneo da Universidade, é relevante incluir também os funcionários terceirizados, estagiários e os estudantes do Colégio de Aplicação.⁸

Essa configuração reitera o caráter plural e integrado da universidade, ambiente no qual diversos sujeitos coexistem e interagem em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Tal cenário impõe à instituição a responsabilidade de promover condições equânimes, a fim de que todos os seus membros desenvolvam plenamente suas potencialidades, sem que barreiras físicas ou comunicacionais restrinjam sua participação.⁹

Sob essa ótica, o público-alvo do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac compreende todos os usuários da instituição. A prioridade recai, contudo, sobre as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visto que esse grupo apresenta uma presença crescente na universidade, impulsionada tanto por políticas de ingresso e ações afirmativas quanto pela reserva legal de vagas em concursos públicos.¹⁰

⁷ A autonomia financeira das universidades federais é limitada pelo orçamento da União, o que exige uma gestão estratégica para garantir que a acessibilidade seja tratada como prioridade mesmo em cenários de restrição econômica (Amaral, 2011, p. 88).

⁸ A ampliação do conceito de comunidade acadêmica reflete a complexidade das relações universitárias e a necessidade de políticas inclusivas que contemplem todos os atores envolvidos no cotidiano institucional (Silva; Souza, 2018, p. 75).

⁹ A equidade no ambiente universitário pressupõe a oferta de condições diferenciadas para que grupos historicamente excluídos alcancem patamares de igualdade, pois “tratar de forma igual os desiguais é perpetuar a injustiça” (Dworkin, 2005, p. 124).

¹⁰ As ações afirmativas são mecanismos de correção de desigualdades históricas que visam garantir o acesso e a permanência de grupos vulnerabilizados, sendo “instrumentos fundamentais para a democratização do espaço público e acadêmico” (Gomes, 2012, p. 58).

Para uma abordagem mais detalhada, apresentam-se a seguir os números relativos ao público com deficiência presente na Ufac.

1.1.1 Discentes

Esta seção apresenta os dados quantitativos dos estudantes vinculados à instituição, divididos entre os níveis de graduação e pós-graduação.

1.1.1.1 Graduação

Em relação aos discentes matriculados nos cursos de graduação, o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) registrou um total de 616 alunos com deficiência no ano de 2025. As Tabelas 1 e 2 detalham esses quantitativos conforme a tipologia da deficiência no Campus Sede (Rio Branco) e no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul), respectivamente.¹¹

Tabela 1 - Número de discentes da graduação por tipo de deficiência - Campus Sede.

Deficiência	Quantitativo
Física*	181
Visual**	71
Auditiva***	33
Intelectual	30
Múltipla	14
Altas habilidades/Superdotação	11
Transtorno do Espectro Autista	142
Outras Necessidades	94
Total	576

*Dos 181 discentes, 06 são cadeirantes.

**Dos 71 discentes, 03 têm cegueira.

***Dos 33 discentes, 09 têm surdez.

Fonte: NAI (2025)

Tabela 2 - Número de discentes da graduação por tipo de deficiência - Campus Floresta.

Deficiência	Quantitativo
Física	09
Visual	10
Auditiva	03
Intelectual	07
Transtorno do Espectro Autista	10
Outras Necessidades	01
Total	40

Fonte: NAI (2025)

Os dados das Tabelas 1 e 2 demonstram que o quantitativo de discentes com deficiência na Ufac é expressivo e diversificado. Essa constatação corrobora a relevância das ações voltadas à acessibilidade e à autonomia nos campi da Universidade.

1.1.1.2 Pós-Graduação

No que tange aos discentes matriculados nos cursos de pós-graduação, registraram-se 59 alunos com deficiência no ano de 2025, com base nos dados extraídos do Sistema de Informações para o Ensino (SIE).¹² As Tabelas 3 e 4 detalham esses quantitativos segundo a tipologia da deficiência no Campus Sede (Rio Branco) e no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul), respectivamente.

¹¹ O levantamento sistemático de dados sobre o perfil dos discentes com deficiência é condição indispensável para o planejamento de políticas de permanência, visto que “a gestão da inclusão requer indicadores precisos para a alocação eficiente de recursos e apoios pedagógicos” (Mazzotta, 2011, p. 94).

¹² O Sistema de Informações para o Ensino (SIE) é o software de gestão acadêmica e administrativa utilizado pela Ufac para o registro, controle e integração de dados institucionais.

Tabela 3 - Número de discentes da pós-graduação por tipo de deficiência - Campus Sede.

Deficiência	Quantitativo
Mental	03
Sensorial Auditiva	12
Sensorial Visual	10
Múltiplas	04
Física	23
Outras Necessidades	05
Total	57

Fonte: SIE (2025)

Tabela 4 - Número de discentes da pós-graduação por tipo de deficiência - Campus Floresta.

Deficiência	Quantitativo
Física	02
Total	02

Fonte: SIE (2025)

A presença desse grupo nos cursos de pós-graduação da universidade representa a conquista, pelas pessoas com deficiência, dos espaços acadêmicos.¹³ Tal cenário reforça o dever institucional de assegurar condições plenas de acessibilidade a todos os discentes.

1.1.1.3 Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação (CAp) foi instituído em 1981, por intermédio da Resolução nº 22, de 11 de dezembro de 1981, do Conselho Universitário da Ufac. A unidade é destinada ao desenvolvimento da educação básica, à realização de estágios pedagógicos e à aplicação de pesquisas e inovações educacionais.

O CAp distingue-se das demais unidades escolares por integrar as

dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Sob essa perspectiva, assume papel relevante nos âmbitos educacional e social ao ampliar o escopo da educação escolar, o que demanda uma interação constante entre as ações educativas e a dinâmica da sociedade. Nesse contexto, torna-se imperativo identificar e atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.¹⁴

Nesse contexto, torna-se imprescindível identificar e suprir as necessidades dos estudantes com deficiência. O quantitativo de alunos com deficiência matriculados no CAp, no ano de 2025, encontra-se distribuído conforme os dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 5 - Número de alunos do colégio de aplicação por tipo de deficiência.

Deficiência	Quantitativo
Transtorno do Espectro Autista	30
Deficiência física	01
Deficiência intelectual	04
Visão monocular	01
Surdez	01
Total	37

Fonte: Colégio de Aplicação (2025)

Com base nos dados da Tabela 5, observa-se que, em 2025, o total de discentes com deficiência matriculados no CAp foi de 37. Esse quantitativo evidencia a necessidade de implementar ações de acessibilidade e inclusão desde a educação básica.

Tais informações reforçam a importância de um direcionamento contínuo da unidade para garantir condições adequadas de acessibilidade arquitetônica e pedagógica, de modo a assegu-

¹³ A conquista de espaços acadêmicos por pessoas com deficiência é um reflexo do paradigma da inclusão, que substitui a lógica da integração pela garantia de direitos fundamentais, pois “o acesso ao ensino superior representa um marco na trajetória de autonomia e cidadania desse grupo social” (Mazzotta, 2011, p. 102).

¹⁴ Os colégios de aplicação vinculados às universidades federais possuem a função social de serem centros de excelência e inovação pedagógica, servindo como laboratórios para a formação docente e para a implementação de práticas inclusivas exemplares (Brasil, 2011, p. 14).

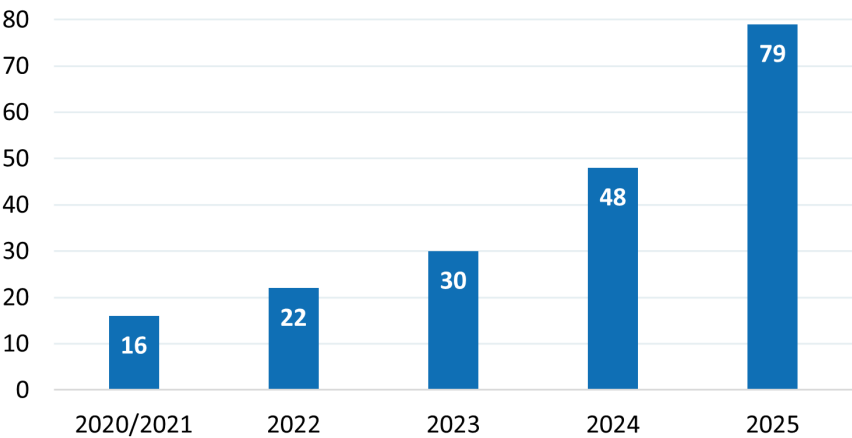
rar o pleno desenvolvimento e a participação de todos os estudantes.¹⁵

1.1.2 Servidores

No âmbito dos servidores, o público com deficiência também merece atenção específica, uma vez que a garantia de um ambiente de trabalho acessível e inclusivo impacta diretamente a qualidade de vida e a produtividade dos servidores.

Conforme os dados apresentados nos Relatórios de Gestão anuais da Ufac, observa-se uma tendência de crescimento no quantitativo de servidores com deficiência na instituição. A evolução desses indicadores, detalhada a partir do ano de 2020, está apresentada na figura a seguir.

Figura 4 - Evolução do número de servidores e estagiários com deficiência.



Fonte: Prodgep (2025)

Com base nos dados da Figura 4, observa-se um aumento expressivo no quantitativo de servidores da Universidade que se declararam pessoas com deficiência nos últimos cinco anos.

Esse número saltou de 16 (dezesseis) em 2020 para 79 (setenta e nove) em 2025. Visando à compreensão das necessidades de adequação para essa categoria, as Tabelas 6 e 7 detalham o quantitativo de servidores segundo a tipologia da deficiência no Campus Sede e no Campus Floresta, respectivamente, no ano de 2025.

Tabela 6 - Número de servidores por tipo de deficiência - Campus Sede.

Deficiência	Quantitativo
Amputação	01
Cego	01
Deficiência Auditiva Unilateral Total	02
Deficiência Mental	01
Deficiencia Multipla	02
Deformidade Congênita ou Adquirida	02
Mobilidade Reduzida, Permanente ou Temporária	06
Monoparesia	01
Monoplegia	02
Paralisia Cerebral	01
Paraplegia	02
Parcialmente Surdo	03
Portador de Baixa Visão	06
Portador de Surdez Bilateral	03
Portador de Visão Monocular	11
Portador de Visão Parcial	04
Surdo	03
Tetraplegia	01
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	21
Total	73

Fonte: Prodgep (2025)

¹⁵ A acessibilidade arquitetônica refere-se à eliminação de barreiras físicas nas edificações, enquanto a acessibilidade pedagógica envolve a remoção de barreiras nos processos de ensino e aprendizagem, incluindo materiais, currículos e metodologias (Mantoan, 2003, p. 24).

Tabela 7 - Número de servidores por tipo de deficiência - Campus Floresta.

Deficiência	Quantitativo
Mobilidade Reduzida, Permanente ou Temporária	01
Monoparesia	01
Monoplegia	01
Portador de Visão Monocular	01
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	02
Total	06

Fonte: Prodgep (2025)

Observa-se a predominância do Transtorno do Espectro Autista (TEA)¹⁶ em ambos os campi, fator que demanda atenção institucional quanto às políticas de inclusão voltadas a esse público, cujo índice apresenta crescimento constante.

Desse modo, em 2025, o total de servidores que se declararam pessoas com deficiência (PcD), considerando as duas unidades, foi de 79 (setenta e nove). O quantitativo de servidores por categoria funcional encontra-se distribuído conforme os dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 8 - Servidores com deficiência por categoria funcional.

Categoria	Campus	Quantitativo
Docente	Sede	24
	Floresta	03
Total		27

¹⁶ O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do desenvolvimento neurológico caracterizada por desafios na comunicação e interação social, sendo que a inclusão laboral desse grupo exige a adaptação de processos e ambientes para garantir sua plena funcionalidade e bem-estar (Brasil, 2012, p. 1).

¹⁷ Barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme definido na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015, p. 3).

¹⁸ No contexto universitário, as atividades-fim compreendem o ensino, a pesquisa e a extensão, pilares que sustentam a missão institucional e para os quais todos os servidores, independentemente da categoria, contribuem direta ou indiretamente.

Técnico-Administrativo	Sede	47
	Floresta	03
Total		50
Estagiário	Sede	02
Total		02
Total Geral		79

Fonte: Prodgep (2025)

Os dados da Tabela 8 permitem observar uma maior concentração de pessoas com deficiência na categoria de técnicos administrativos. Tais informações são relevantes para a elaboração das adaptações necessárias ao pleno desenvolvimento funcional, visto que a eliminação de barreiras físicas e atitudinais¹⁷ garante que esses servidores desempenhem suas atividades com autonomia e segurança.

A inclusão plena desses profissionais representa, ainda, um investimento na qualidade das atividades-fim¹⁸ da Ufac, uma vez que eles exercem papel fundamental no processo formativo, na produção científica e na gestão institucional.

Desse modo, a existência de 79 (setenta e nove) servidores com deficiência na Universidade não deve ser reduzida a um mero dado estatístico. Cada servidor representa a materialização de um direito conquistado e a necessidade premente de consolidação de um ambiente de trabalho digno, acessível e seguro.

A análise conjunta dos dados relativos a discentes e servidores evidencia que o público-alvo deste Plano é expressivo, diversificado e apresenta crescimento contínuo. Essa presença crescente, somada

à atuação dos servidores em diversas áreas da instituição, revela a urgência de medidas estruturais permanentes que assegurem condições de circulação, segurança e autonomia para toda a comunidade acadêmica.¹⁹

1.2 Fundamentos Legais do Plano

A elaboração e a implementação do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac estão alicerçadas em um conjunto de normas constitucionais, legais e técnicas que estabelecem a acessibilidade como direito fundamental e dever das instituições públicas.

No ordenamento jurídico brasileiro, a acessibilidade transcende o mero cumprimento de exigências formais, constituindo-se como um princípio estruturante dos direitos humanos. Tal princípio está intrinsecamente vinculado à dignidade da pessoa humana e à garantia de igualdade de oportunidades.²⁰ Nesse contexto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece os seguintes fundamentos e diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência:

Art. 1º, inciso III: “a dignidade da pessoa humana” constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

Art. 7º, inciso XXXI: “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”;

Art. 23, inciso II: é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”; Art. 37, inciso VIII: “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”;

Art. 227, § 2º: “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de

transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”. (Brasil, 1988).

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entre seus principais dispositivos destacam-se:

Art. 2º, inciso I: define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”;

Art. 4º: determina a adaptação das vias públicas, parques, praças e demais espaços de uso público, bem como das respectivas instalações e mobiliários urbanos, às normas de acessibilidade;

Art. 11: estabelece que a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deve ser executada de modo a garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 12: determina que locais destinados à realização de espetáculos, conferências, aulas e eventos similares disponham de espaços reservados para pessoas usuárias de cadeira de rodas e de locais específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual;

Art. 17: prevê que o Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com necessidades complexas de comunicação. (Brasil, 2000).

¹⁹ A consolidação de políticas de acessibilidade permanente é um imperativo para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), pois “a infraestrutura física deve acompanhar a democratização do acesso, sob pena de a inclusão tornar-se apenas formal e não efetiva” (Gomes, 2012, p. 89).

²⁰ A acessibilidade é considerada um pressuposto para o exercício dos demais direitos fundamentais, pois “não há que se falar em dignidade da pessoa humana sem que o Estado garanta as condições materiais mínimas para a autonomia e a participação social do indivíduo” (Sarlet, 2015, p. 142).

Essa legislação representa o marco inicial no ordenamento jurídico brasileiro no que tange à acessibilidade arquitetônica e urbanística, sendo posteriormente complementada pelo Decreto nº 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004.

O referido Decreto regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo critérios técnicos detalhados para a promoção da acessibilidade em edificações públicas e privadas de uso coletivo.²¹

Entre seus principais dispositivos aplicáveis à realidade da UFAC, destacam-se:

Art. 8º, inciso I, que define acessibilidade como a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes e sistemas de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 11, determinando que a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 18, determinando que a construção de edificações de uso privado multifamiliar e a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso coletivo devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público;

Art. 47, que tornou obrigatória a acessibilidade dos portais e sítios eletrônicos da administração pública na internet, assegurando às pessoas com deficiência visual acesso às informações disponibilizadas. (Brasil, 2004).

O referido decreto consolidou o conceito de rota acessível e introduziu diretrizes que se tornaram parâmetros fundamentais para a ABNT NBR 9050, norma técnica de referência para construções acessíveis.²²

Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, constitui o principal marco legal contemporâneo no que tange à inclusão e à acessibilidade no país.

Entre seus dispositivos mais relevantes para o presente plano estão:

Art. 3º, inciso IX, definindo acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 27, determinando que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida;

Art. 28, incisos I, II e XVIII, dispondo que os sistemas de ensino devem assegurar educação inclusiva, recursos de acessibilidade e participação dos estudantes com deficiência nas diversas instâncias da comunidade escolar;

Art. 34, assegurando à pessoa com deficiência o direito ao trabalho em ambiente acessível e inclusivo;

Art. 53, determinando que a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social;

Art. 55, determinando que a concepção e implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal.

Portanto, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) vincula diretamente a política de acessibilidade das universidades públicas federais ao cumprimento de direitos fundamentais, consolidando a inclusão como eixo central das políticas educacional e administrativa.

²¹ O Decreto nº 5.296/2004 é considerado o “divisor de águas” na acessibilidade brasileira, pois converteu princípios gerais em normas técnicas exigíveis, definindo que “a acessibilidade é condição para o uso, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos” (Brasil, 2004, p. 1).

²² A rota acessível é definida como um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos das edificações, garantindo que “o deslocamento ocorra com segurança e autonomia por qualquer pessoa, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida” (ABNT, 2020, p. 7).

Embora possua caráter mais abrangente, a Lei nº 8.112/1990 também fundamenta a acessibilidade no âmbito da Ufac, especialmente no que tange ao quadro funcional. O art. 5º, § 2º, assegura a reserva de até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para pessoas com deficiência. O dispositivo contribui para a presença contínua e crescente desse público entre servidores docentes e técnicos administrativos, o que reforça a necessidade de ambientes de trabalho plenamente acessíveis, de modo a permitir o desempenho adequado de suas atribuições.²³

Complementarmente à legislação, a NBR 9050/2020 (ABNT, 2020) estabelece os parâmetros técnicos de acessibilidade para edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. A referida norma detalha requisitos essenciais para a configuração de rotas acessíveis, abrangendo rampas, escadas, corredores e passagens, além de definir as diretrizes para circulações horizontais e verticais em edificações de uso público.

O documento especifica, ainda, as dimensões adequadas de portas e corredores para o trânsito de cadeiras de rodas, os critérios para a instalação de sanitários acessíveis e as normas para sinalização tátil e visual. Adicionalmente, a norma regulamenta a reserva de espaços em auditórios e salas de aula, bem como as condições mínimas para a implementação de mobiliário acessível.²⁴

Em suma, a consolidação do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac encontra respaldo em um arcabouço legal e técnico robusto, que abrange desde a Constituição Federal de 1988 até a Lei Brasileira de Inclusão e as normas da ABNT.

Tais fundamentos não apenas impõem deveres legais à Universida-

de, mas também orientam a construção de uma política institucional sólida. O objetivo é assegurar que estudantes, docentes, técnicos e visitantes usufruam plenamente dos espaços universitários com segurança, autonomia e dignidade.²⁵

²³ A reserva de vagas em concursos públicos é uma forma de ação afirmativa que visa à justiça social e à diversidade no serviço público, pois “a inclusão laboral do servidor com deficiência requer não apenas o acesso ao cargo, mas a adaptação do meio ambiente do trabalho para garantir sua plena eficiência” (Meirelles, 2016, p. 92).

²⁴ A observância das normas técnicas da ABNT é obrigatória para as instituições públicas, visto que “a padronização dos elementos construtivos garante a segurança e a previsibilidade do espaço para o usuário com deficiência, minimizando riscos de acidentes e promovendo a autonomia” (Cambiella, 2017, p. 54).

²⁵ A integração entre normas jurídicas e parâmetros técnicos é o que viabiliza a transformação do direito abstrato em acessibilidade real, pois “a eficácia das políticas de inclusão depende da convergência entre a vontade política institucional e o rigoroso cumprimento das normas de engenharia e arquitetura” (Dischinger, 2012, p. 67).

02 DIRETRIZES E OBJETIVOS

2.1 Diretrizes

O Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Universidade Federal do Acre estabelece as diretrizes e os objetivos que orientam as ações voltadas à eliminação de barreiras físicas, arquitetônicas, urbanísticas e comunicacionais nos espaços universitários.

O referido Plano fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

1. Universalização do acesso: garantir que todos os espaços acadêmicos, administrativos, culturais e de convivência sejam planejados, reformados e mantidos sob o conceito de desenho universal, beneficiando não apenas as pessoas com deficiência, mas toda a comunidade universitária;
2. Integração com o planejamento institucional: assegurar que a acessibilidade e a inclusão, enquanto compromissos expressos no PDI 2025-2029 e no PGE 2024-2033, integrem o Portfólio de Projetos Estratégicos da Universidade por intermédio do Projeto Ufac Sustentável;²⁶
3. Adequação normativa e técnica: cumprir integralmente a Lei Brasileira de Inclusão, a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as diretrizes da ABNT NBR 9050/2020, garantindo que todas as intervenções obedeçam aos parâmetros nacionais e internacionais de acessibilidade;
4. Valorização da permanência estudantil: assegurar que a acessibilidade estrutural seja um elemento fundamental para a conclusão dos cursos pelos discentes com deficiência, visando à redução de desigualdades e à promoção da equidade no ensino superior;
5. Ambiente de trabalho acessível: garantir que servidores docentes e técnicos administrativos disponham de condições plenas de circulação e exercício profissional em todas as unidades, em consonância com a legislação vigente e os direitos previstos na Lei nº

8.112/1990;

6. Gestão participativa: estimular a colaboração da comunidade acadêmica, especialmente das pessoas com deficiência, por intermédio do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), no acompanhamento e na revisão periódica das ações previstas neste plano;
7. Transversalidade da acessibilidade: incorporar a acessibilidade como um valor essencial em todas as áreas da Universidade, transcendendo a obrigação legal para tornar-se uma condição de qualidade institucional.

2.2 Objetivos

A definição clara dos objetivos deste Plano é fundamental para o planejamento de ações eficazes e para a concretização da inclusão pretendida. O cumprimento das metas estabelecidas fortalece o atendimento às normas legais e consolida a identidade da Ufac como instituição pública comprometida com a equidade, a diversidade e a excelência acadêmica.

2.2.1 Objetivo Geral

O Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac tem como objetivo geral assegurar a acessibilidade física, arquitetônica e urbanística em todas as dependências da instituição. Busca-se garantir autonomia, segurança e igualdade de condições de uso para discentes, servidores e visitantes, em estrita consonância com a legislação brasileira e com os valores institucionais da Universidade.

2.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste Plano direcionam as ações estratégicas para o alcance da plena acessibilidade, consistindo em:

1. Mapear as barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes nos campi, núcleos e unidades da Ufac, por intermédio de levantamen-

²⁶ A integração da acessibilidade ao planejamento estratégico é vital para a sustentabilidade das ações, pois “a inclusão deixa de ser uma iniciativa isolada para tornar-se parte da cultura organizacional e do ciclo de gestão da instituição” (Silva; Souza, 2018, p. 112).

to técnico fundamentado na ABNT NBR 9050/2020;

2. Realizar o diagnóstico das demandas de acessibilidade da infraestrutura física, mediante a escuta ativa e a participação da comunidade acadêmica;
3. Apresentar o diagnóstico da situação atual da infraestrutura da Universidade, especificando as intervenções necessárias e prioritárias;
4. Estabelecer um plano de ação fundamentado em critérios técnicos de viabilidade, contendo metas, prazos e estimativas orçamentárias;
5. Definir mecanismos de monitoramento, indicadores de desempenho e metodologias para a revisão periódica deste instrumento;
6. Instituir padrões institucionais para projetos de novas construções e reformas, incorporando parâmetros de acessibilidade desde a concepção arquitetônica inicial.

03 METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac foi conduzida por meio de uma abordagem metodológica integrada.²⁷ Essa metodologia caracteriza-se pela combinação sinérgica de diferentes procedimentos de coleta e análise de dados, unindo o rigor quantitativo dos levantamentos técnicos de engenharia e arquitetura à profundidade qualitativa da escuta social.

Dessa forma, a abordagem integrada permitiu que o diagnóstico institucional refletisse não apenas os parâmetros técnicos normativos, mas também as experiências e demandas reais dos usuários dos espaços universitários. O processo foi estruturado em três etapas fundamentais:

- Levantamento técnico das edificações: inspeção in loco e análise das estruturas físicas com base nos parâmetros da ABNT NBR 9050/2020;
- Participação social e escuta da comunidade: coleta de percepções e demandas por intermédio de consultas aos discentes, servidores e demais usuários;
- Consolidação e análise de dados: tratamento das informações coletadas para a elaboração do diagnóstico final e do plano de ação.

3.1 Levantamento técnico em campo

A primeira etapa da metodologia compreendeu a execução de um levantamento técnico minucioso acerca das condições de acessibilidade das edificações pertencentes à Ufac. Essa fase foi operacionalizada por intermédio de visitas técnicas presenciais às diversas unidades e blocos institucionais da Universidade. No total, analisaram-se 118 (cento e dezoito) edificações, distribuídas entre os distintos campi e unidades administrativas e acadêmicas.²⁸

Para a avaliação estruturada desses espaços, desenvolveu-se um instrumento de coleta de dados fundamentado nos parâmetros da ABNT NBR 9050:2020, que estabelece critérios técnicos de acessibilidade para edificações, mobiliários e equipamentos urbanos. Com base nesse referencial normativo, as edificações foram classificadas em quatro níveis de conformidade:

- Atende: quando o sistema atende plenamente aos parâmetros estabelecidos pela norma técnica aplicável;
- Atende parcialmente: quando existem condições de uso, porém com inadequações em relação aos requisitos normativos, que podem comprometer parcialmente a acessibilidade do espaço;
- Pequenos reparos: quando o sistema apresenta condições adequadas de funcionamento, necessitando apenas de intervenções pontuais de manutenção, sinalização ou ajustes de pequena complexidade;
- Não atende: quando o sistema apresenta inadequações significativas ou inexistência das condições necessárias para garantir acessibilidade, configurando barreiras arquitetônicas ao uso do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

²⁷ A abordagem integrada em acessibilidade pressupõe a interdisciplinaridade, onde o dado técnico (norma) e o dado social (vivência) se complementam, pois “a acessibilidade plena só é alcançada quando o projeto arquitetônico dialoga com as reais necessidades de uso e circulação dos sujeitos que habitam o espaço” (Dischinger, 2012, p. 85).

²⁸ O levantamento técnico presencial, também denominado auditoria de acessibilidade, é o procedimento essencial para confrontar a realidade física do edifício com as exigências legais, visto que “a vistoria in loco permite identificar barreiras que muitas vezes não constam nos projetos arquitetônicos originais” (Cambiella, 2017, p. 58).

A avaliação das edificações foi operacionalizada a partir da análise de 14 (quatorze) sistemas arquitetônicos.²⁹ Tais sistemas foram selecionados por serem considerados fundamentais para assegurar a circulação segura, o acesso às edificações e a plena utilização dos espaços institucionais por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 - Sistemas arquitetônicos avaliados no diagnóstico de acessibilidade das edificações da UFAC.

Nº	Sistema Avaliado	Descrição do Sistema
1	Vagas PcD, sinalização e dimensionamento	Avaliação da existência, sinalização e dimensões adequadas das vagas reservadas para pessoas com deficiência em áreas de estacionamento.
2	Rampas externas e calçadas	Análise das condições de circulação externa, incluindo presença de rampas acessíveis, inclinação adequada e regularidade das calçadas.
3	Escadas, rampas internas e elevadores/plataformas	Avaliação das condições de circulação vertical entre pavimentos das edificações.
4	Portas principais com largura ≥ 80 cm e maçanetas acessíveis	Verificação das dimensões e do tipo de abertura das portas de acesso às edificações.
5	Área de manobra em frente às portas	Avaliação da existência de espaço adequado para manobra de cadeiras de rodas junto às entradas.
6	Corredores com largura ≥ 120 cm livres de obstáculos	Análise das condições de circulação interna nos edifícios.

7	Sanitário acessível com barras de apoio e dimensões adequadas	Verificação da existência e adequação de sanitários acessíveis conforme norma técnica.
8	Pias e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis	Avaliação da altura e acessibilidade de pias, espelhos e dispensadores de sabonete.
9	Mesas, balcões e mobiliários com altura adequada	Análise da adequação do mobiliário ao uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
10	Bebedouros acessíveis a cadeirantes	Verificação da altura e do acesso a bebedouros por usuários de cadeira de rodas.
11	Sinalização tátil no piso em rotas acessíveis	Avaliação da presença de piso tátil direcional e de alerta nas rotas de circulação.
12	Sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga	Verificação de dispositivos de orientação e informação para pessoas com deficiência sensorial.
13	Rotas de fuga acessíveis e livres de barreira	Análise das condições de evacuação segura das edificações por pessoas com mobilidade reduzida.
14	Alarmes visuais e sonoros em áreas comuns	Avaliação da existência de sistemas de alerta acessíveis em situações de emergência.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Adicionalmente aos 14 (quatorze) sistemas arquitetônicos avaliados, realizou-se um levantamento específico das condições de acessibilidade no anel viário interno do Campus Sede. Tal análise seguiu uma metodologia própria, cujos procedimentos e critérios técnicos serão

²⁹ A análise por sistemas arquitetônicos permite uma visão fragmentada e detalhada da acessibilidade, garantindo que nenhum elemento da rota acessível seja negligenciado, pois “a acessibilidade é uma cadeia de deslocamentos; se um único sistema falha, todo o percurso torna-se inacessível” (Dischinger, 2012, p. 92).

detalhados no tópico 4.5 deste Plano.³⁰

3.1.1 Dimensão do levantamento técnico realizado

O processo de coleta de dados ocorreu ao longo de 75 dias de trabalho técnico, envolvendo a avaliação sistemática das condições físicas das edificações e o registro detalhado das situações observadas. A utilização de um formulário estruturado, com sistemas revisados e critérios bem definidos, possibilitou a padronização do processo, garantindo consistência na análise comparativa e permitindo a consolidação das informações em uma base de dados estruturada.

Os detalhes quantitativos relativos a este esforço de campo estão sintetizados na Tabela 9:

Tabela 9 - Dimensão do levantamento técnico realizado nas edificações da UFAC.

Número de páginas (Total)	665
Número de páginas (Relatório - fotográfico)	204
Número de páginas (Relatório - coleta de dados)	354
Número de páginas (Dados consolidado)	107
Edifícios analisados	118
Período de coleta de dados (dias)	75
Registro em fotos	465
Fotos em relatório fotográfico	390
Softwares utilizados	Google Docs, Google Forms, Google Planilhas, AutoCrat, LibreOffice Base, LibreOffice Calc, HSQldb

³⁰ A acessibilidade em anéis viários e vias públicas universitárias transcende a edificação, abrangendo a acessibilidade urbanística, que é “o conjunto de medidas que garantem a conectividade entre os prédios e a segurança no deslocamento de pedestres com deficiência em áreas externas” (Brasil, 2004, p. 12).

³¹ A participação social é um pilar da democracia e da inclusão, pois permite que o planejamento deixe de ser uma imposição técnica para tornar-se uma construção coletiva, visto que “a vivência da pessoa com deficiência no espaço é o que confere significado e urgência às adaptações arquitetônicas” (Sasaki, 2007, p. 128).

Tabelas em banco de dados	03
Linhas em tabelas do banco de dados	1.784

Fonte: Equipe técnica (2026)

Além dos registros textuais, foram realizados registros fotográficos durante as visitas técnicas, documentando visualmente as barreiras arquitetônicas identificadas. Todo o conjunto de documentos produzidos, incluindo relatórios técnicos, metadados e o questionário institucional, encontra-se disponibilizado nos Anexos I, II e III deste plano.

3.2 Participação Social e escuta da comunidade

Complementarmente ao levantamento técnico das edificações, o processo de elaboração deste Plano incorporou mecanismos de participação da comunidade universitária. Tal medida fundamenta-se no reconhecimento de que a experiência cotidiana dos usuários constitui uma fonte essencial para a identificação de barreiras e dificuldades de acesso aos espaços institucionais.³¹

A participação social e a escuta da comunidade foram operacionalizadas por intermédio de rodas de conversa e da disponibilização de um questionário público em formato on-line. Essa estratégia visou oportunizar a contribuição tanto da comunidade interna quanto da externa, garantindo que as diferentes percepções sobre a acessibilidade na Ufac fossem devidamente registradas.

3.2.1 Rodas de Conversa

As rodas de conversa ocorreram entre outubro e dezembro de 2025 com apoio do NAI. Os encontros tiveram como objetivo ouvir as demandas e identificar as principais dificuldades relacionadas à acessibilidade física na UFAC.

Figura 5 - Reunião da equipe Ufac em Ação com deficientes visuais. (12.11.2025)



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 6 - Reunião da equipe Ufac em Ação com deficientes físicos. (19.11.2025)



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 7 - Reunião da equipe Ufac em Ação com estudantes TEA. (25.11.2025)



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 8 - Reunião da equipe Ufac em Ação com deficientes auditivos. (03.12.2025)



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 9 - Reunião da equipe Ufac em Ação com deficientes intelectuais. (10.12.2025)



Fonte: Equipe técnica (2026)

Os encontros foram estruturados em grupos temáticos, organizados conforme a tipologia da deficiência, com o objetivo de proporcionar uma escuta individualizada e direcionada às necessidades específicas de cada segmento.³² Participaram dessas atividades representantes de diversos setores da comunidade universitária, incluindo:

- Pessoas com deficiência visual ou baixa visão;
- Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida;
- Pessoas com deficiência intelectual;
- Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA);

³² A organização de grupos por tipologia de deficiência permite a identificação de barreiras específicas que poderiam ser negligenciadas em abordagens genéricas, pois “cada deficiência interage com o ambiente de forma singular, exigindo soluções de acessibilidade que respeitem a diversidade das limitações funcionais” (Cambiella, 2017, p. 74).

³³ A sinalização tátil de piso é um recurso essencial para a orientação de pessoas com deficiência visual, pois “atua como um guia que substitui a percepção visual por estímulos táteis e sonoros, garantindo que o deslocamento ocorra de forma segura e independente” (ABNT, 2020, p. 52).

- Outros membros da comunidade acadêmica interessados na temática da acessibilidade.

As demandas apresentadas pelos discentes abrangeram dimensões pedagógicas, atitudinais e estruturais. No entanto, tendo por base o escopo do plano voltado à acessibilidade física, irão compor este plano apenas as demandas de cunho estrutural, conforme a seguir:

3.2.1.1 Demandas de discentes com deficiência visual

As solicitações apresentadas por este segmento da comunidade acadêmica concentram-se na necessidade de orientação espacial e segurança nas edificações e vias públicas, compreendendo as seguintes ações:

- Instalação de sinalização tátil de alerta e direcional em todos os blocos, priorizando-se os locais de elevada circulação, como a Biblioteca Central (BC) e o Restaurante Universitário (RU),³³
- Sinalização visual e tátil em superfícies envidraçadas, por intermédio da aplicação de películas e faixas sinalizadoras em portas de vidro, visando facilitar a identificação dessas estruturas e mitigar o risco de acidentes;
- Criação de espaços acessíveis na biblioteca universitária, destinados especificamente a discentes com deficiência visual, prevendo infraestrutura adequada para estudos por meio de sistema Braille, recursos de áudio e tecnologias assistivas;
- Implantação de pisos táteis nas calçadas e rotas externas, com prioridade para as vias de acesso ao Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) e demais espaços de uso coletivo, garantindo a conectividade e a autonomia no deslocamento pelo campus.

3.2.1.2 Demandas de discentes com deficiência física ou mobilidade reduzida

As solicitações deste grupo focam na eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem o deslocamento autônomo e seguro, abrangendo as seguintes intervenções:

- Adequação do vão livre das portas nos blocos acadêmicos e administrativos, garantindo a largura mínima necessária para a passagem de cadeiras de rodas;
- Correção de desníveis e irregularidades em degraus, com atenção prioritária aos blocos do Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e ao Bloco dos Mestrados;
- Fechamento de espelhos em escadas vazadas, por intermédio da instalação de anteparos de proteção que evitem acidentes e garantam a segurança dos usuários;³⁴
- Instalação de lavatórios acessíveis em todos os sanitários institucionais, corrigindo-se, inclusive, a ausência de pia adequada no Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI);
- Implantação de rampas de acesso em conformidade com as normas técnicas, citando-se como exemplo a necessidade imediata no Bloco Multidisciplinar;
- Manutenção da passarela que interliga o bloco acadêmico Walter Félix à via pública, garantindo a integridade do trajeto;
- Aplicação de revestimento antiderrapante em rampas e superfícies inclinadas, visando prevenir quedas e garantir a aderência;
- Revisão dos procedimentos de limpeza e conservação de pisos, evitando o uso de substâncias que comprometam o coeficiente de

atrito e tornem as superfícies escorregadias;

- Eliminação de degraus em saídas de ambientes, como verificado na Sala de Ginástica, para permitir o fluxo contínuo e acessível;
- Melhoria das rotas de acesso e manutenção da infraestrutura da Pista de Atletismo, incluindo a recuperação do pavimento e a otimização do sistema de iluminação.

3.2.1.3 Demandas de discentes com deficiência intelectual

As solicitações deste grupo visam à promoção de um ambiente seguro, previsível e de fácil orientação, compreendendo as seguintes ações:

- Manutenção preventiva e corretiva das passarelas de acesso ao Centro de Convivência e ao bloco do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA);
- Substituição de revestimentos de piso danificados ou com desprendimento (“estourados”), visando mitigar riscos de quedas, com atenção prioritária ao prédio dos cursos de Psicologia e Saúde Coletiva;
- Gestão do paisagismo e poda fitossanitária, especificamente das árvores frutíferas em áreas de circulação, para evitar que o acúmulo de resíduos orgânicos no solo cause acidentes;
- Aprimoramento da comunicação visual e da sinalização de identificação dos espaços nos campi, facilitando a orientação espacial e a autonomia cognitiva;³⁵
- Adequação de superfícies escorregadias, por intermédio da revi-

³⁴ Escadas com espelhos abertos (vazadas) representam riscos de acidentes, especialmente para pessoas que utilizam próteses ou bengalas, pois “os degraus devem ter espelhos fechados para evitar que o pé ou o auxílio mecânico do usuário prenda-se no vão, causando quedas” (ABNT, 2020, p. 65).

³⁵ A sinalização clara e intuitiva é um recurso de acessibilidade cognitiva essencial, pois “a organização visual do espaço, também chamada de wayfinding, reduz a ansiedade e a desorientação, permitindo que o usuário compreenda e utilize o ambiente de forma independente” (Dischinger, 2012, p. 104).

são de acabamentos e métodos de conservação, garantindo que o coeficiente de atrito dos pisos atenda aos padrões de segurança.

3.2.1.4 Demandas de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

As solicitações deste segmento visam à adequação do ambiente universitário às necessidades de processamento sensorial, contemplando as seguintes ações:

- Implantação de tratamento e isolamento acústico em espaços específicos, como a Sala Aquário, para mitigar o excesso de estímulos sonoros;
- Criação de salas de autorregulação, destinadas a proporcionar um ambiente controlado e seguro para o acolhimento de discentes em momentos de crise ou sobrecarga sensorial;³⁶
- Revisão do projeto luminotécnico e cromático de salas e edificações, evitando o uso exclusivo de iluminação e pintura brancas, que podem gerar desconforto e hipersensibilidade sensorial;
- Manutenção e ampliação da arborização nas proximidades das novas edificações, visando à promoção de um ambiente natural e acolhedor que auxilie no bem-estar emocional e sensorial.

3.2.1.5 Demandas de discentes com deficiência auditiva

As solicitações deste grupo concentram-se na ampliação da sinalização informativa e na otimização das condições de visibilidade nos ambientes de aprendizagem, compreendendo as seguintes ações:

- Implantação de sinalização e identificação visual padronizada em todas as dependências da Ufac, facilitando a orientação espacial e a localização de serviços sem a necessidade de comunicação verbal;
- Adequação do projeto de iluminação das salas de aula, garantindo níveis de iluminância que permitam a perfeita visibilidade do quadro, das apresentações e, primordialmente, da leitura labial e da sinalização em Libras.³⁷

As demandas manifestadas durante as rodas de conversa evidenciam a recorrência de solicitações voltadas à instalação de sinalização tátil e visual, bem como à correção de desníveis topográficos. Tais apontamentos indicam que os fluxos de circulação entre pontos estratégicos, como o Restaurante Universitário (RU), a Biblioteca Central (BC) e o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), ainda apresentam riscos à integridade física e comprometem a autonomia dos discentes.

Adicionalmente, observou-se uma necessidade premente de adequação do conforto ambiental, englobando desde a manutenção de passarelas, calçadas e sistemas de iluminação até o tratamento acústico e cromático de ambientes de aprendizagem. Esses fatores são determinantes para assegurar a permanência de estudantes com deficiências sensoriais e neurodivergentes.³⁸ Em síntese, os diálogos realizados nesses encontros ampliaram a compreensão acerca das barreiras infraestruturais e permitiram a complementação qualitativa dos dados obtidos no levantamento técnico das edificações.

3.2.2 Resultados do Questionário Institucional

Paralelamente às rodas de conversa, aplicou-se um instrumento de

³⁶ As salas de autorregulação, também conhecidas como salas de descompressão ou espaços sensoriais, são fundamentais para a inclusão de pessoas neurodivergentes, pois “permitem o gerenciamento de crises sensoriais em um ambiente neutro, prevenindo o isolamento e garantindo a permanência do estudante na instituição” (Brasil, 2012, p. 3).

³⁷ A iluminação adequada é um requisito de acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência auditiva, pois “a clareza na visualização das expressões faciais e dos movimentos das mãos é indispensável para a compreensão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para a eficácia da comunicação oralizada” (ABNT, 2020, p. 118).

³⁸ O conforto ambiental em instituições de ensino deve ser planejado para atender à diversidade sensorial, pois “ambientes com excesso de estímulos ou manutenção precária podem atuar como barreiras invisíveis, dificultando a concentração e o bem-estar de alunos neurodivergentes” (Orrú, 2012, p. 54).

coleta de percepções junto à comunidade universitária acerca das condições de acessibilidade da Ufac. Tal procedimento permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelos usuários no cotidiano institucional. O levantamento registrou a participação de 22 (vinte e dois) respondentes, cujo perfil é composto majoritariamente por discentes (59,1%), seguidos por técnicos administrativos, servidores e funcionários terceirizados (40,9%).

A percepção geral, fundamentada nos dados estatísticos consolidados, aponta que a infraestrutura da instituição ainda apresenta elevados índices de não conformidade normativa.³⁹ Dentre os principais resultados, destacam-se:

- Acesso às edificações: a facilidade de acesso (rampas, entradas e elevadores) é considerada satisfatória por 36,4% e regular por 31,8% dos participantes;
- Circulação interna: 40,9% dos respondentes avaliam que os locais são acessíveis na maioria dos casos, embora apresentem pontos críticos de dificuldade, enquanto 31,8% identificam barreiras frequentes;
- Sinalização: a maioria dos participantes (54,5%) indica que a sinalização visual, tátil ou sonora existe apenas de forma parcial, e 36,4% afirmam que não há sinalização suficiente;
- Estruturas específicas: a acessibilidade dos sanitários é avaliada como regular (36,4%) ou inadequada (31,8%). No que tange aos estacionamentos, 54,5% afirmam que as vagas reservadas são insuficientes ou mal localizadas, enquanto 36,4% relatam a inexistência de tais espaços;

- Neurodivergência: o ambiente universitário é considerado pouco adequado (38,1%) ou inadequado (28,6%) para pessoas com hipersensibilidade sensorial. Adicionalmente, 70% dos respondentes afirmam que a Ufac não dispõe de espaços de descompressão ou salas de autorregulação.

O relatório integral com o detalhamento estatístico do questionário aplicado encontra-se disponível para consulta por intermédio do [link](#) em anexo.

3.2.3 Principais Problemas Identificados

Aproximadamente 57,2% dos participantes relataram ter vivenciado ou presenciado dificuldades críticas de acessibilidade física na Universidade. As problemáticas recorrentes foram categorizadas conforme a natureza do impacto na experiência do usuário:

3.2.3.1 Barreiras físicas e estruturais

- Inadequação de pavimentos: relatos frequentes sobre superfícies com baixo coeficiente de atrito (escorregadias) e ausência de sinalização tátil de alerta e direcional;
- Inoperância de sistemas de circulação vertical: falhas constantes no funcionamento de elevadores, com destaque para os blocos de Psicologia e das Pró-Reitorias;
- Rampas em desconformidade normativa: inclinações excessivas que impedem o uso autônomo por cadeirantes, exigindo a denominada “acessibilidade assistida”,⁴⁰ como observado no Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD);
- Vãos de circulação insuficientes: corredores estreitos que dificultam

³⁹ A discrepância entre a norma técnica e a percepção do usuário é um indicador de “barreira funcional”, onde o espaço, embora possa parecer acessível no papel, não atende à necessidade real de uso, pois “a acessibilidade efetiva é medida pela facilidade com que o indivíduo desempenha suas atividades com autonomia e segurança” (Sassaki, 2007, p. 145).

⁴⁰ A acessibilidade assistida ocorre quando o ambiente não permite a autonomia plena, exigindo o auxílio de terceiros para a transposição de barreiras, o que contraria o princípio da dignidade, pois “a verdadeira acessibilidade deve garantir que a pessoa com deficiência utilize o espaço de forma independente, sem a necessidade de solicitar ajuda para atos cotidianos” (Sassaki, 2007, p. 152).

tam a manobra e a passagem simultânea de usuários de cadeiras de rodas.

3.2.3.2 Gestão e uso do espaço

- Uso indevido de vagas reservadas: ocupação de vagas destinadas a pessoas com deficiência (PcD) por veículos não autorizados ou obstrução de rampas de acesso;
- Manutenção predial e urbanística precária: presença de irregularidades no pavimento das calçadas, ausência de cobertura em estacionamentos prioritários e falhas no sistema de iluminação (lâmpadas intermitentes);

3.2.3.3 Desafios sensoriais e cognitivos

Os resultados do questionário apontam barreiras que afetam diretamente a experiência de pessoas neurodivergentes na Universidade, destacando-se:

- Poluição sonora e ruído excessivo: identificação de ambientes com elevados níveis de ruído, com ênfase negativa para o Restaurante Universitário (RU) e as áreas de convivência (quiosques);
- Desconforto visual e luminotécnico: presença de iluminação inadequada e falhas na manutenção de luminárias, fatores que podem desencadear crises em indivíduos com hipersensibilidade sensorial;⁴¹
- Sinalização ineficiente: elementos de localização com desgaste temporal (tintas desbotadas) e ausência de indicação clara de rotas acessíveis, o que compromete a orientação espacial.

Os registros detalhados dessas ocorrências encontram-se sistemati-

zados no Anexo V deste Plano, integrando o acervo documental que subsidia o diagnóstico institucional apresentado neste documento.

3.3 Consolidação e análise dos dados

Após a conclusão das etapas de levantamento técnico e participação social, as informações coletadas foram submetidas a um processo de organização e tratamento, visando à sua sistematização e análise crítica. Esse procedimento possibilitou a geração de tabelas e representações gráficas que evidenciam o grau de conformidade das edificações da Universidade em relação aos critérios normativos de acessibilidade.

Os resultados consolidados desta análise encontram-se detalhados no Anexo I - Relatório técnico completo por sistema, constituindo a base técnica que fundamenta o diagnóstico institucional apresentado na seção subsequente.⁴² A partir da consolidação dos dados, foi possível identificar padrões recorrentes de não conformidade, compreender os principais desafios infraestruturais da Ufac e estabelecer as bases técnicas necessárias para o planejamento das intervenções e melhorias.

⁴¹ A hipersensibilidade sensorial é uma característica comum no Transtorno do Espectro Autista (TEA), onde estímulos visuais ou auditivos comuns são processados de forma intensificada, exigindo que o ambiente institucional preveja “zonas de baixo estímulo e controle de iluminação para garantir o bem-estar e a permanência do estudante” (Orrú, 2012, p. 68).

⁴² A sistematização de dados em planos de acessibilidade é o que permite a transição do levantamento empírico para o planejamento estratégico, pois “a organização lógica das informações coletadas é o que viabiliza a hierarquização de prioridades e a otimização na aplicação dos recursos públicos” (Amaral, 2011, p. 104).

04 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

O presente diagnóstico foi elaborado com base nos dados provenientes do levantamento técnico das edificações e nas contribuições manifestadas pela comunidade universitária. O objetivo central desta seção é mapear o cenário atual da acessibilidade na infraestrutura física da Ufac, servindo como base para as proposições de melhoria.

A abordagem metodológica adotada possibilitou uma análise abrangente das condições de acessibilidade nos espaços institucionais, contemplando tanto os parâmetros normativos e técnicos quanto as experiências vivenciadas cotidianamente pelos usuários. O diagnóstico ora apresentado constitui um instrumento fundamental para a estruturação do Plano de Ação, direcionando intervenções estratégicas voltadas à construção de uma infraestrutura universitária progressivamente mais acessível e inclusiva.⁴³

4.1 Panorama Geral

A análise dos dados coletados revela que as condições de acessibilidade na infraestrutura física da Universidade apresentam níveis variados de conformidade. Observa-se a coexistência de espaços que atendem aos critérios normativos vigentes com edificações que ainda apresentam barreiras arquitetônicas relevantes. Essa heterogeneidade decorre, primordialmente, de três fatores:

- Distintos períodos de construção das edificações: a universidade possui prédios de diferentes décadas, cada um refletindo o padrão construtivo de sua época;
- Adaptações assistemáticas ao longo do tempo: reformas e modificações realizadas para atender a demandas institucionais imedia-

tas, nem sempre alinhadas aos parâmetros globais de acessibilidade;

- Evolução do marco regulatório: ausência, em determinados períodos históricos, de exigências normativas rigorosas relacionadas à acessibilidade nos projetos arquitetônicos originais.⁴⁴

Conforme detalhado na seção metodológica, o levantamento técnico fundamentou-se em quatro níveis de conformidade, estabelecidos a partir dos parâmetros da ABNT NBR 9050:2020: Atende, Atende parcialmente, Necessita de pequenos reparos ou Não atende.

A distribuição das ocorrências por sistema arquitetônico encontra-se consolidada na Tabela 8, o que permite a identificação precisa dos principais gargalos de acessibilidade nas edificações da Universidade.⁴⁵ Essa classificação é essencial para a hierarquização das intervenções que comporão o Plano de Ação.

⁴³ O diagnóstico institucional em acessibilidade transcende a simples listagem de falhas, configurando-se como um instrumento de planejamento estratégico que permite a transição da constatação do problema para a proposição de soluções tecnicamente viáveis e socialmente relevantes (Cambiella, 2017, p. 89).

⁴⁴ A variação nos níveis de acessibilidade em campi universitários antigos é um fenômeno comum, pois “a legislação de acessibilidade no Brasil evoluiu significativamente apenas a partir da década de 2000, o que criou um passivo arquitetônico em edificações construídas sob paradigmas anteriores, que não previam a autonomia do usuário com deficiência” (Mazzotta, 2011, p. 122).

⁴⁵ A classificação por níveis de conformidade é uma ferramenta de gestão de riscos e prioridades, pois “permite ao gestor identificar não apenas o que está em desacordo com a norma, mas a gravidade da barreira, direcionando os recursos para as situações de maior impacto na autonomia do usuário” (Cambiella, 2017, p. 95).

Tabela 10 - Panorama geral das edificações por sistema avaliado.

Sistema	Atende	Atende Parcialmente	Pequenos Reparos	Não Atende	Não Se Aplica
Vagas PcD, sinalização e dimensionamento	13	41	13	43	08
Rampas externas e calçadas	48	21	13	33	03
Escadas, rampas internas e elevadores/plataformas	36	09	0	20	53
Portas principais com largura ≥ 80 cm e maçanetas acessíveis	109	01	02	02	04
Área de manobra em frente às portas	94	08	03	09	04
Corredores com largura ≥ 120 cm livres de obstáculos	100	12	0	05	01
Sanitário acessível com barras de apoio e dimensões adequadas	29	18	05	50	16
Pias e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis	17	12	03	70	16
Mesas, balcões e mobiliários com altura adequada	19	06	02	75	16
Bebedouros acessíveis a cadeirantes	90	0	0	13	15
Sinalização tátil no piso em rotas acessíveis	21	17	03	77	0
Sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga	02	15	0	101	0
Rotas de fuga acessíveis e livres de barreira	82	09	08	19	0
Alarmes visuais e sonoros em áreas comuns	03	09	0	106	0

Fonte: Equipe técnica (2026)

As informações detalhadas por sistema arquitetônico, bem como a identificação individualizada das edificações, encontram-se disponíveis para consulta no relatório técnico integral, acessível por intermédio do [link](#) em anexo.

O panorama geral das condições de conformidade, apresentado na Tabela 10, revela que o maior índice de não atendimento concentra-se nos sistemas de segurança, especificamente na ausência de alarmes visuais e sonoros em áreas comuns (106 ocorrências) e na falta de sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga (101 ocorrências).

Adicionalmente, observam-se elevados índices de descumprimento em elementos que impactam diretamente a autonomia do usuário, tais como a sinalização tátil de piso (77), mesas e balcões com alturas inadequadas (75) e lavatórios e acessórios sanitários inacessíveis (70).⁴⁶ Tais dados evidenciam a urgência de um planejamento institucional voltado à adequação progressiva da infraestrutura universitária da Ufac. Com base nesses resultados, a classificação das edificações por nível de conformidade é apresentada a seguir.

⁴⁶ A carência de sinalização de emergência e de autonomia em sanitários e mobiliários configura o que a literatura técnica denomina “barreira de segurança e autonomia”, pois “a acessibilidade não se resume a entrar no prédio, mas a garantir que o usuário possa utilizá-lo e abandoná-lo em situações de risco com a mesma segurança que os demais” (Dischinger, 2012, p. 118).

Tabela 11 - Classificação das edificações por nível de conformidade.

Situação	Porcentagem
Atende	40,13%
Atende parcialmente	10,77%
Pequenos reparos	3,15%
Não atende	37,71%
Não se aplica	8,23%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Conforme os dados consolidados na Tabela 11, o índice de desconformidade estrita (Não atende) abrange 37,71% dos sistemas nas edificações avaliadas. Em contrapartida, o diagnóstico geral aponta que 40,13% das avaliações realizadas cumprem integralmente as exigências normativas (Atende), especialmente em edificações de construção recente ou em ambientes que foram submetidos a intervenções de adequação.

Nesse sentido, os dados permitem constatar a existência de sistemas e soluções que apresentam plena conformidade com os parâmetros de acessibilidade, configurando boas práticas e referências positivas no contexto institucional.⁴⁷ Esses espaços demonstram que a Universidade já dispõe de modelos internos de excelência, os quais podem orientar futuras intervenções e processos de modernização.

Nos tópicos subsequentes, apresentam-se os resultados detalhados dos 14 (quatorze) sistemas arquitetônicos avaliados, permitindo uma compreensão precisa das condições de acessibilidade e dos padrões de conformidade identificados nas edificações da Ufac.

4.2 Análise por Sistema Avaliado

A análise subsequente detalha os resultados do levantamento técnico realizado nas edificações da Ufac. Para cada sistema avaliado, apresentam-se a referência normativa que norteou a avaliação, os resultados obtidos e a classificação de criticidade, estabelecida de acordo com o grau de impacto no acesso, na autonomia e na segurança dos usuários.

Cumprir esclarecer que os quantitativos apresentados nas tabelas e gráficos deste capítulo referem-se a blocos ou edificações, visto que o nível de conformidade dos sistemas foi atribuído individualmente para cada estrutura. Consequentemente, um mesmo bloco pode ser considerado em conformidade para um sistema e em desconformidade para outro.

Classificação de criticidade das barreiras de acessibilidade

Com o objetivo de orientar a interpretação dos resultados e subsidiar o planejamento das intervenções, as inadequações identificadas foram classificadas segundo o grau de criticidade da barreira arquitetônica. Essa classificação considera, primordialmente, a capacidade da barreira de impedir ou restringir o uso dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.⁴⁸ Para fins de análise técnica, definiram-se os seguintes níveis:

- Baixa criticidade: compreende situações em que existem inadequações pontuais que podem comprometer parcialmente a autonomia, mas que são passíveis de resolução por meio de intervenções de baixa complexidade ou ajustes de manutenção;
- Média criticidade: refere-se às situações em que o acesso ao es-

⁴⁷ A identificação de boas práticas internas é uma estratégia de gestão do conhecimento, pois “ao reconhecer o que já funciona dentro da própria instituição, o gestor cria parâmetros de comparação e metas de qualidade que são tecnicamente viáveis e adaptadas à realidade local” (Amaral, 2011, p. 118).

⁴⁸ A classificação de criticidade é um instrumento de gestão de prioridades que diferencia a “barreira de impedimento” da “barreira de dificuldade”, pois “enquanto algumas falhas apenas dificultam o uso, outras excluem sumariamente o indivíduo do espaço ou colocam sua vida em risco, exigindo intervenção imediata” (Cambiella, 2017, p. 102).

paço é possível, porém com restrições à autonomia ou à segurança, decorrentes de desconformidades parciais em relação aos parâmetros normativos. Nesses casos, embora o acesso não esteja totalmente impedido, as condições existentes geram dificuldades significativas para o uso autônomo;

- Alta criticidade: corresponde às situações em que barreiras arquitetônicas estruturais impedem o acesso ao edifício ou a determinados ambientes, impossibilitando a utilização do espaço. Enquadram-se também neste nível as barreiras que não atendem às condições mínimas de segurança da ABNT NBR 9050, por representarem risco iminente à integridade física dos usuários.

Uma síntese da classificação de criticidade é apresentada abaixo:

Quadro 2 - Classificação da criticidade dos sistemas.

Nível de Criticidade	Caracterização
Baixa	Barreiras que causam pouco impacto no uso dos espaços com problemas pontuais que podem ser corrigidos com pequenos ajustes.
Média	Barreiras que permitem o acesso, mas os usuários perdem a sua autonomia, precisando de ajuda de terceiros para utilizar o espaço adequadamente.
Alta	Barreiras que inviabilizam o acesso ou colocam em risco a segurança e integridade física dos usuários.

Fonte: Equipe técnica (2026)

A classificação de criticidade das barreiras arquitetônicas possibilita a compreensão do impacto efetivo das inconformidades diagnosticadas na utilização dos espaços institucionais. Tal análise subsidia a formulação do plano de ação, que será detalhado em capítulo pertinente deste documento.⁴⁹

⁴⁹ A hierarquização das intervenções baseada na criticidade é fundamental para a viabilidade do plano, pois “o planejamento estratégico deve priorizar a eliminação de barreiras que impedem o acesso básico, garantindo que o investimento financeiro resulte no maior ganho possível de autonomia para a comunidade” (Dischinger, 2012, p. 110).

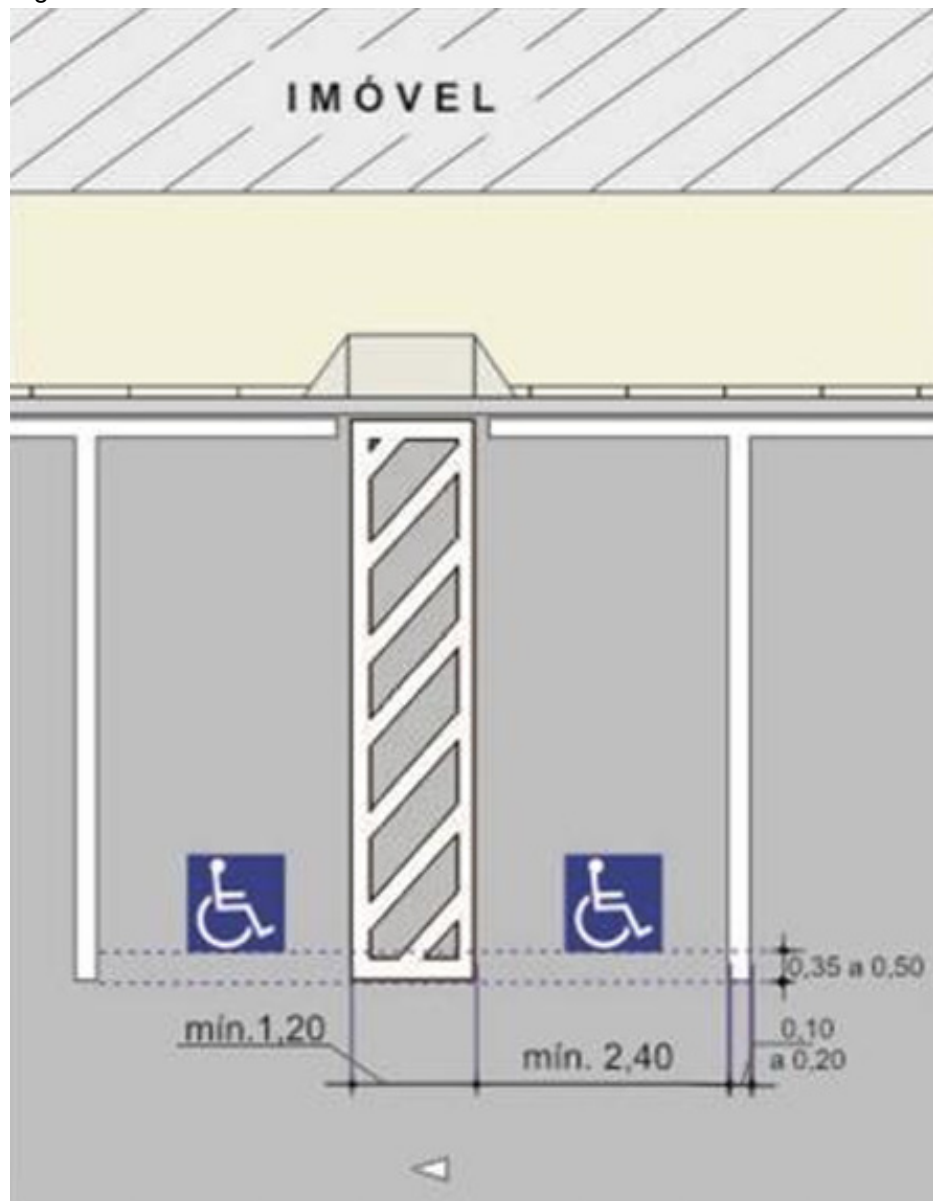
4.2.1 Vagas PcD, sinalização e dimensionamento

Referência normativa

A norma brasileira de acessibilidade (ABNT NBR 9050:2020) determina que todo estacionamento de uso público deve oferecer vagas exclusivas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Complementando essa exigência técnica, a Lei nº 13.146/2015 (LBI), em seu art. 47, estabelece que em áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade. A legislação determina que tais vagas correspondam a 2% (dois por cento) do total existente, garantindo-se, no mínimo, uma vaga acessível.

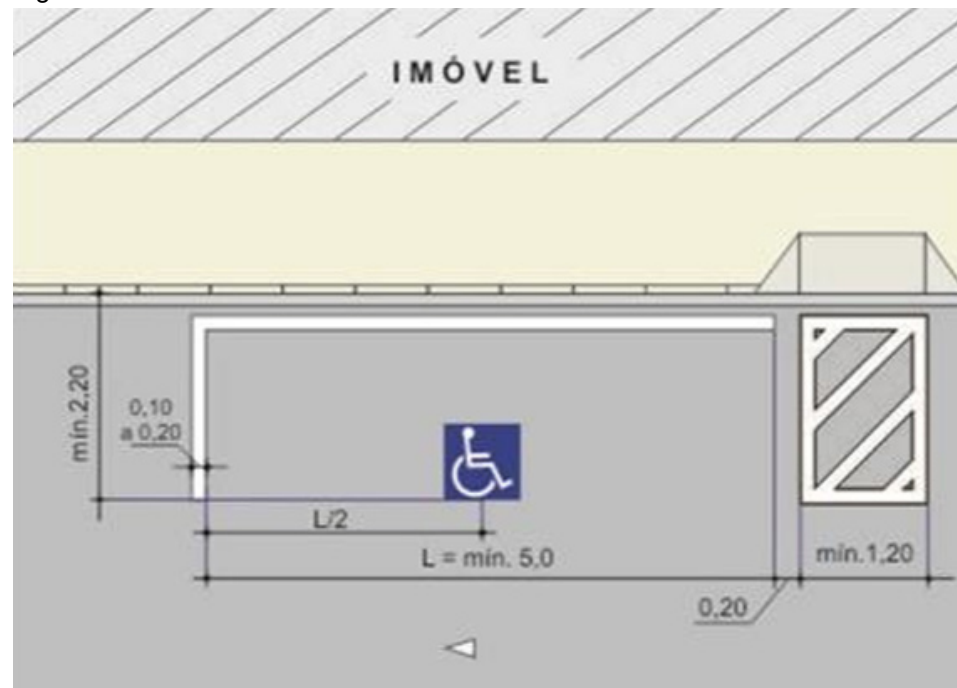
Diferentemente das vagas convencionais, as unidades acessíveis exigem dimensões ampliadas, contando com um espaço lateral adicional (faixa de circulação) para possibilitar o embarque e desembarque do usuário, especialmente para aqueles que utilizam cadeiras de rodas. Ademais, é obrigatória a presença de sinalização horizontal (pintura no pavimento) e vertical (placas), devendo as vagas estar posicionadas estrategicamente próximas aos acessos principais e conectadas a rotas acessíveis que conduzam ao interior das edificações.

Figura 10 - Estacionamento frontal.

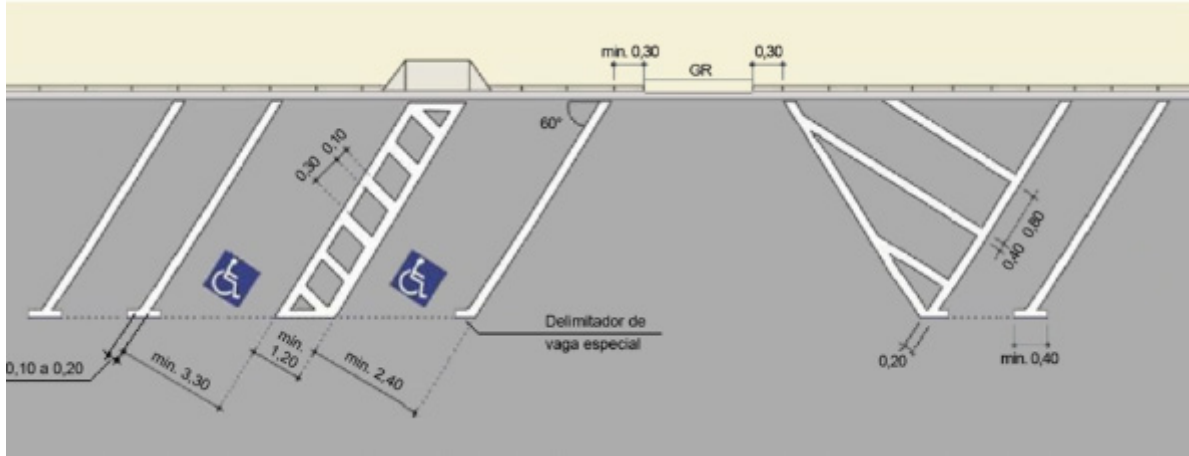


Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (2025)

Figura 11 - Estacionamento lateral.



Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (2025)

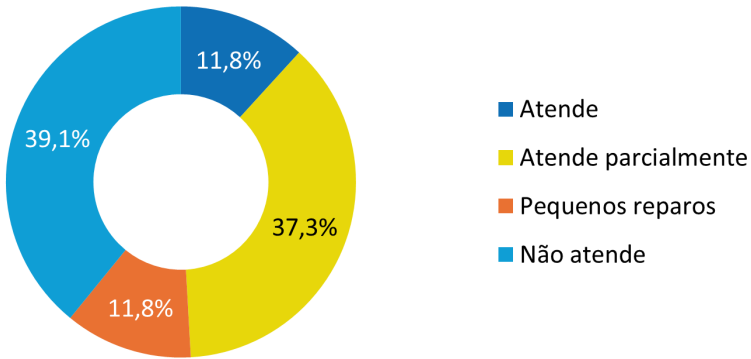


Fonte: Companhia de Engenharia de Tráfego (2025)

Resultados do sistema

Inicialmente, cumpre esclarecer que nem todas as edificações da Universidade dispõem de estacionamento próprio. Desse modo, a análise das condições de estacionamento contemplou as 110 (cento e dez) edificações onde o sistema está presente. O levantamento nessas estruturas revelou diferentes níveis de conformidade quanto à existência, localização e sinalização das vagas reservadas. Os resultados detalhados são apresentados a seguir.

Figura 13 - Situação das vagas reservadas para pessoas com deficiência nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 3 - Situação das vagas reservadas para pessoas com deficiência nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	13	37	12	36	98
Cruzeiro do Sul	-	04	01	05	10
Sena Madureira	-	-	-	01	01
Xapuri	-	-	-	01	01
Total	13	41	13	43	110

Fonte: Equipe técnica (2026)

A análise dos dados coletados revelou que a situação das vagas de estacionamento nas edificações da Universidade Federal do Acre apresenta um panorama diversificado de conformidade. Observa-se que 39,1% (trinta e nove vírgula um por cento) das edificações demandam adequações significativas para garantir um estacionamento plenamente acessível. Adicionalmente, 11,8% (onze vírgula oito por cento) requerem apenas intervenções pontuais, enquanto 37,3% (trinta e sete vírgula três por cento) apresentam conformidade parcial com os requisitos de acessibilidade. Apenas 11,8% (onze vírgula oito por cento) das edificações satisfazem integralmente os critérios estabelecidos pela norma técnica vigente.

Durante as vistorias técnicas, a equipe identificou as seguintes situações recorrentes relacionadas às condições de acessibilidade nas vagas de estacionamento:

- Inexistência de vagas reservadas em estacionamentos já existentes;
- Ausência de demarcação adequada das vagas em áreas de estacionamento;
- Inexistência de estacionamento formalmente constituído em determinadas edificações.

- Ausência ou deterioração da sinalização horizontal das vagas, comprometendo sua identificação;⁵⁰
- Inexistência de sinalização vertical indicativa, dificultando a localização das vagas;
- Vagas localizadas a grandes distâncias da entrada principal dos blocos, desfavorecendo a acessibilidade;
- Ausência de conexão entre as vagas reservadas e as rotas acessíveis que conduzem ao interior das edificações;
- Existência de rampas de acesso fora dos parâmetros normativos, criando barreiras adicionais.

A Figura 14 ilustra a situação de inexistência de vagas reservadas em estacionamentos existentes.

⁵⁰ A sinalização é um elemento crucial para a efetividade das vagas acessíveis, pois “a ausência ou inadequação da sinalização compromete a identificação e o uso correto das vagas, desvirtuando o propósito da reserva e dificultando a autonomia das pessoas com deficiência” (Sasaki, 2006, p. 98).

Figura 14 - Estacionamento frontal - Campus Floresta.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Adicionalmente, foram constatadas diversas ocorrências em que as vagas reservadas, embora já implantadas, demandam intervenções de manutenção simplificada. Tais medidas compreendem a revitalização da sinalização horizontal, a reposição de elementos de sinalização vertical ou o redimensionamento das áreas destinadas ao estacionamento, visando à plena adequação aos parâmetros normativos vigentes, conforme ilustrado na Figura 15.⁵¹

Figura 15 - Estacionamento Edifício B01 - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento técnico evidenciou, outrossim, que em determinadas circunstâncias as vagas reservadas estão implantadas em estacionamentos compartilhados por múltiplos blocos, fator que pode comprometer a identificação imediata e a utilização funcional pelos usuários.

Tais diagnósticos indicam que parcela considerável das desconformidades pode ser mitigada por meio de intervenções de baixa complexidade técnica. Por outro lado, cenários específicos demandam a reorganização espacial das áreas de estacionamento ou a implantação de novas vagas reservadas, notadamente em edificações que carecem de infraestrutura acessível.

⁵¹ A manutenção contínua é um requisito normativo indispensável, uma vez que “os elementos de acessibilidade devem ser mantidos em perfeitas condições de conservação e funcionamento, garantindo que o desgaste natural ou a falta de cuidado não resultem na perda da função assistiva para a qual foram projetados” (ABNT, 2020, p. 14).

O detalhamento pormenorizado das condições observadas em cada unidade arquitetônica encontra-se consolidado no Anexo I deste documento, o qual apresenta o relatório técnico integral.⁵²

Classificação de criticidade

As desconformidades diagnosticadas neste sistema configuram barreiras de criticidade média. Tal classificação fundamenta-se no fato de que a inexistência de vagas regulamentares, ou a ausência de um itinerário seguro entre o veículo e a edificação, compromete diretamente a autonomia, o conforto e a integridade física dos usuários no acesso aos espaços institucionais.⁵³

4.2.2 Rampas externas e calçadas

Referência normativa

A norma brasileira de acessibilidade (ABNT NBR 9050:2020) estabelece critérios técnicos rigorosos para a implantação de rotas acessíveis em logradouros e espaços externos. Tais diretrizes abrangem calçadas, rampas e demais elementos que integram os percursos de acesso às edificações.

Conforme o referido dispositivo normativo, as rampas devem apresentar inclinação compatível com os limites de acessibilidade, largura mínima regulamentar, patamares intermediários de descanso e corrimãos bilaterais, quando aplicável, além de superfície com acabamento regular e antiderrapante. No tocante às calçadas, passeios e áreas de circulação externa, é imperativa a garantia de uma faixa livre de circulação contínua, com largura mínima de 1,20m (um metro e vin-

te centímetros), superfície desprovida de ressalto e conexão técnica entre os diferentes pontos do itinerário, viabilizando o deslocamento seguro e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.⁵⁴

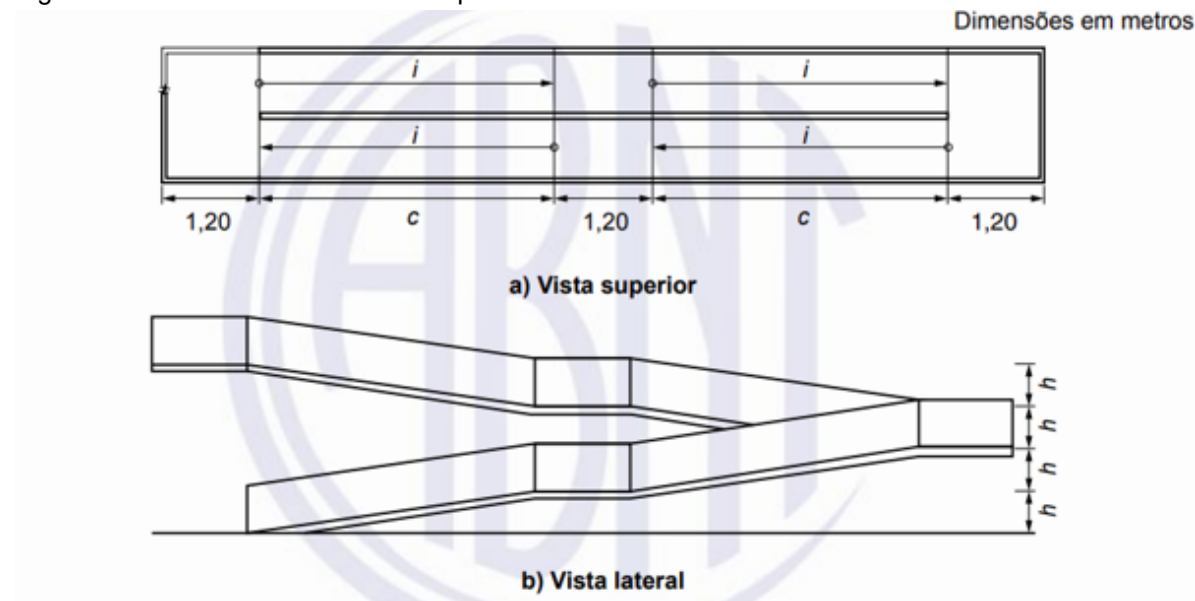
Adicionalmente, a norma prescreve que a inclinação transversal das calçadas não deve ultrapassar 3% (três por cento), visando assegurar a estabilidade e o conforto dos pedestres. Diante de quaisquer desníveis ao longo das rotas de acesso, devem ser implementadas soluções técnicas para sua transposição, tais como rampas ou rebaixamentos de guias (meio-fio), assegurando a continuidade, a segurança e a acessibilidade da circulação.

⁵² O compartilhamento de áreas de estacionamento exige um planejamento sinalético rigoroso, pois “a gestão de espaços coletivos deve assegurar que a distribuição das vagas acessíveis atenda de forma equânime a todos os polos de destino, garantindo que a distância de caminhada não se torne um fator de exclusão” (Mazzotta, 2010, p. 54).

⁵³ A criticidade média em sistemas de acesso externo justifica-se pois, embora a barreira não impeça totalmente a entrada, ela impõe um ônus físico e psicológico ao usuário, uma vez que “a ausência de um elo contínuo entre o transporte e o destino final fragmenta a experiência de acessibilidade, transformando um ato cotidiano em um percurso de riscos e dependência” (DISCHINGER, 2012, p. 124)

⁵⁴ A faixa livre é o componente essencial da calçada, pois “deve ser destinada exclusivamente à circulação de pedestres, ser livre de quaisquer obstáculos, possuir superfície regular e antiderrapante, garantindo a continuidade do percurso acessível sem interrupções ou desvios que comprometam a autonomia” (ABNT, 2020, p. 56).

Figura 16 - Dimensionamento de rampas.

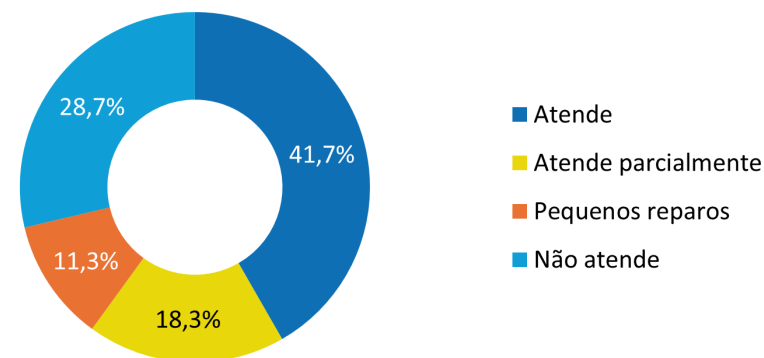


Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Resultados do sistema

O diagnóstico das condições de circulação externa nas 115 (cento e quinze) unidades arquitetônicas da Ufac submetidas à avaliação viabilizou a aferição dos níveis de conformidade das rampas externas e calçadas que integram as rotas de acesso às edificações. Tal análise pautou-se em critérios de acessibilidade, continuidade e segurança do percurso, fundamentais para a mobilidade acadêmica. Os resultados quantitativos e qualitativos são demonstrados a seguir.⁵⁵

Figura 17 - Situação das rampas externas e calçadas nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

⁵⁵ A avaliação das rotas externas deve considerar a “cadeia de acessibilidade”, pois “a quebra de continuidade em qualquer ponto do percurso, seja por uma calçada irregular ou uma rampa inadequada, invalida todo o esforço de inclusão, uma vez que a autonomia do usuário depende da integridade total do itinerário” (Dischinger, 2012, p. 75).

Quadro 4 - Situação das vagas reservadas para pessoas com deficiência nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	45	17	13	25	100
Cruzeiro do Sul	03	02	-	08	13
Sena Madureira	-	01	-	-	01
Xapuri	-	01	-	-	01
Total	48	21	13	33	115

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados coletados evidenciam que parcela expressiva das edificações apresenta condições de acessibilidade satisfatórias, com 41,7% (quarenta e um vírgula sete por cento) das unidades atendendo integralmente aos critérios estabelecidos pela norma técnica vigente.

As figuras apresentadas a seguir ilustram exemplares de rampas externas que guardam conformidade com os padrões normativos. Tais estruturas demandam apenas intervenções de sinalização, especificamente a aplicação de contraste visual para destacar a sinalização tátil de alerta instalada nos pontos de início e término da inclinação, visando otimizar a percepção e a segurança dos usuários.⁵⁶

Figura 18 - Rampa de acesso ao Bloco dos Mestrados em Saúde - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 19 - Acesso posterior ao Restaurante Universitário - Campus Floresta.



Fonte: Equipe técnica (2026)

⁵⁶ O contraste visual é um requisito de segurança indispensável na sinalização tátil, pois “a diferenciação cromática entre o piso tátil e o piso adjacente é o que garante a percepção imediata do perigo ou da mudança de direção por pessoas com baixa visão, complementando a percepção tátil” (ABNT, 2020, p. 68).

A Figura 20, demonstra outro exemplo de acesso dentro da universidade que atende aos padrões da norma.

Figura 20 - Rampa de acesso à Prefeitura - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 21 apresenta a rampa de acesso externo ao Teatro Universitário. A estrutura atende aos requisitos da ABNT NBR 9050 quanto à inclinação, à largura e à instalação de guarda-corpo e corrimão. No entanto, requer adequação da sinalização podotátil, com a instalação de piso tátil de alerta no início e no término da rampa. Essa medida garante a orientação e a segurança de pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

Figura 21 - Rampa externa do Teatro Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Por outro lado, 28,7% das edificações apresentam inadequações, decorrentes da ausência de rampa de acesso ou da existência de rampas em desacordo com os requisitos normativos.

Durante as visitas técnicas, a equipe identificou as principais situações relacionadas às condições de acessibilidade. Entre os aspectos observados, destacam-se:

- Rampas com inclinação superior aos limites estabelecidos pela ABNT NBR 9050;
- Inexistência de rampas em locais onde há desníveis entre a calçada e o acesso ao edifício;
- Ausência de conexão adequada entre estacionamento, passarelas e entrada das edificações;
- Calçadas estreitas, irregulares ou deterioradas;
- Existência de degraus ou desníveis na entrada principal de alguns blocos;
- Ausência de calçamento ou de rota acessível interligando determinadas edificações.

A Figura 22 apresenta uma rampa de acesso externo da Universidade que não atende aos requisitos da ABNT NBR 9050, por apresentar inclinação em desacordo com a norma, ausência de guarda-corpo e falta de sinalização.

Figura 22 - Rampa externa do Bloco Francisca Corina - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Além das rampas, foram constatadas inadequações nas escadas de acesso, conforme mostra a Figura 23. Entre as irregularidades observadas, destacam-se o dimensionamento inadequado e a ausência de guarda-corpo.

Figura 23 - Escada externa do Bloco Francisca Corina - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Além disso, o diagnóstico quantitativo revelou que 18,3% das edificações atendem apenas parcialmente aos requisitos de acessibilidade, enquanto 11,3% demandam reparos de menor complexidade. Como reflexo dessa realidade, são apresentados a seguir exemplos de elementos estruturais classificados nessa categoria de atendimento parcial.

Figura 24 - Rampa frontal do Centro de Convenções - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 24 apresenta a rampa frontal do Centro de Convenções. Embora atenda ao requisito de inclinação longitudinal, a estrutura apresenta inconformidades decorrentes da ausência de guarda-corpo e de sinalização tátil.

Da mesma forma, a Figura 25 demonstra a rampa externa do Teatro Universitário, cuja adequação aos requisitos da ABNT NBR 9050 requer a instalação de corrimãos, guarda-corpo e elementos de contraste visual para orientar pessoas com baixa visão.

Figura 25 - Rampa externa do Teatro Universitário - Campus Sede.

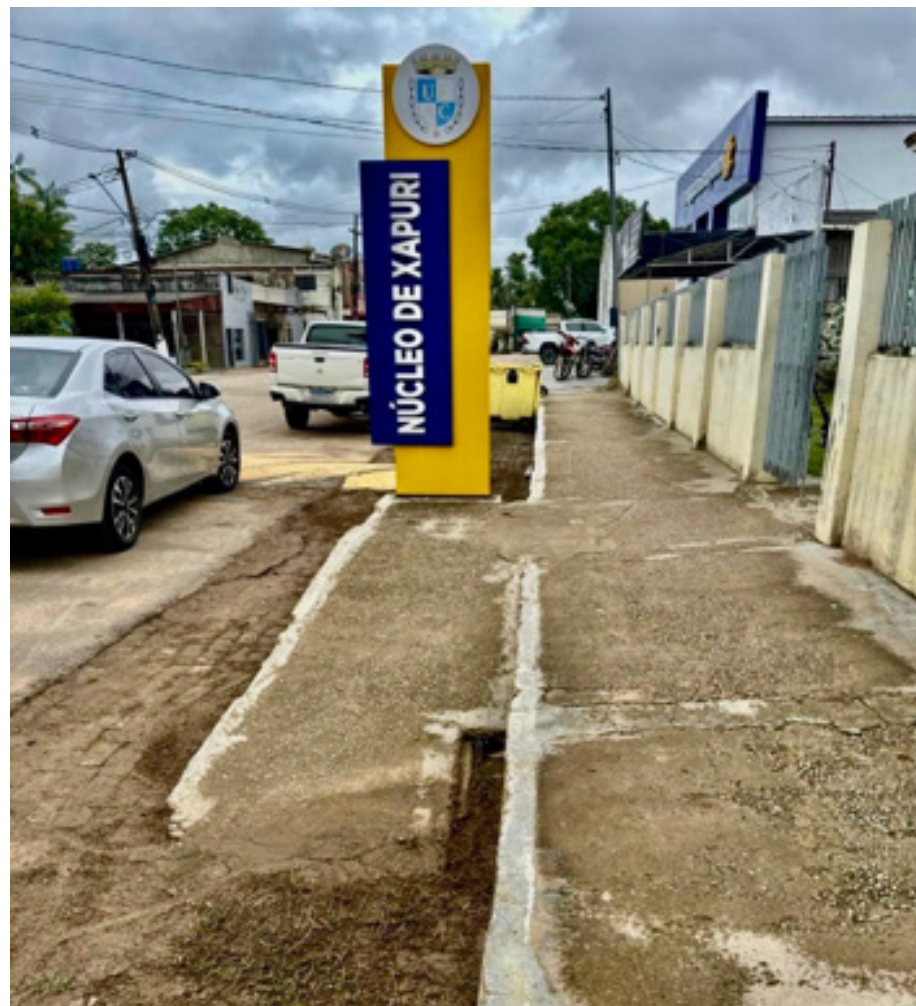


Fonte: Equipe técnica (2026)

Esse panorama evidencia que, em diversas situações, a infraestrutura básica existe, mas requer intervenções complementares para assegurar o uso seguro e acessível pelos usuários.

Além das inadequações nas rampas externas, foram identificadas calçadas estreitas, irregulares ou deterioradas em diferentes áreas da Universidade, conforme mostra a Figura 26.

Figura 26 - Calçada de acesso - Núcleo de Xapuri.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade. Essas inadequações comprometem a continuidade das rotas acessíveis no campus e dificultam ou impedem o deslocamento seguro e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida entre as edificações e os demais espaços institucionais. Como consequência, podem restringir o acesso a determinados blocos e o uso dos espaços acadêmicos e administrativos.

4.2.3 Escadas, rampas internas e elevadores/plataformas

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios técnicos para a circulação vertical acessível em edificações, abrangendo escadas, rampas internas, elevadores e plataformas elevatórias, com o objetivo de garantir autonomia e segurança às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a norma, as edificações com mais de um pavimento devem dispor de meios de circulação vertical acessíveis que permitam o acesso a todos os ambientes de uso público ou coletivo.

As escadas devem atender aos requisitos de segurança e orientação. Devem possuir corrimãos em ambos os lados, instalados a 0,70 m e 0,92 m de altura e prolongados no início e no término dos lances. Os degraus devem apresentar pisos e espelhos regulares, com altura entre 16 cm e 18 cm e piso entre 28 cm e 32 cm. As escadas também devem contar com sinalização visual e piso tátil de alerta nos patamares e nas mudanças de nível, além de superfície regular, firme, estável e antiderrapante.

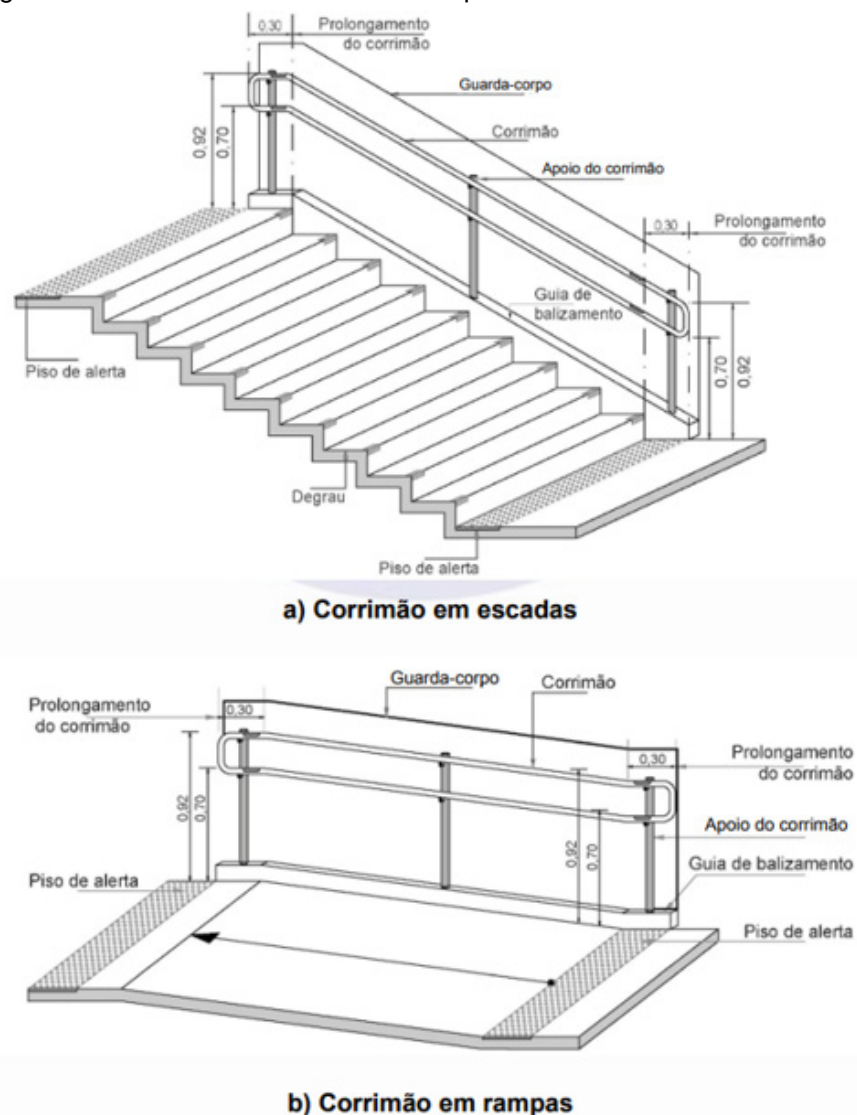
As rampas internas devem garantir circulação segura e acessível, observando os limites máximos de inclinação conforme o desnível a ser

vencido. Nos percursos usuais, a inclinação máxima é de 8,33%, podendo variar nas situações previstas pela ABNT NBR 9050:2020.

Quando a circulação vertical não puder ser solucionada por meio de rampas, a ABNT NBR 9050:2020 determina a instalação de elevadores acessíveis ou plataformas elevatórias. Os elevadores devem possuir dimensões compatíveis com o uso por pessoas em cadeira de rodas, portas com vão livre mínimo de 0,80 m, botoeiras instaladas entre 0,90 m e 1,20 m de altura, sinalização em braille, indicação sonora e visual dos pavimentos e área de manobra adequada em frente às portas.

As plataformas elevatórias podem ser utilizadas nas situações previstas na ABNT NBR 9050:2020, especialmente em edificações existentes ou em locais onde haja inviabilidade técnica para a instalação de elevadores ou rampas.

Figura 27 - Corrimãos em escadas e rampas.



Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

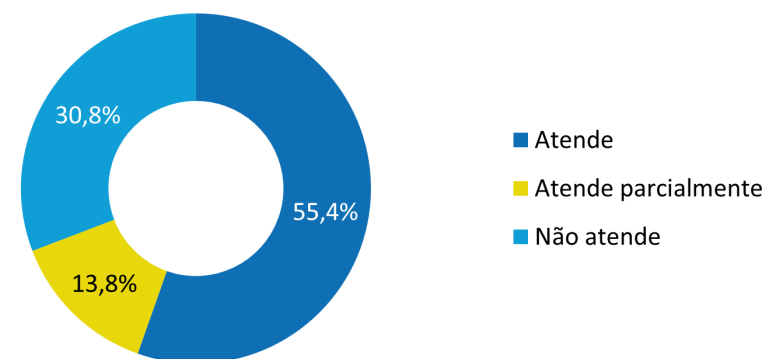
Resultados do sistema

A análise das condições de circulação vertical em 65 edificações permitiu avaliar a conformidade de escadas, rampas internas e equipamentos de transposição de níveis, como elevadores e plataformas elevatórias. Esse quantitativo corresponde às edificações em que a circulação vertical se aplica, uma vez que os blocos exclusivamente térreos não exigem esse tipo de estrutura.

Entre as edificações avaliadas, foram identificadas as seguintes situações relacionadas à circulação vertical:

- Edificações que atendem plenamente às exigências normativas;
- Edificações com condições de uso, porém com inadequações técnicas;
- Edificações em que a circulação vertical não atende aos critérios de acessibilidade.

Figura 28 - Situação das escadas, rampas internas e elevadores/plataformas nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 5 - Situação das escadas, rampas internas e elevadores/plataformas nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Total
Rio Branco	30	09	18	57
Cruzeiro do Sul	06	-	01	07
Xapuri	-	-	01	01
Total	36	09	20	65

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados apresentados indicam que as condições de circulação vertical nas edificações da Universidade apresentam diferentes níveis de adequação. A análise demonstra que 55,4% das edificações atendem aos requisitos de circulação vertical, por meio de rampas internas em conformidade com a norma técnica ou da instalação de plataformas elevatórias em edificações com mais de um pavimento. As Figuras 29 e 30 apresentam exemplos de rampas internas da UFAC que atendem aos padrões dimensionais.

Figura 29 - Rampa interna do Bloco Novo da Pós-Graduação - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 30 - Rampa interna da Biblioteca Central - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 31 apresenta um elevador com dimensões compatíveis com o uso por pessoas em cadeira de rodas, portas com vão livre adequado, sinalização visual e área de manobra em frente às portas, em conformidade com a ABNT NBR 9050.

Figura 31 - Elevador Bloco CFCH - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Entretanto, 30,8% das edificações apresentam inadequações nas condições de circulação vertical, comprometendo o acesso aos diferentes níveis das edificações.

Entre as situações identificadas, destacam-se:

- Ausência de plataformas elevatórias ou elevadores em edificações com mais de um pavimento;
- Rampas internas com inclinação superior aos limites estabelecidos pela norma técnica;
- Rampas com problemas estruturais ou falta de manutenção;
- Escadas sem corrimãos, sem espelhos ou sem elementos de sinalização tátil e visual;
- Edificações com múltiplos desníveis internos sem solução acessível de transposição.

A Figura 32 demonstra um exemplo das inadequações relacionadas a rampas internas com inclinação superior aos limites estabelecidos pela norma técnica.

Figura 32 - Rampa Anfiteatro Garibaldi Brasil - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 33 apresenta uma escada interna da Universidade que não atende aos requisitos da ABNT NBR 9050, em razão da ausência de espelho, de faixa antiderrapante e de sinalização visual e podotátil.

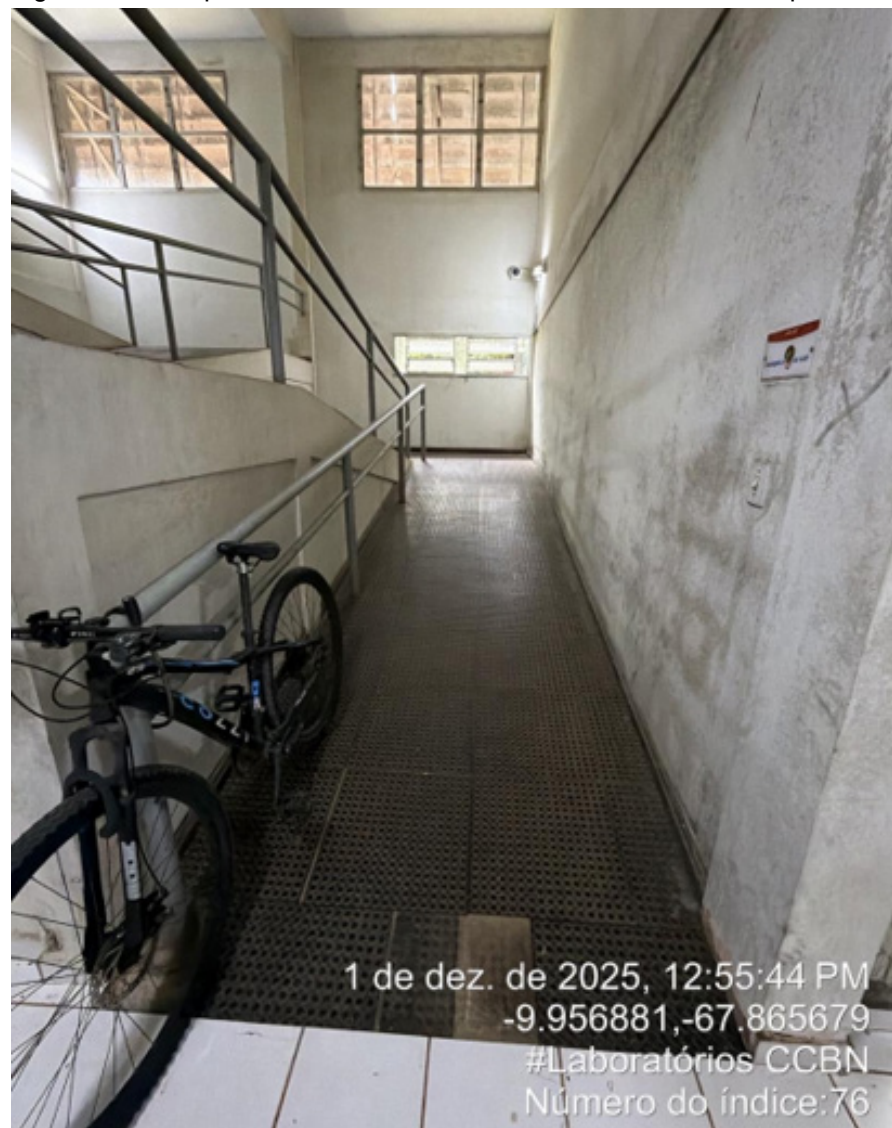
Figura 33 - Escada do Bloco de Medicina Veterinária.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Também foram identificados casos em que rampas internas apresentam desgaste do piso, deslocamento de placas ou necessidade de ajustes técnicos, comprometendo a utilização segura dessas estruturas, conforme mostra a Figura 34.

Figura 34 - Rampa interna do Bloco de Laboratórios CCBN - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Além disso, foram identificados ambientes que possuem acesso exclusivo por escadas, o que impossibilita o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, configurando grave desconformidade aos princípios da acessibilidade. Um exemplo como este foi identificado no Núcleo de Sena Madureira, conforme a figura a seguir.

Figura 35 - Estrutura de plataforma elevatória inacabada - Núcleo de Sena Madureira.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade. A circulação vertical é essencial para garantir o acesso às edificações universitárias.

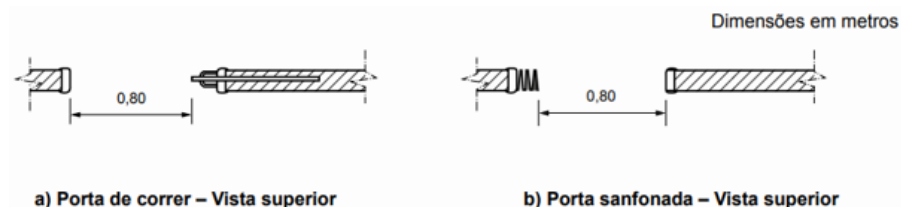
A inexistência ou a inadequação desses elementos compromete a autonomia e a segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Como consequência, restringe o acesso a salas de aula, laboratórios, auditórios, setores administrativos e outros ambientes da Universidade, especialmente quando a ausência de rampas adequadas, plataformas elevatórias ou elevadores impede o acesso aos pavimentos superiores ou aos ambientes internos das edificações.

4.2.4 Portas principais com largura ≥ 80 cm e maçanetas acessíveis

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios técnicos para portas localizadas em rotas acessíveis. Essas portas devem possuir vão livre mínimo de 0,80 m e altura de 2,10 m, de modo a permitir a passagem segura de pessoas em cadeira de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida. Esses requisitos garantem a autonomia no deslocamento.

Figura 36 - Vãos de portas de correr e sanfonada.



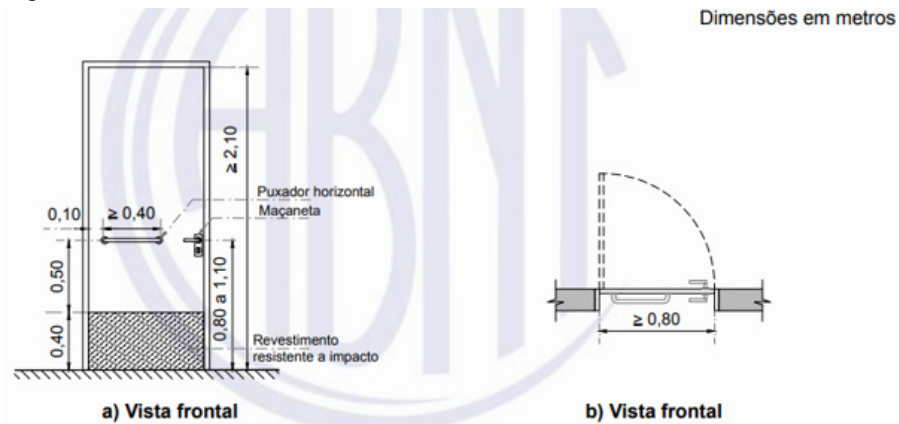
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Além da largura e altura mínimas, a ABNT NBR 9050:2020 estabelece que as portas devem possuir dispositivos de abertura de fácil acionamento, como maçanetas do tipo alavanca, com comprimento mínimo de 0,10 m, acabamento sem arestas e extremidade recurvada.

As maçanetas devem ser instaladas entre 0,80 m e 1,10 m de altura em relação ao piso acabado e permitir o acionamento com força máxima de 36 N (newtons), conforme estabelece a norma.

Os puxadores verticais devem possuir comprimento mínimo de 0,30 m e estar afastados 0,10 m do batente.

Figura 37 - Porta de sanitários e vestiários.



Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

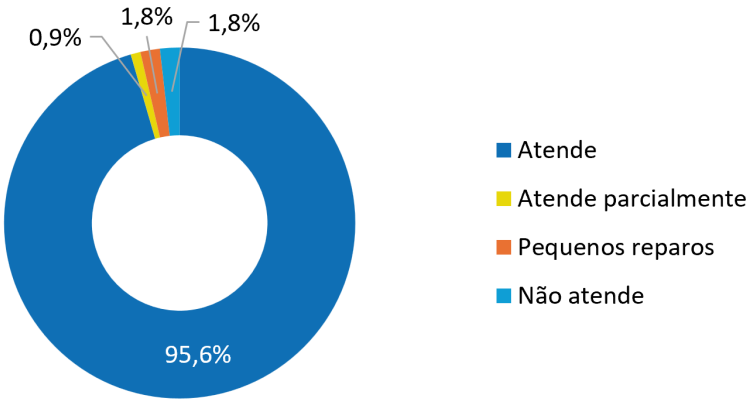
As portas principais constituem um dos principais elementos da cadeia de acessibilidade das edificações, pois estabelecem a transição entre os espaços externos e os ambientes internos. A ABNT NBR 9050:2020 também prevê áreas de manobra junto às portas, essenciais para a movimentação de pessoas em cadeira de rodas.

Quando não atendem aos requisitos da norma, as portas podem dificultar o acesso de pessoas em cadeira de rodas, de pessoas com mobilidade reduzida e de pessoas com limitações motoras nos membros superiores, comprometendo a acessibilidade, a segurança e a inclusão.

Resultados do sistema

A análise das condições de acesso em 114 (cento e quatorze) edificações da UFAC permitiu avaliar a conformidade das portas principais com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Os resultados são apresentados a seguir.

Figura 38 - Situação das portas principais nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 6 - Situação das portas principais nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	93	-	01	02	96
Cruzeiro do Sul	15	-	01	-	16
Sena Madureira	01	-	-	-	01
Xapuri	-	01	-	-	01
Total	109	01	02	02	114

Fonte: Equipe técnica (2026)

A análise das condições das portas principais nas edificações da Universidade indica elevado nível de conformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Entre as 118 (cento e dezoito) edificações avaliadas, 95,6% atendem aos critérios normativos relativos ao vão livre mínimo para o acesso de pessoas em cadeira de rodas. As Figuras 39 e 40 apresentam exemplos de portas em conformidade com a norma.

Figura 39 - Portas principais do Bloco Lúcia Kiyoko - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Entre os principais pontos observados durante o levantamento técnico destacam-se:

- Adequação das dimensões dos vãos de passagem em grande parte das edificações;
- Presença predominante de dispositivos de abertura compatíveis com os parâmetros estabelecidos pela norma técnica;

Figura 40 - Portas principais do Bloco Rubem Ludwig - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

- Necessidade pontual de ajustes ou manutenção em alguns dispositivos de abertura.

Foram identificadas duas situações de inadequação e uma que requer pequenos reparos no Campus Sede. No Núcleo de Xapuri, observou-se atendimento parcial aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, principalmente em razão da necessidade de ajustes nos dispositivos de abertura das portas.

A Figura 41 apresenta uma porta com largura do vão livre em conformidade com a norma. No entanto, a maçaneta instalada não atende aos requisitos estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020.

Figura 41 - Porta da entrada principal - Núcleo de Xapuri.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Esses resultados indicam que, de forma geral, as portas principais das edificações da Universidade apresentam condições adequadas de acessibilidade, permitindo o acesso seguro de pessoas em cadeira de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida aos ambientes internos.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de baixa criticidade. Essas inadequações são pontuais e não comprometem de forma significativa o acesso às edificações da Universidade.

4.2.5 Área de manobra em frente às portas

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que as portas de edificações acessíveis devem dispor de área de aproximação e manobra, permitindo que pessoas em cadeira de rodas realizem os movimentos de aproximação, abertura e passagem com autonomia e segurança.

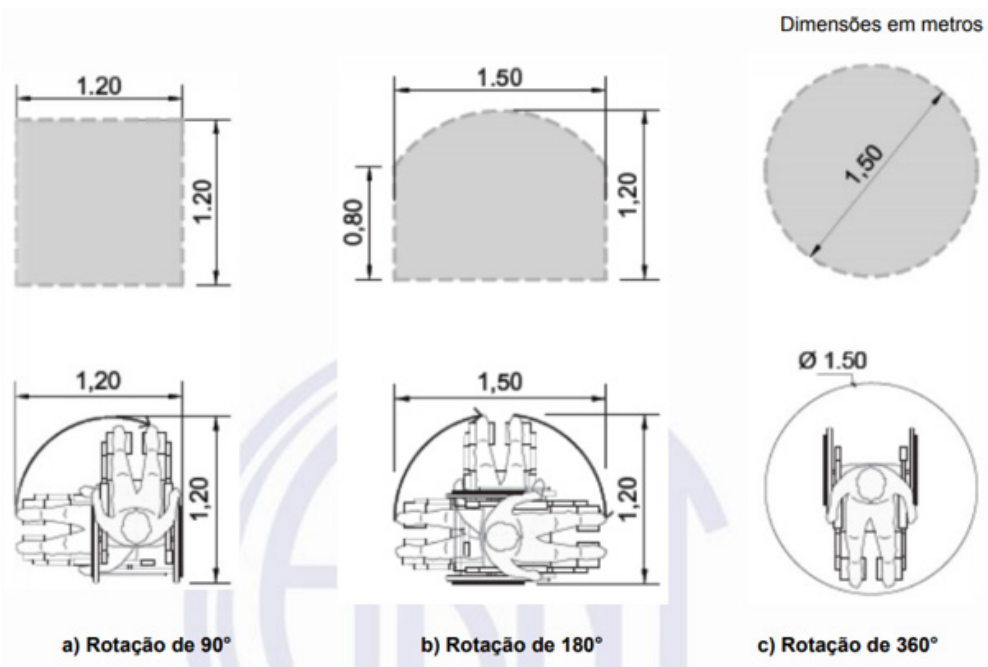
Para isso, a ABNT NBR 9050:2020 estabelece que as portas devem dispor de áreas livres de obstáculos, permitindo o posicionamento e a manobra de pessoas em cadeira de rodas. A porta deve possuir vão livre mínimo de 0,80 m.

Para a área de manobra, a norma estabelece diâmetro mínimo de 1,50 m para rotação de 360° ou espaço de 1,50 m × 1,20 m para rotação de 180°.

No deslocamento frontal, quando a porta abrir no sentido do deslocamento do usuário, deve haver espaço livre mínimo de 0,30 m entre a parede e a porta. Quando a abertura ocorrer no sentido oposto ao deslocamento, esse espaço deve ser de, no mínimo, 0,60 m, junto à maçaneta.

A presença de mobiliário, equipamentos, desníveis ou outros elementos construtivos que reduzam a área de manobra pode comprometer o acesso aos ambientes.

Figura 42 - Área para manobra de cadeira de rodas.



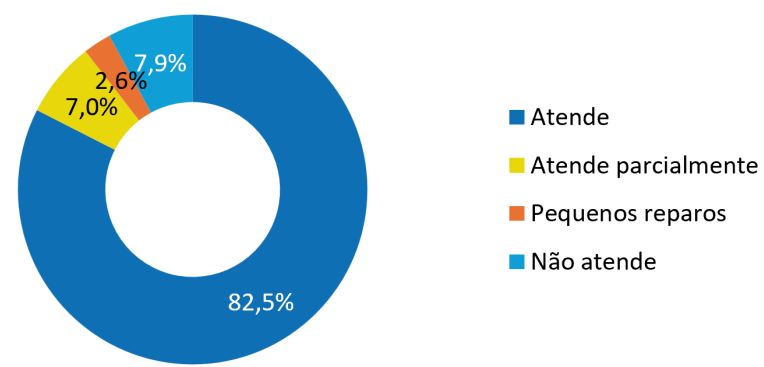
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Resultados do sistema

A análise das condições das áreas de manobra em frente às portas em 114 (cento e quatorze) edificações da UFAC permitiu avaliar a conformidade desses espaços com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Os resultados indicam que, na maior parte das edificações, as áreas de manobra permitem a aproximação e a abertura das portas por pessoas com mobilidade reduzida.

O levantamento técnico também identificou situações pontuais de inadequação, principalmente relacionadas à ocupação das áreas de circulação por mobiliário ou equipamentos e à insuficiência de espaço livre para manobra em alguns acessos.

Figura 43 - Situação das áreas de manobra em frente às portas nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 7 - Situação das áreas de manobra em frente às portas nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	78	06	03	09	96
Cruzeiro do Sul	15	01	-	-	16
Sena Madureira	01	-	-	-	01
Xapuri	-	01	-	-	01
Total	94	08	03	09	114

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados demonstram que, na maioria das edificações avaliadas, as portas dispõem de área de manobra suficiente para permitir o acesso e a circulação de pessoas em cadeira de rodas. Esse resultado indica que esse requisito de acessibilidade está consolidado em grande parte da infraestrutura da Universidade.

As Figuras 44, 45 e 46 apresentam exemplos de áreas de manobra em conformidade com a ABNT NBR 9050:2020 com dimensões compatíveis, corredores livres de obstáculos e portas com vão livre conforme os requisitos da norma.

Figura 44 - Corredor do 2º piso do Bloco da Reitoria - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 45 - Área de manobra em frente as portas dos sanitários do RU - Campus Floresta.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 46 - Corredor do Bloco Dr. Mário Alves Ribeiro (UEPMV) - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

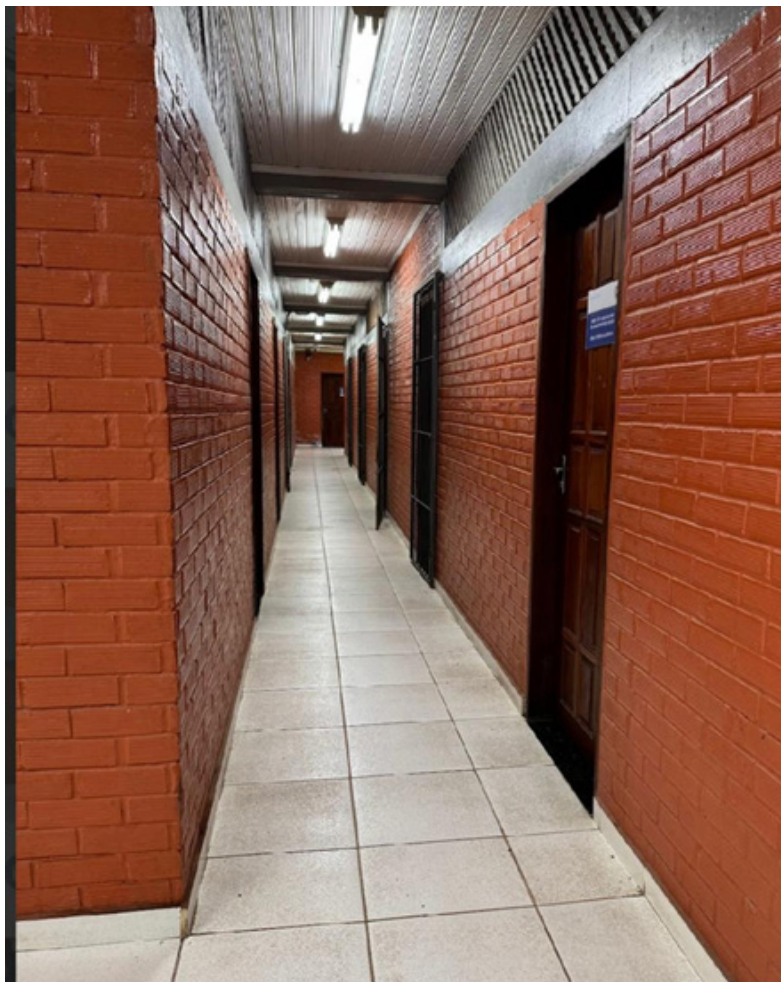
Entretanto, foram identificadas situações em que as áreas de manobra estão parcialmente comprometidas, principalmente em razão da ocupação das áreas de circulação por mobiliário, equipamentos ou elementos construtivos. Na maioria dos casos, essas inadequações podem ser corrigidas por meio da reorganização do espaço.

Entre os principais problemas identificados, destacam-se:

- Presença de equipamentos ou materiais armazenados em corredores próximos às portas, reduzindo o espaço de circulação;
- Corredores estreitos que dificultam o giro e posicionamento adequado da cadeira de rodas;
- Áreas de aproximação reduzidas em determinadas portas de acesso a ambientes internos;
- Presença de pisos danificados ou obstáculos que dificultam o deslocamento seguro.

No corredor do Bloco Mário David Andreazza, apresentado na Figura 47, a distância entre as paredes não permite o diâmetro de giro de 1,50 m necessário para a rotação de uma pessoa em cadeira de rodas, nem assegura o espaço de aproximação frontal e lateral para a abertura das portas ao longo do trajeto.

Figura 47 - Corredor do Bloco Mário David Andreazza - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Durante as visitas técnicas, foram identificados casos em que equipamentos ou mobiliário instalados nos corredores comprometem a área de manobra. Essa situação foi observada no Bloco de Laboratórios da Pós-Graduação e no CCBN, onde equipamentos de grande porte reduzem o espaço necessário para a circulação segura, conforme mostra a Figura 48.

Figura 48 - Corredor de Laboratório do Bloco CCBN - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Os exemplos apresentados demonstram que, embora a Universidade apresente elevado nível de conformidade neste sistema, ainda existem situações pontuais que requerem adequação.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

A área de manobra em frente às portas é essencial para garantir a autonomia de deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade

reduzida no interior das edificações.

Quando a área de manobra é insuficiente ou está obstruída, o acesso aos ambientes e a circulação interna podem ser comprometidos, reduzindo a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Dessa forma, as inadequações identificadas nesse sistema configuram, em sua maioria, barreiras de média criticidade, pois restringem a autonomia e o conforto de pessoas em cadeira de rodas.

4.2.6 Corredores com largura ≥ 120 cm livres de obstáculos

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que os corredores de circulação em edificações de uso coletivo devem possuir largura suficiente para permitir o deslocamento seguro e autônomo de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

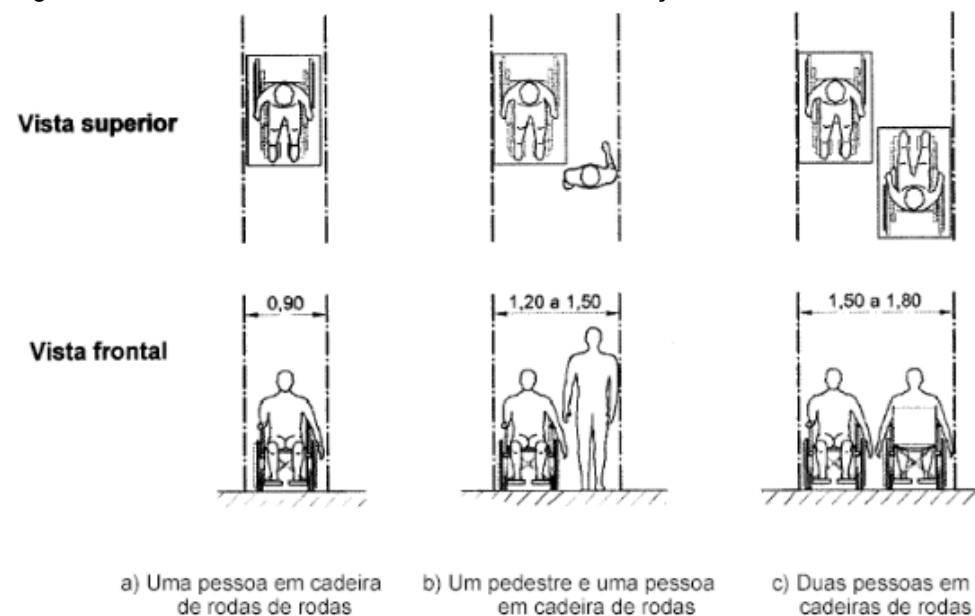
Nas rotas acessíveis internas, os corredores devem possuir largura mínima de 1,20 m, livre de obstáculos. Em locais com fluxo intenso ou que exijam a passagem simultânea de duas cadeiras de rodas, a largura mínima é de 1,50 m.

Além da largura mínima, os corredores devem permanecer livres de barreiras físicas, como mobiliário, equipamentos e materiais armazenados, que possam comprometer a circulação segura.

Objetos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura não podem projetar-se mais de 0,10 m em relação à parede. Caso esse limite seja ultrapassado, deve haver sinalização no piso.

A largura dos corredores é essencial para garantir a circulação autônoma nas edificações universitárias, especialmente de pessoas em cadeira de rodas e de pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 49 - Dimensionamento de corredores de circulação.



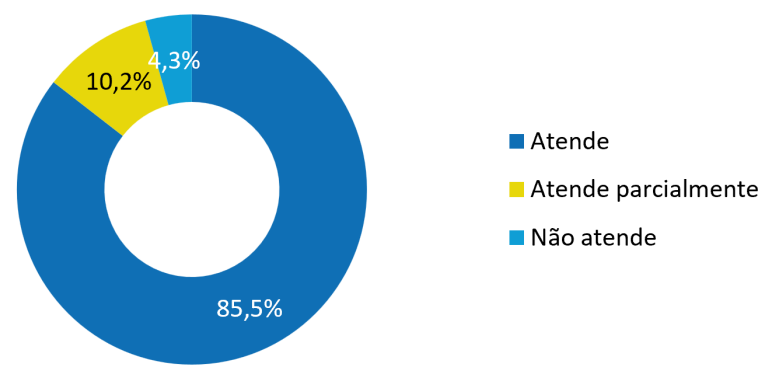
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Resultados do sistema

A análise das condições dos corredores em 117 (cento e dezessete) edificações da UFAC permitiu avaliar a conformidade da largura dos corredores com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Os resultados indicam que, na maior parte das edificações, os corredores possuem largura compatível com a circulação segura e acessível de pessoas com mobilidade reduzida.

O levantamento técnico também identificou situações pontuais de inadequação, principalmente relacionadas à presença de obstáculos ou ao uso dos corredores como área de armazenamento.

Figura 50 - Situação dos corredores com largura mínima de 1,20 m nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 8 - Situação dos corredores com largura mínima de 1,20 m nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Total
Rio Branco	85	09	05	99
Cruzeiro do Sul	14	02	-	16
Sena Madureira	01	-	-	01
Xapuri	-	01	-	01
Total	100	12	05	117

Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento de dados revela que 85,5% das edificações avaliadas atendem aos critérios de circulação interna estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020. As Figuras 51 e 52 apresentam exemplos de corredores da UFAC em conformidade com a norma, por possuírem largura útil igual ou superior a 1,20 m e permanecerem livres de obstáculos e barreiras físicas.

Figura 51 - Bloco Lúcia Kiyoko - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 52 - Corredor do Bloco CELA - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Em contrapartida, 10,3% das edificações apresentam atendimento parcial aos requisitos de circulação interna. Nesses casos, a largura mínima é respeitada, mas alguns fatores comprometem a circulação dos usuários.

Entre os principais problemas identificados, destacam-se:

- Presença de equipamentos ou materiais armazenados nos corredores;
- Utilização de áreas de circulação como espaço de depósito;

- Corredores com trechos estreitos ou com interferências pontuais;
- Iluminação ou organização inadequada dos espaços de circulação.

Figura 53 - Bloco de Fitotecnia - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 53 apresenta um exemplo de corredor utilizado para o armazenamento de materiais, o que resulta na presença de obstáculos que dificultam a circulação segura.

Além disso, o levantamento técnico identificou ambientes com corredores de largura reduzida ou limitações estruturais, como no Núcleo da UFAC em Xapuri, apresentado na Figura 54.

Figura 54 - Corredor de circulação interna - Núcleo de Xapuri.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Informações detalhadas sobre as condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram, predominantemente, barreiras de baixa criticidade, pois a Universidade apresenta elevado índice de conformidade e as inadequações são pontuais. Em muitos casos, essas inadequações podem ser solucionadas com intervenções de baixa complexidade, como a reorganização do mobiliário ou a retirada de obstáculos.

4.2.7 Sanitário acessível com barras de apoio e dimensões adequadas

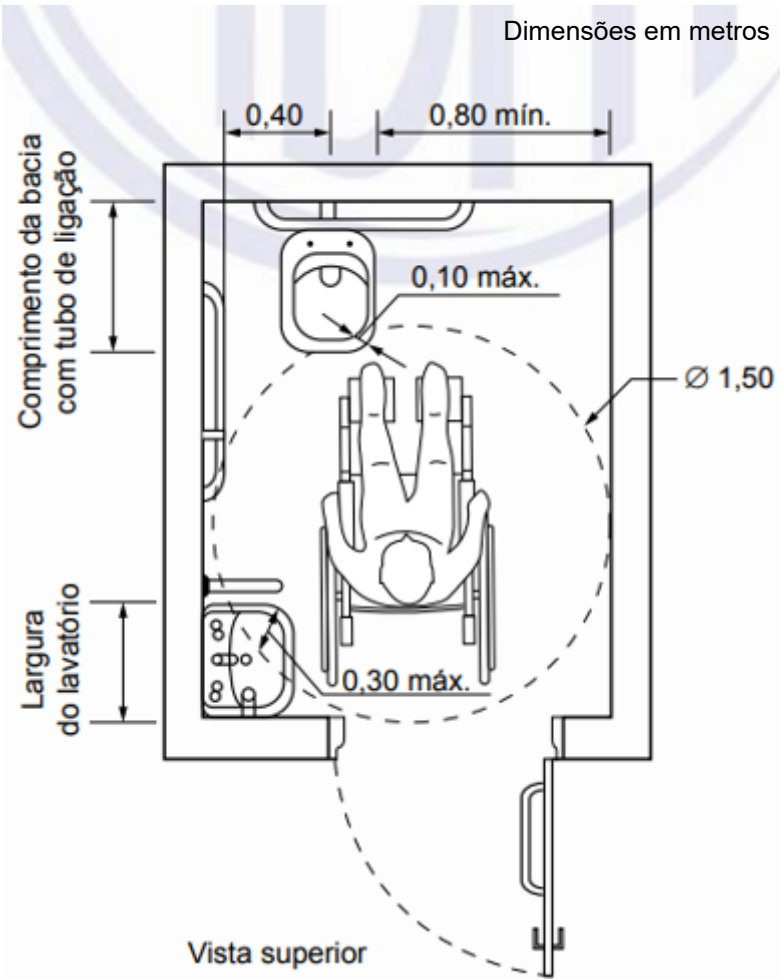
Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios para a implantação de sanitários acessíveis em edificações de uso coletivo, com o objetivo de garantir o uso seguro, autônomo e digno por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Entre os principais requisitos da norma, destacam-se:

- Área de manobra interna com diâmetro mínimo de 1,50 m para rotação de 360°;
- Bacia sanitária com eixo a 0,40 m da parede lateral e altura do assento entre 0,43 m e 0,45 m, com tampo;
- Barras de apoio horizontais instaladas a 0,75 m do piso e com comprimento mínimo de 0,80 m;
- Porta com vão livre mínimo de 0,80 m e abertura preferencial para o lado externo, de modo a preservar a área de manobra interna.

Figura 55 - Medidas mínimas de um sanitário acessível.



Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

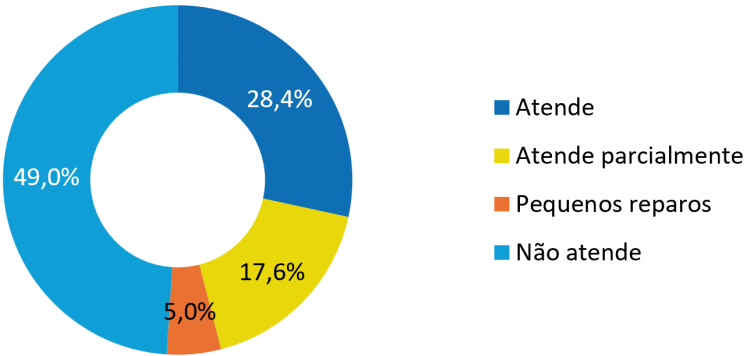
Além disso, a ABNT NBR 9050:2020 estabelece que os sanitários acessíveis devem estar localizados em rotas acessíveis e em locais de fácil identificação e acesso nas edificações.

Resultados do sistema

A análise das condições dos sanitários acessíveis em 102 (cento e duas) edificações da UFAC permitiu avaliar a conformidade desses ambientes com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Os resultados revelam diferentes níveis de adequação, refletindo os distintos períodos de construção, as reformas realizadas e os padrões construtivos adotados pela Universidade.

Os resultados são apresentados a seguir.

Figura 56 - Situação dos sanitários acessíveis com barras de apoio e dimensões adequadas nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 9 - Situação dos sanitários acessíveis com barras de apoio e dimensões adequadas nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	23	13	05	45	86
Cruzeiro do Sul	06	05	-	03	14
Sena Madureira	-	-	-	01	01
Xapuri	-	-	-	01	01
Total	29	18	05	50	102

Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento técnico identificou que 28,4% das edificações atendem aos critérios estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020. Entre essas edificações, destacam-se o Restaurante Universitário do Campus Floresta e outros blocos administrativos e acadêmicos, que possuem sanitários acessíveis com dimensões e equipamentos em conformidade com a norma.

Figura 57 - Sanitário para pessoa com deficiência do Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 58 - Sanitário para pessoa com deficiência do Bloco Lúcia Kiyoko - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 59 - Sanitário para pessoa com deficiência do Bloco Multidisciplinar - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quanto às inconformidades e aos atendimentos parciais em relação à ABNT NBR 9050:2020, o levantamento técnico identificou três categorias principais.

a) Sanitários parcialmente adaptados

Em diversas edificações, foram identificados sanitários destinados a pessoas com deficiência que não atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela norma.

Entre os problemas mais recorrentes observados destacam-se:

- Instalação de apenas uma barra de apoio, quando a norma exige barras adicionais;
- Ausência de sinalização sonora de emergência;
- Bancadas de pia sem área rebaixada acessível;

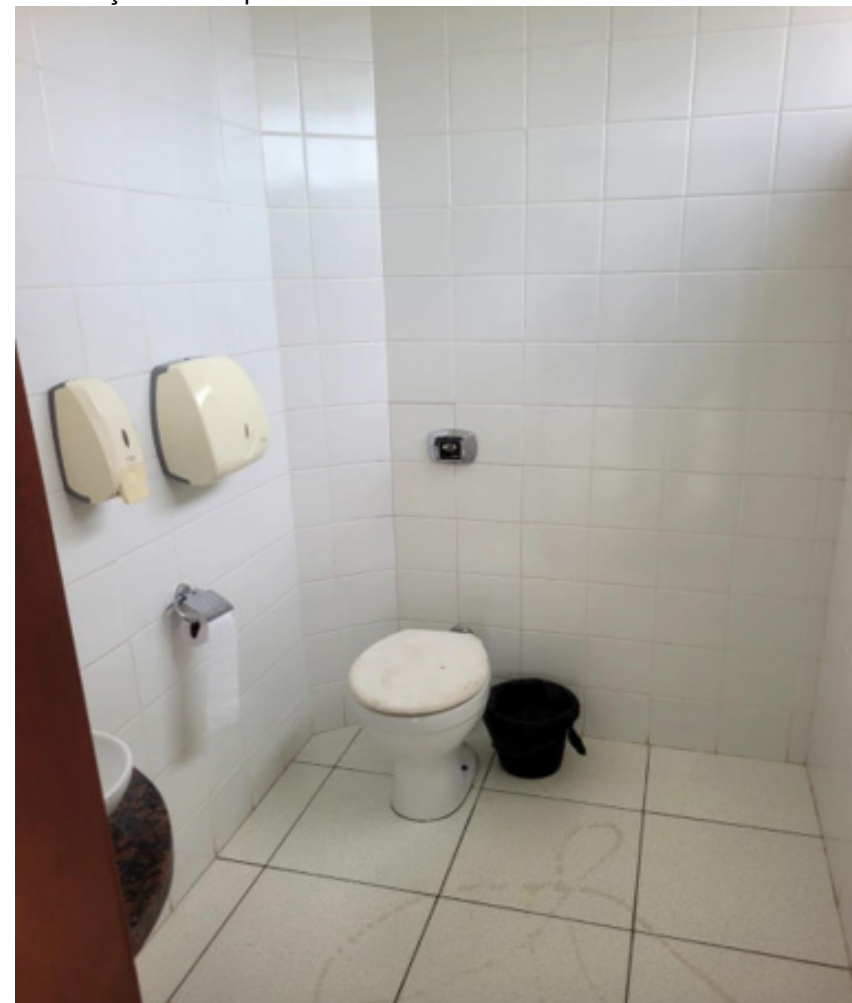
Também foram identificados sanitários com dimensões internas adequadas, mas que não possuem todos os elementos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050:2020. A Figura 60 apresenta um exemplo dessa situação. Embora o sanitário disponha de espaço interno e louças compatíveis com a norma, faltam barras de apoio e acessórios acessíveis, como espelho e alarme de emergência.

b) Problemas de localização ou acesso ao sanitário acessível

Outro grupo de inadequações refere-se à localização dos sanitários acessíveis nas edificações, comprometendo o acesso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Essa situação foi identificada, por exemplo, no Anfiteatro. Embora exista sanitário acessível, o espaço disponível não permite a entrada segura de pessoas em cadeira de rodas, conforme mostra a Figura 61.

Figura 60 - Sanitário para pessoa com deficiência do Centro de Convenções - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 61 - Sanitário para pessoa com deficiência do Anfiteatro Garibaldi Brasil - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Essas situações evidenciam que, em algumas edificações, embora exista sanitário acessível, o acesso exige manobras complexas por pessoas em cadeira de rodas ou ocorre por percursos inadequados, em razão de portas estreitas e corredores que impedem a realização das manobras necessárias.

Em outros casos, as inadequações decorrem da configuração estrutural dos sanitários, que impede seu uso por pessoas em cadeira de rodas. Entre as situações identificadas, destacam-se sanitários com dimensões inferiores às estabelecidas pela ABNT NBR 9050:2020 e desníveis entre o piso externo e o piso do sanitário.

Também foram identificados sanitários acessíveis localizados no interior de banheiros convencionais ou em espaços com configuração inadequada, o que reduz a funcionalidade das soluções de acessibilidade.

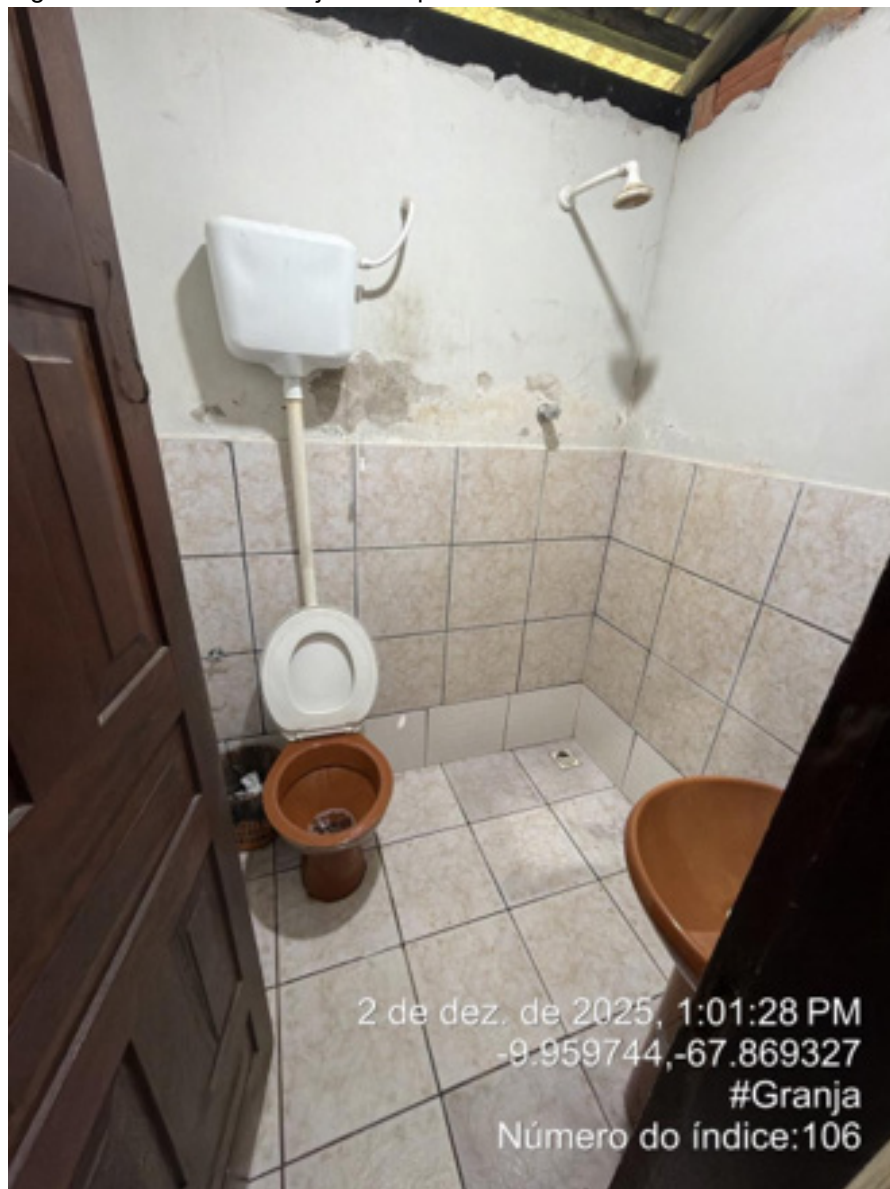
Nesses casos, as inadequações exigem intervenções estruturais de maior complexidade, como a reconfiguração dos ambientes ou a reconstrução parcial dos sanitários.

c) Ausência de sanitários acessíveis

O levantamento técnico identificou um número significativo de edificações sem sanitários acessíveis, o que configura uma barreira ao acesso de pessoas com deficiência.

A ausência de sanitários acessíveis foi constatada em edificações acadêmicas, administrativas e de apoio, incluindo áreas de vigilância, transporte e alguns laboratórios. As Figuras 62 e 63 apresentam exemplos dessa situação.

Figura 62 - Sanitário Granja - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 63 - Sanitário Bloco de Anatomia Animal - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Essa situação representa uma das barreiras mais graves à acessibilidade, pois impede que pessoas com deficiência utilizem os sanitários destinados ao atendimento de necessidades básicas.

Também foram identificados sanitários originalmente projetados como acessíveis que passaram a ser utilizados para o armazenamento de materiais, comprometendo sua finalidade e reduzindo a disponibilidade de espaços acessíveis.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade. A inexistência ou a inadequação de sanitários acessíveis compromete a autonomia, a segurança e a permanência de estudantes, servidores e visitantes com deficiência no ambiente universitário, dificultando o uso dos espaços e a participação nas atividades acadêmicas e institucionais.

4.2.8 Pias e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis

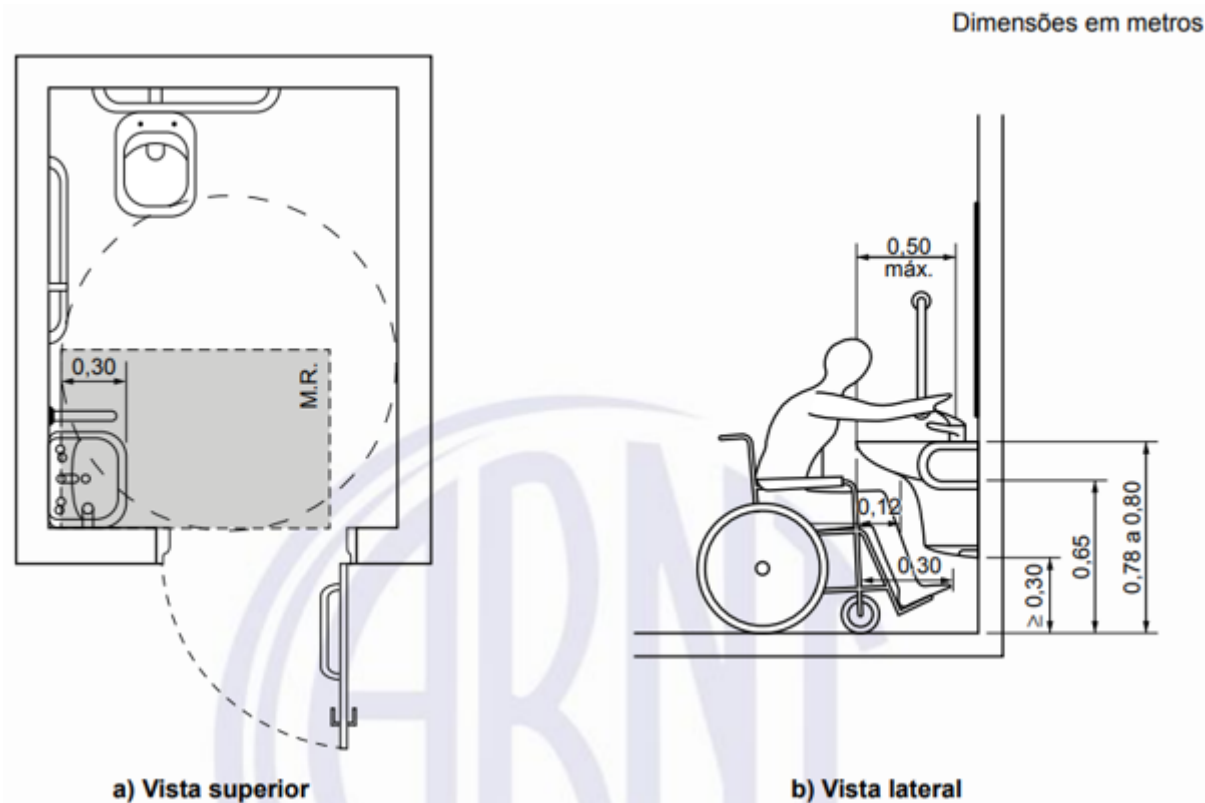
Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios para a instalação de lavatórios e acessórios sanitários em edificações de uso coletivo, com o objetivo de garantir o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a norma, os lavatórios acessíveis devem possuir borda superior entre 0,78 m e 0,80 m de altura, espaço livre inferior para aproximação dos jo-

elhos com altura mínima de 0,73 m e profundidade mínima de 0,30 m. A torneira deve possuir acionamento por alavanca, sensor ou pressão e estar instalada a, no máximo, 0,50 m da borda frontal do lavatório. O espelho deve ter a borda inferior a, no máximo, 0,90 m do piso ou ser instalado com inclinação de 10°. As saboneteiras e os porta-toalhas devem estar posicionados entre 0,80 m e 1,20 m de altura.

Figura 64 - Áreas de aproximação para uso do lavatório.



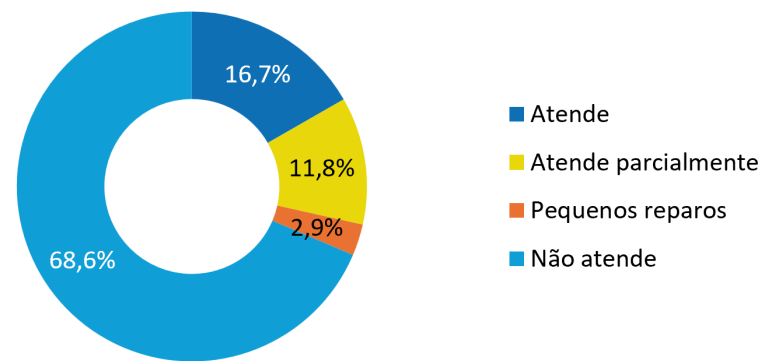
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

A instalação correta dos acessórios é essencial para garantir o uso dos sanitários acessíveis por pessoas com deficiência. O atendimento aos requisitos dimensionais, por si só, não assegura a funcionalidade do ambiente. Quando os acessórios não são instalados de acordo com a ABNT NBR 9050:2020, o sanitário pode apresentar dimensões compatíveis com a norma, mas não oferecer condições adequadas de uso.

Resultados do sistema

Este sistema avalia a conformidade da instalação de lavatórios acessíveis e de seus acessórios, identificando situações em que esses elementos existem, mas não atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, comprometendo a funcionalidade do ambiente para pessoas com deficiência. Os resultados são apresentados a seguir.

Figura 65 - Situação das Pias e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 10 - Situação dos sanitários acessíveis com barras de apoio e dimensões adequadas nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	13	10	03	60	86
Cruzeiro do Sul	04	02	-	08	14
Sena Madureira	-	-	-	01	01
Xapuri	-	-	-	01	01
Total	17	12	03	70	102

Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento técnico revelou que 68,6% das edificações analisadas não atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020 quanto à instalação de lavatórios e acessórios sanitários acessíveis, como espelhos e saboneteiras.

De acordo com as fichas de levantamento, grande parte dessas inadequações está relacionada à configuração das bancadas dos lavatórios, que não apresentam área rebaixada ou espaço livre inferior suficiente para permitir a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas. Também foi identificada, de forma recorrente, a ausência de espelhos nos sanitários acessíveis ou a instalação desses equipamentos apenas nas áreas comuns dos banheiros, em altura incompatível com a norma.

A Figura 66 do Núcleo de Sena Madureira demonstra exemplo de banheiro que atende quanto a existência de louça (vaso sanitário) em altura adequada e instalação de barras de apoio, mas que não possui pia nem acessórios acessíveis.

Figura 66 - Sanitário para pessoa com deficiência - Núcleo de Sena Madureira.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As Figuras 67 e 68 apresentam exemplos de sanitários com bancadas de lavatório sem área rebaixada.

Figura 67 - Sanitário do Bloco Lúcia Kiyoko - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 68 - Sanitário do Bloco Multidisciplinar - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Também foram identificadas situações de atendimento parcial, como no sanitário acessível do Restaurante Universitário do Campus Sede.

A Figura 69 apresenta um exemplo em que se verifica a ausência de saboneteira e a instalação inadequada do espelho, que não atende ao requisito de inclinação previsto na ABNT NBR 9050:2020.

Figura 69 - Sanitário para pessoa com deficiência do Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento técnico também identificou edificações nas quais os lavatórios e os acessórios sanitários atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, permitindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Entre os exemplos de lavatórios com acessórios instalados dentro da faixa de alcance do usuário, destacam-se o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) e o Teatro Universitário. As Figuras 70 e 71 apresentam esses exemplos.

Figura 70 - Sanitário para pessoa com deficiência do Bloco do NAI - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 71 - Sanitário para pessoa com deficiência do Teatro Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A análise das condições dos lavatórios e dos acessórios sanitários em 102 (cento e duas) edificações permitiu avaliar sua conformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Embora diversas edificações apresentem condições adequadas de uso, uma parcela significativa ainda possui inadequações que comprometem a funcionalidade e a acessibilidade dos lavatórios.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de

média criticidade. As inadequações nos lavatórios e nos acessórios sanitários, como espelhos e saboneteiras, não impedem o acesso aos ambientes, mas comprometem a autonomia de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Na maior parte dos casos, essas inadequações podem ser corrigidas por meio de intervenções de baixa complexidade, como ajustes na instalação, reposicionamento ou substituição de equipamentos.

4.2.9 Mesas, balcões e mobiliários com altura adequada

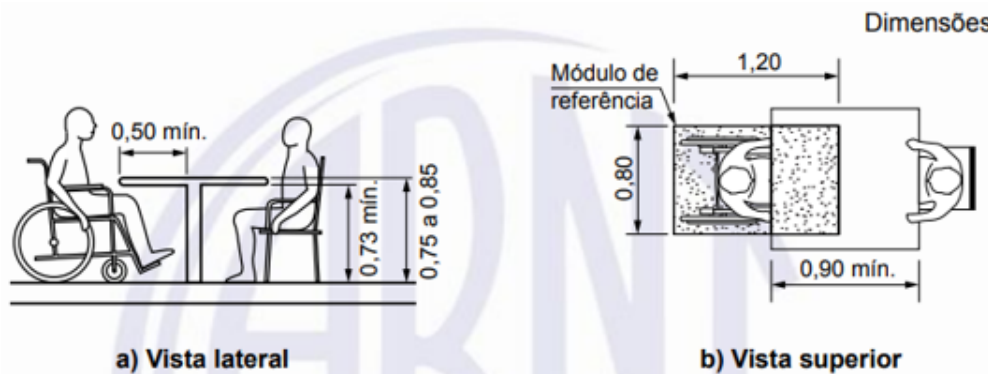
Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios para o dimensionamento e a instalação de mesas, balcões de atendimento e demais mobiliários de uso coletivo em edificações públicas ou de uso coletivo, com o objetivo de garantir o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a norma, as superfícies destinadas ao atendimento ou ao uso do público devem possuir altura compatível com o uso por pessoas em cadeira de rodas e espaço livre inferior para permitir a aproximação frontal. Nos balcões de atendimento, parte da superfície deve apresentar trecho rebaixado com altura entre 0,75 m e 0,85 m e largura mínima de 0,80 m. O espaço livre inferior para as pernas deve possuir altura mínima de 0,73 m e profundidade mínima de 0,30 m.

Mesas e bancadas utilizadas em ambientes administrativos, acadêmicos ou de atendimento devem permitir a aproximação frontal ou lateral de pessoas em cadeira de rodas, sem obstáculos estruturais que impeçam seu posicionamento.

Figura 72 - Mesa - Medidas e áreas de aproximação.



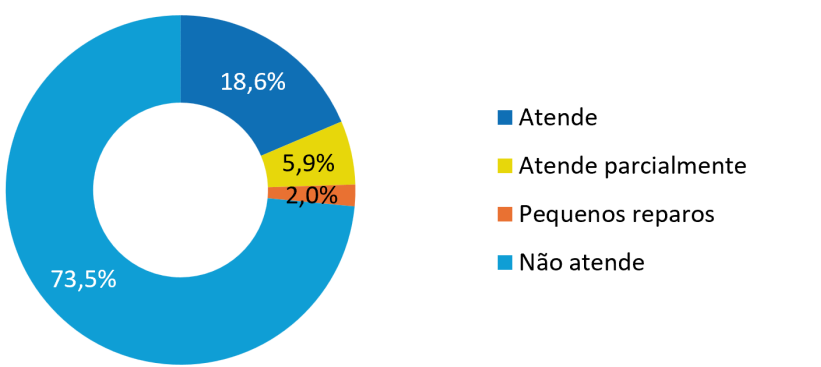
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

A configuração adequada desses elementos é essencial para garantir condições equitativas de acesso aos serviços institucionais, permitindo que pessoas com deficiência utilizem os espaços e os serviços oferecidos pela Universidade com autonomia.

Resultados do sistema

A análise das condições de acessibilidade relacionadas às mesas, aos balcões e aos demais mobiliários em 102 (cento e duas) edificações evidenciou elevado índice de inconformidade. Os resultados são apresentados a seguir.

Figura 73 - Situação das mesas, balcões e mobiliários com altura adequada nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 11 - Situação das mesas, balcões e mobiliários com altura adequada nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	15	06	-	72	93
Cruzeiro do Sul	04	-	02	01	07
Sena Madureira	-	-	-	01	01
Xapuri	-	-	-	01	01
Total	19	06	02	75	102

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados coletados indicam que 73,5% das edificações da Universidade apresentam inadequações relacionadas ao mobiliário institucional, especialmente nos ambientes de atendimento ao público e nas áreas administrativas.

Grande parte dessas inadequações está relacionada à altura incompatível dos balcões de atendimento ou à ausência de mesas, bancadas e superfícies de trabalho que permitam a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas.

Entre os exemplos identificados, destacam-se edificações em que o mobiliário impede a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas ou em que os balcões e as bancadas de laboratórios apresentam altura superior à estabelecida pela ABNT NBR 9050:2020.

A Figura 74 apresenta uma sala com mobiliário e dimensões que impossibilitam a aproximação frontal.

Figura 74 - Sala de armazenamento do Bloco de Anatomia Animal - Campus Sede.



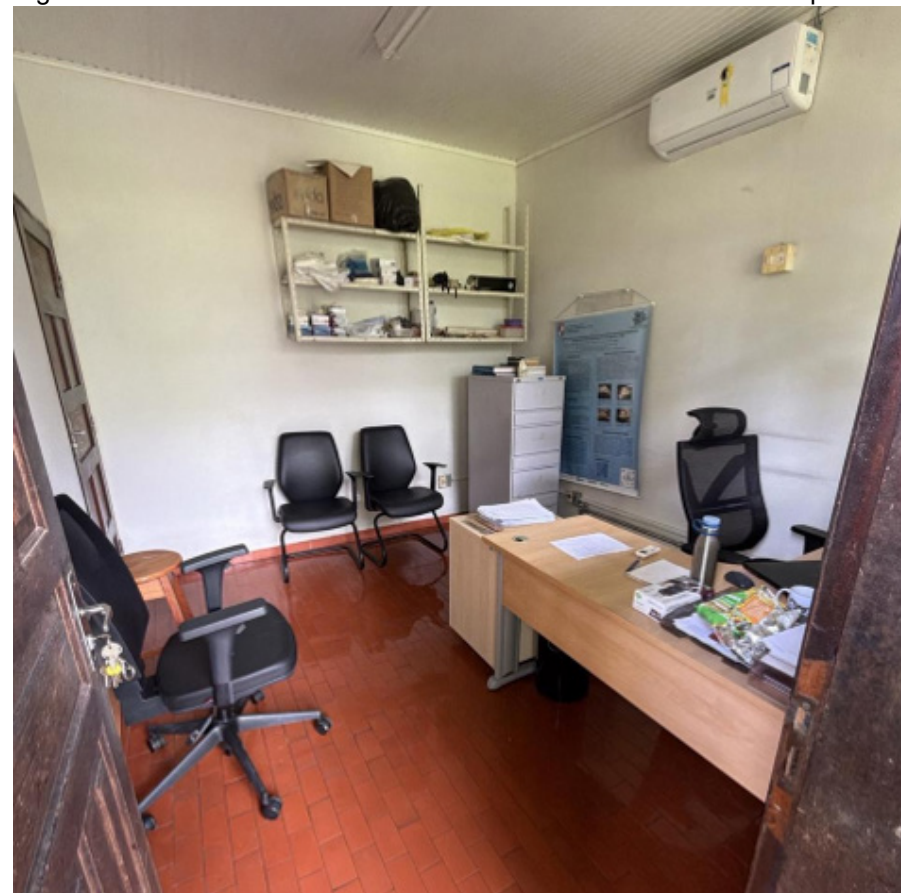
Fonte: Equipe técnica (2026)

Entretanto, também foram identificadas edificações com atendimento parcial aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, principalmente em razão de limitações no desenho ou na disposição do mobiliário.

Nessas situações, embora existam mesas ou superfícies de trabalho potencialmente utilizáveis, sua configuração impede a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas ou exige ajustes na altura do mobiliário e na organização do espaço.

A Figura 75 apresenta um exemplo de mesa de atendimento que dificulta a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas.

Figura 75 - Sala administrativa do Bloco de Anatomia Animal - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Também foram identificadas situações em que o mobiliário existente possui potencial de adaptação, porém sua disposição no ambiente impede o uso adequado por pessoas com mobilidade reduzida, como no Bloco de Fitotecnia do Campus Sede, demonstrado na Figura 76 em que a disposição inadequada de materiais restringe o acesso ao usuário.

Figura 76 - Bloco de Fitotecnia - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Outro aspecto identificado durante o levantamento técnico refere-se à ausência de trechos rebaixados em balcões de atendimento e bancadas, condição que limita o uso por pessoas em cadeira de rodas.

A Figura 77 apresenta um exemplo dessa situação no Laboratório do Bloco do CCSD, onde é necessária a execução de um trecho rebaixado na bancada para permitir a utilização autônoma por pessoas em cadeira de rodas.

Figura 77 - Laboratório do Bloco dos Mestrados em Saúde - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Por outro lado, o levantamento técnico identificou edificações nas quais o mobiliário atende aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, apresentando mesas e balcões com altura adequada e espaço livre inferior para a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas.

Entre esses exemplos, destacam-se a Biblioteca do Campus Floresta (Figura 78) e uma sala de aula do Bloco B01 (Figura 79), que apresentam condições adequadas de uso do mobiliário por pessoas em cadeira de rodas.

Figura 78 - Mobiliário da Biblioteca Setorial - Campus Floresta.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 79 - Sala de aula do Bloco B01 - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Informações detalhadas sobre as condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

Mesas, balcões e demais mobiliários acessíveis são essenciais para garantir o acesso equitativo aos serviços institucionais em ambientes de atendimento ao público, setores administrativos e espa-

ços acadêmicos. Quando esses elementos não atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida podem encontrar dificuldades para utilizar os serviços e os espaços institucionais com autonomia.

As inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de média criticidade, pois não impedem o acesso aos ambientes, mas restringem a autonomia de uso do mobiliário e dos serviços institucionais.

4.2.10 Bebedouros acessíveis a cadeirantes

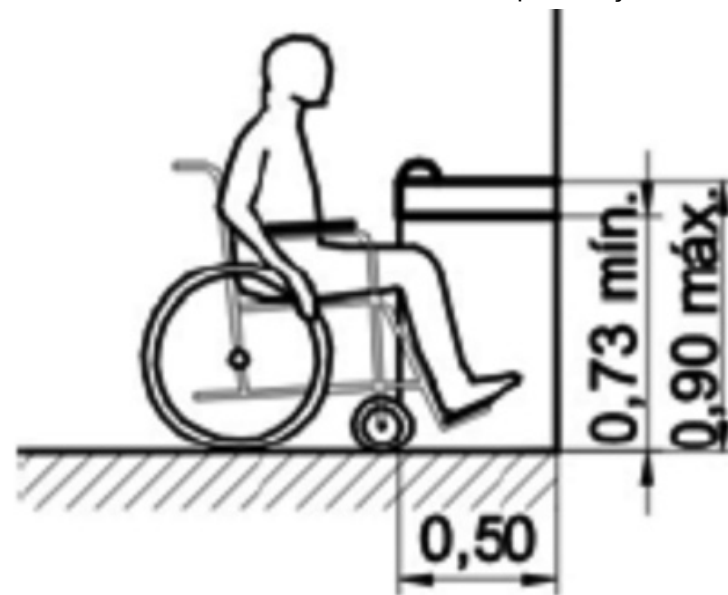
Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece critérios para a instalação de bebedouros acessíveis em edificações de uso coletivo, com o objetivo de garantir o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De acordo com a norma, os bebedouros devem possuir bica instalada entre 0,80 m e 0,90 m de altura para o uso por pessoas em cadeira de rodas e entre 1,00 m e 1,10 m para o uso por pessoas em pé. O equipamento deve permitir aproximação frontal, com espaço livre inferior de, no mínimo, 0,73 m de altura. O acionamento deve ser de fácil utilização, preferencialmente por alavanca ou botão localizado na parte frontal ou lateral.

Quando houver mais de um bebedouro, a norma recomenda a instalação de equipamentos em alturas diferentes, de modo a atender pessoas em cadeira de rodas, pessoas em pé e crianças.

Figura 80 - Bebedouros - Medidas e áreas de aproximação.



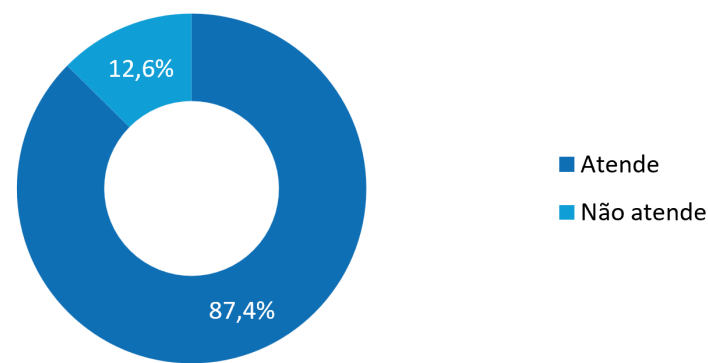
Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

A instalação adequada desses equipamentos é essencial para a acessibilidade arquitetônica, pois permite que pessoas com deficiência utilizem os espaços institucionais com autonomia e em condições equivalentes às das demais pessoas.

Resultados do sistema

O levantamento das condições de acessibilidade dos bebedouros da UFAC evidencia elevado nível de conformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020.

Figura 81 - Situação dos bebedouros acessíveis a cadeirantes nas edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 12 - Situação dos bebedouros acessíveis a cadeirantes nas edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Não atende	Total
Rio Branco	74	12	86
Cruzeiro do Sul	15	-	15
Sena Madureira	-	01	01
Xapuri	01	-	01
Total	90	13	103

Fonte: Equipe técnica (2026)

A análise do levantamento indica que os bebedouros da Universidade constituem um dos sistemas de infraestrutura com maior índice de conformidade no diagnóstico de acessibilidade do campus.

O percentual de 87,4% de atendimento demonstra que, na maior parte das edificações, os bebedouros atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020 quanto à acessibilidade.

Entre as edificações classificadas como atendem, destacam-se blocos acadêmicos, administrativos e outros espaços institucionais localizados no Campus Sede (Rio Branco) e no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul), incluindo bibliotecas, laboratórios, blocos de ensino e unidades administrativas.

A Figura 82 apresenta um bebedouro do Bloco Multidisciplinar, no Campus Sede, em conformidade com a ABNT NBR 9050:2020, com espaço para a aproximação frontal de pessoas em cadeira de rodas e sistema de acionamento acessível.

Figura 82 - Bebedouro do Bloco Multidisciplinar - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Ufac tem implantado, gradualmente, novos modelos de bebedouros, com o objetivo de aprimorar as condições de acessibilidade e a qualidade dos equipamentos.

Figura 83 - Bebedouro do Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O conjunto de edificações classificadas como atendem demonstra que, na maior parte dos espaços institucionais, pessoas com deficiência conseguem utilizar os bebedouros com autonomia.

Entretanto, o levantamento técnico identificou que 12,6% das edificações foram classificadas como não atendem, pois os bebedouros apresentam limitações que impedem o uso por pessoas em cadeira de rodas.

Em alguns casos, o equipamento atende aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020, mas o acesso ao local de instalação apresenta barreiras arquitetônicas. Essa situação foi observada, por exemplo, nas instalações da Granja, onde pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida não conseguem acessar, de forma autônoma, o pavimento em que o bebedouro está instalado.

Figura 84 - Granja - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento indica que grande parte das inadequações está relacionada ao posicionamento dos bebedouros ou às condições de acesso aos equipamentos, e não à sua inexistência.

Na maior parte dos casos, essas inadequações podem ser corrigidas por meio de intervenções de baixa complexidade, como o reposicionamento dos equipamentos ou ajustes de altura. Em outras situações, são necessárias intervenções estruturais, como a implantação de rampas de acesso ou de soluções para a transposição de níveis.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade.

As inadequações identificadas no sistema de bebedouros acessíveis configuram barreiras de baixa criticidade. O elevado índice de conformidade observado no campus demonstra que a Ufac apresenta nível satisfatório de adequação nesse sistema, contribuindo para a acessibilidade arquitetônica das edificações.

As intervenções necessárias concentram-se em situações pontuais e, na maior parte dos casos, podem ser realizadas por meio de ajustes na instalação dos equipamentos ou de melhorias nas rotas acessíveis, ampliando a funcionalidade e a autonomia de uso dos bebedouros.

4.2.11. Sinalização tátil no piso em rotas acessíveis

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que as rotas acessíveis devem dispor de sinalização tátil no piso, em conformidade com a ABNT NBR 16537, para orientar pessoas com deficiência visual por meio de relevos e contraste de luminância.

De acordo com a norma, as rotas acessíveis devem possuir piso tátil direcional contínuo, com largura entre 0,20 m e 0,40 m ao longo do percurso, e piso tátil de alerta em pontos de risco, mudanças de dire-

ção e desníveis, com largura entre 0,25 m e 0,60 m.

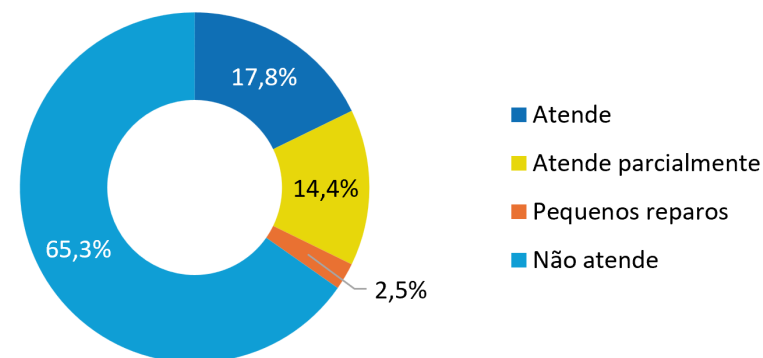
A sinalização deve ser instalada a uma distância de 0,15 m a 0,20 m do obstáculo e apresentar contraste visual de, no mínimo, 30 pontos de luminância em relação ao piso adjacente.

A integração adequada entre os elementos de circulação, como acessos, escadas e rampas, é essencial para garantir a autonomia e a segurança de pessoas com deficiência visual, permitindo a identificação das rotas, a localização das entradas e a percepção de áreas de risco.

Resultados do sistema

A análise das condições de acessibilidade da sinalização tátil evidencia baixo nível de conformidade, em razão da presença limitada desse sistema nas rotas acessíveis.

Figura 85 - Situação da sinalização tátil no piso das edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 13 - Situação da sinalização tátil no piso das edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	20	16	03	61	100
Cruzeiro do Sul	01	01	-	14	16
Sena Madureira	-	-	-	01	01
Xapuri	-	-	-	01	01
Total	21	17	03	77	118

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados indicam que 65,3% das edificações foram classificadas como não atendem, demonstrando que a maior parte das unidades não dispõe de sistema de sinalização tátil para orientar pessoas com deficiência visual. Nessas edificações, predominam as seguintes situações:

- Ausência total de piso podotátil nas rotas internas e externas;
- Inexistência de sinalização tátil em acessos principais;
- Falta de orientação para deslocamento entre ambientes.

As Figuras 86 e 87 apresentam exemplos da ausência de piso tátil nos acessos principais e nas rotas internas.

Figura 86 - Passarela do Bloco de Laboratórios do CCBN - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 87 - Corredor de salas de aula do Bloco Multidisciplinar - Campus Sede.

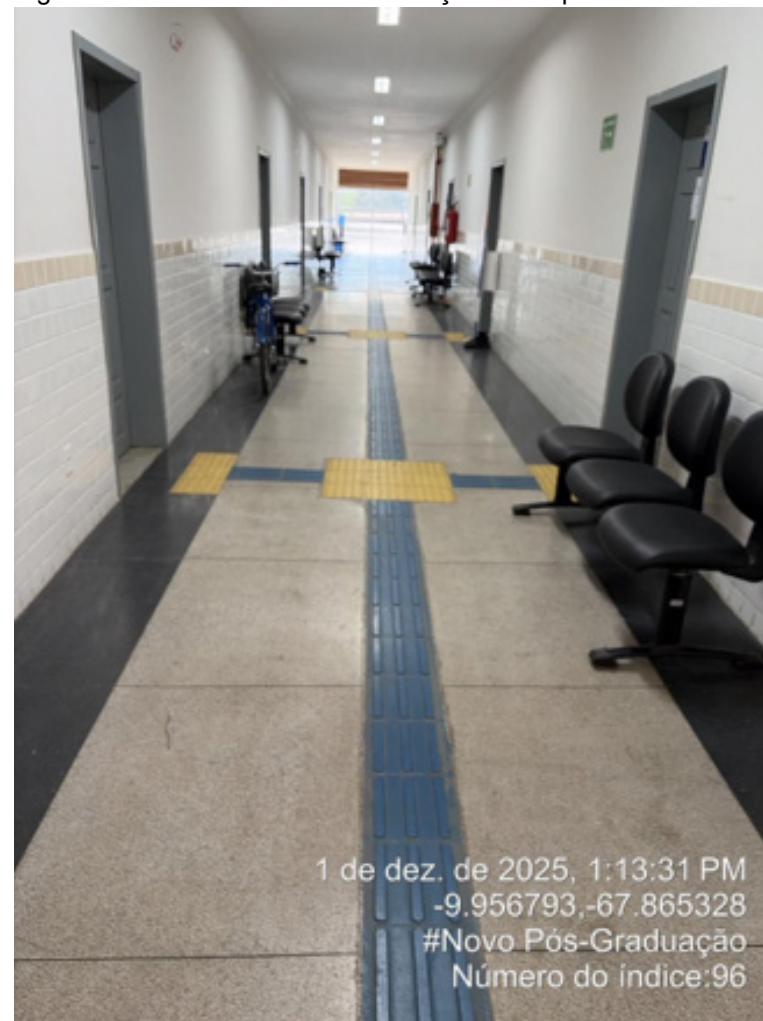


Fonte: Equipe técnica (2026)

Por outro lado, o percentual de 17,8% de edificações classificadas como atendem demonstra a existência de referências institucionais que podem servir de modelo para a implantação de soluções em outras unidades.

Nas edificações classificadas como atendem, observa-se a implantação contínua e funcional de piso tátil, permitindo a orientação ao longo das rotas acessíveis. A Figura 88 apresenta um exemplo dessa situação.

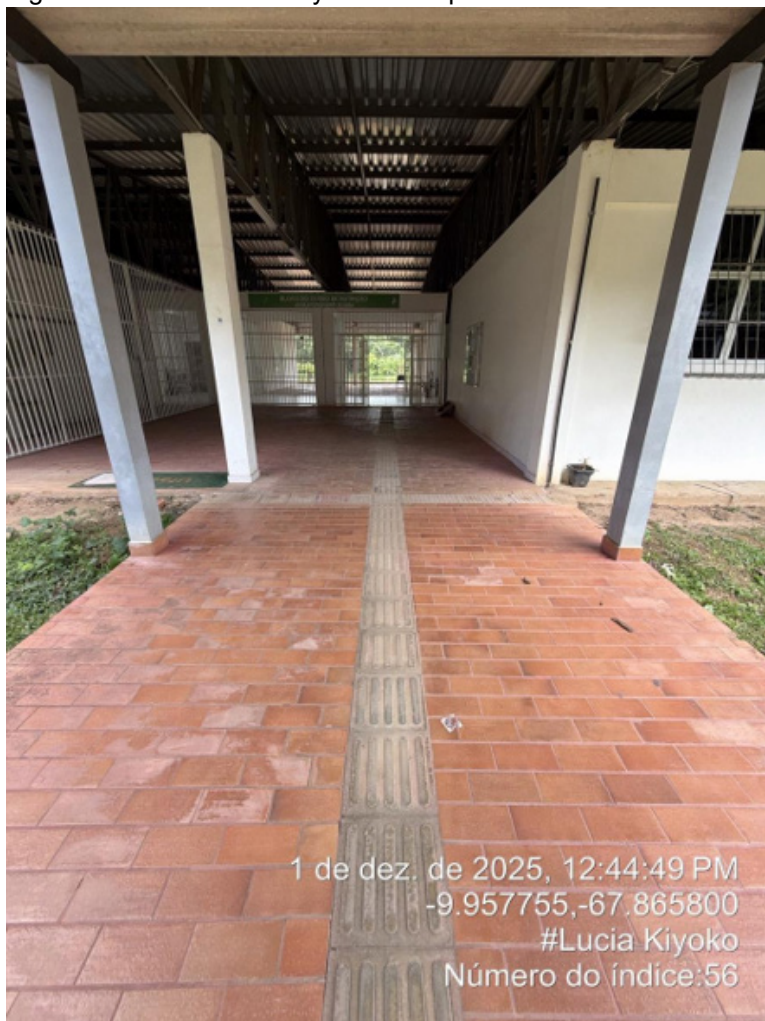
Figura 88 - Bloco Novo Pós-Graduação - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Foram identificadas situações em que a sinalização tátil está instalada, mas necessita de pintura para maior contraste entre o piso podotátil e o comum, visando garantir plenas condições de localização espacial e identificação das rotas, como mostra a Figura 89.

Figura 89 - Bloco Lúcia Kiyoko - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As situações classificadas como pequenos reparos evidenciam inadequações que podem ser corrigidas com intervenções de baixa complexidade, permitindo a rápida adequação do sistema.

A Figura 90 apresenta um exemplo dessa situação.

Figura 90 - Bloco I03 - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Por outro lado, nas edificações classificadas como atendem parcialmente, foram identificadas diversas situações recorrentes, tais como:

- Presença de piso podotátil apenas em trechos isolados;
- Descontinuidade das faixas direcionais;
- Ausência de conexão entre acessos, ambientes e rotas principais;
- Implantação inadequada em relação ao fluxo de circulação.

A Figura 91 representa um dos casos encontrados de descontinuidade das faixas direcionais com piso podotátil.

Figura 91 - Corredor principal do Bloco Multidisciplinar - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As inconformidades foram identificadas de forma recorrente em diferentes unidades dos campi e núcleos da Ufac, evidenciando que a deficiência na sinalização tátil possui abrangência institucional.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

A ausência ou a inadequação da sinalização tátil compromete a autonomia e a segurança de pessoas com deficiência visual no ambiente construído.

Além disso, a descontinuidade das rotas acessíveis reduz a efetividade dos demais elementos de acessibilidade, comprometendo o funcionamento integrado do sistema.

Dessa forma, as inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade, em razão do elevado percentual de inconformidade e do impacto direto sobre a autonomia de pessoas com deficiência visual.

4.2.12 Sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga

Referência normativa

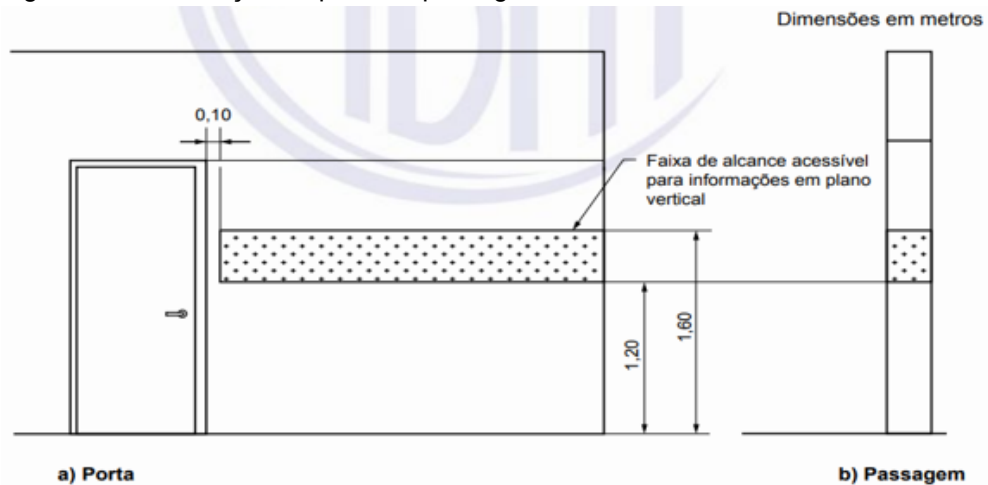
A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que edificações de uso coletivo devem dispor de sistemas de sinalização visual e sonora que permitam a orientação segura de pessoas com deficiência, especialmente em circulações verticais e emergências.

Nos elevadores e nas plataformas elevatórias, a norma prevê a instalação de sinalização do pavimento nos dois batentes externos das portas, com indicação do andar em relevo e em Braille, posicionada entre 1,20 m e 1,60 m de altura em relação ao piso e com caracteres entre 15 mm e 50 mm.

Os equipamentos também devem dispor de sinalização sonora para

indicar a chegada e o sentido de deslocamento da cabine, além de painéis de comando acessíveis, instalados entre 0,80 m e 1,20 m de altura.

Figura 92 - Sinalização de portas e passagens – Faixa de alcance acessível.



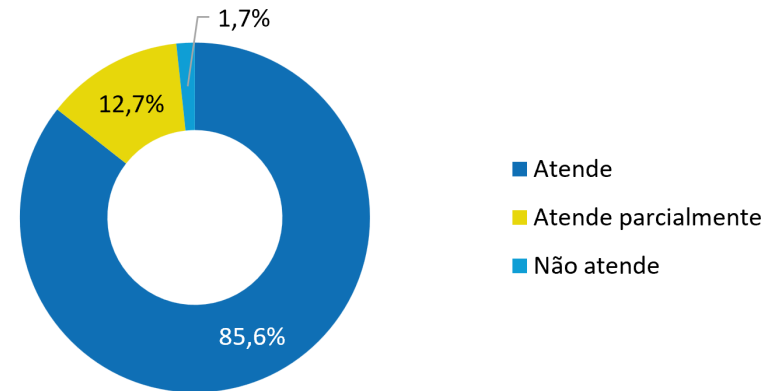
Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Ao longo das rotas de fuga, a sinalização visual deve ser clara e fotoluminescente, integrada a alertas sonoros, de modo a garantir que pessoas com deficiência sensorial identifiquem as rotas de evacuação e as saídas de emergência com segurança, inclusive em ambientes desconhecidos.

Resultados do sistema

A análise das condições de acessibilidade da sinalização visual e sonora em 118 (cento e dezoito) edificações da Ufac evidenciou baixo nível de conformidade, indicando que as inadequações nesse sistema estão amplamente distribuídas na infraestrutura institucional.

Figura 93 - Situação da sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga das edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 14 - Situação da sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga das edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Total
Rio Branco	02	15	83	100
Cruzeiro do Sul	-	-	16	16
Sena Madureira	-	-	01	01
Xapuri	-	-	01	01
Total	02	15	101	118

Fonte: Equipe técnica (2026)

O levantamento técnico identificou que apenas 1,7% das edificações foram classificadas como atendem. Nessas edificações, observam-se recursos de sinalização visual e sonora em conformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020, contribuindo para a orientação dos usuários.

As Figuras 94, 95 e 96 apresentam exemplos dessas soluções na Ufac. A Figura 94 apresenta sinalização visual e iluminação de emer-

gência em corredor integrante da rota de fuga, enquanto as Figuras 95 e 96 mostram elevadores com sinalização visual.

Figura 94 - Acesso ao Hall do Nurca - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 95 - Elevador do Bloco do CFCH - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 96 - Elevador do Bloco do Nurca - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Nas edificações classificadas como atendem parcialmente (12,7%), foram identificadas situações como a presença de sinalização apenas visual nas rotas de fuga, sinalização sonora restrita a equipamentos específicos, como plataformas elevatórias, ou sinalização visual insuficiente para atender aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020.

Essas situações foram observadas em diversos blocos da Ufac, nos quais a sinalização existe, mas apresenta inconformidades em relação aos critérios normativos.

Entretanto, o dado mais relevante do levantamento refere-se aos 85,6% das edificações classificadas como não atendem, indicando a ausência ou a insuficiência desses recursos. Nessas edificações, verificaram-se as seguintes situações:

- Ausência total de sinalização visual, sonora ou tátil;
- Inexistência de sistemas de orientação para rotas de fuga;
- Ausência de qualquer tipo de comunicação acessível em situações de emergência;
- Inexistência de integração entre sistemas de acessibilidade.

As Figuras 97 e 98 apresentam exemplos de inadequações nesse sistema, em que as rotas de fuga estão localizadas em corredores amplos e livres de barreiras, mas sem sinalização visual ou tátil.

Figura 97 - Corredor do Bloco I13 - Campus Sede.



2 de dez. de 2025, 2:23
-9.956397,-67.
#Sergio k
Número do índ

Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 98 - Corredor do 2º andar da Biblioteca Central - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 99 demonstra ponto de grande circulação de pessoas na universidade, com elevador sem sinalização visual.

Figura 99 - Elevador do Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

A ausência ou a inadequação da sinalização visual e sonora compromete a segurança dos usuários, especialmente em situações de evacuação e emergência. Esse impacto é ainda mais relevante para pessoas com deficiência auditiva ou visual, que dependem desses sistemas para sua orientação.

Dessa forma, as inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade, em razão do elevado percentual de inconformidade e do impacto sobre a autonomia, a segurança e a integridade física das pessoas com deficiência durante situações de emergência.

4.2.13 Rotas de fuga acessíveis e livres de barreiras

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que as rotas de fuga em edificações de uso coletivo devem garantir circulação contínua e desobstruída, permitindo a evacuação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em condições de segurança.

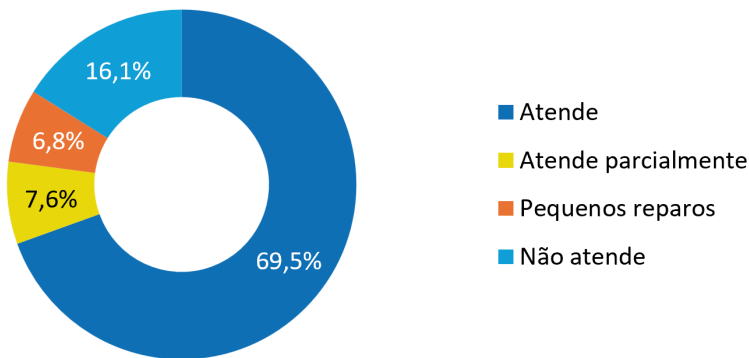
De acordo com a norma, essas rotas devem possuir largura mínima de 1,20 m e piso firme, estável e antiderrapante, sem desníveis superiores a 5 mm que não sejam tratados por meio de rampas ou chanfros.

A norma também prevê áreas de resgate localizadas fora do fluxo principal de circulação, com dimensões mínimas de 0,80 m × 1,20 m por módulo de referência e devidamente sinalizadas. As rotas de fuga devem estar integradas às saídas de emergência acessíveis, dotadas de portas com vão livre mínimo de 0,80 m e barras antipânico, de modo a permitir a evacuação segura sem barreiras físicas.

Resultados do sistema

A análise das condições de acessibilidade das rotas de fuga em 118 (cento e dezoito) edificações da Ufac evidenciou elevado nível de conformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020.

Figura 100 - Situação das rotas de fuga acessíveis e livres de barreiras das edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 15 - Situação das rotas de fuga acessíveis e livres de barreiras das edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Pequenos reparos	Não atende	Total
Rio Branco	68	8	08	16	100
Cruzeiro do Sul	12	01	-	03	16
Sena Madureira	01	-	-	-	01
Xapuri	01	-	-	-	01
Total	82	09	08	19	118

Fonte: Equipe técnica (2026)

Neste sistema, 69,5% das edificações foram classificadas como atendem, por apresentarem rotas de fuga contínuas e, em geral, livres de barreiras estruturais, permitindo o deslocamento dos usuários até as saídas de emergência.

As Figuras 101 e 102 apresentam exemplos dessas rotas de fuga, caracterizadas por corredores amplos e livres de barreiras. Ressalta-se, contudo, a ausência de sinalização visual, aspecto avaliado em sistema específico deste Plano.

Figura 101 - Corredor do Bloco Novo da Pós-Graduação - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 102 - Bloco D01 - Campus Sede.



19 de nov. de 2025, 4:38:31 PM
-9.955695, -67.867471
#Mario Pasquali grafica
Número do índice:56

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os exemplos evidenciam que, mesmo nas edificações classificadas como atendem, foram identificadas inconformidades, como a ausência de sinalização das rotas de fuga e de sistemas de alarme associados à evacuação.

Esses aspectos demonstram que, embora a rota física esteja disponível, nem sempre existem recursos adequados de orientação e alerta. Assim, os resultados deste sistema devem ser interpretados em conjunto com os sistemas de sinalização visual, sonora e tátil, uma vez que a circulação desobstruída, por si só, não garante a acessibilidade das rotas de fuga.

A Figura 103 apresenta um exemplo de corredor livre de barreiras, porém sem sinalização visual, sinalização tátil no piso e sistemas de alarme sonoro e visual.

Figura 103 - Corredor de sala de aula do Bloco Jersey Nazareno de Brito Nunes - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Nas edificações classificadas como atendem parcialmente, foram identificadas situações que comprometem a funcionalidade das rotas de fuga em situações de emergência, como a presença de mobiliário ou equipamentos nos corredores, a ausência de pavimentação em trechos das rotas, a inexistência de sinalização adequada e a presença de degraus ou desníveis que dificultam a circulação.

Destaca-se, por exemplo, a presença de mobiliário nos corredores que, embora não comprometa o uso cotidiano, pode representar risco durante a evacuação da edificação.

Nas edificações classificadas como pequenos reparos, foram identificadas situações pontuais, como a retirada de objetos dos corredores, a adequação de portas de acesso, ajustes em calçadas e rampas e a reorganização do mobiliário. Embora de baixa complexidade, essas intervenções são importantes para garantir a continuidade e a segurança das rotas de fuga.

O percentual de 16,1% das edificações classificadas como não atende evidencia a existência de falhas estruturais que comprometem a segurança dos usuários. Entre as principais inadequações identificadas, destacam-se rotas de fuga não sinalizadas, obstáculos permanentes que inviabilizam a evacuação e rampas ou escadas em desconformidade com os requisitos da ABNT NBR 9050:2020.

A Figura 104 apresenta um exemplo de rota de fuga com barreiras permanentes e temporárias.

Figura 104 - Calçada de acesso ao Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

De forma geral, os resultados indicam que, embora as rotas de fuga estejam fisicamente disponíveis, nem sempre apresentam condições adequadas de acessibilidade e segurança. Essas inadequações comprometem a funcionalidade das rotas e podem dificultar a evacuação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em situações de emergência.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

A existência de rotas de fuga acessíveis é um dos elementos mais críticos para garantir a segurança em ambientes institucionais.

Quando essas rotas apresentam barreiras físicas ou não estão adequadamente estruturadas, os usuários podem:

- Ter sua evacuação dificultada ou inviabilizada;
- Enfrentar riscos adicionais durante situações de emergência;
- Depender de auxílio de terceiros para deslocamento;
- Não conseguir acessar saídas de emergência em tempo adequado.

Além disso, obstáculos que não comprometem o uso cotidiano, como mobiliário nos corredores, podem representar risco em situações de evacuação.

Dessa forma, as inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade, em razão do potencial de comprometer a evacuação segura e a integridade física de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

4.2.14 Alarmes visuais e sonoros em áreas comuns

Referência normativa

A ABNT NBR 9050:2020 estabelece que os sistemas de alarme em edificações de uso coletivo devem dispor de sinalização visual e sonora, de forma a garantir que pessoas com deficiência sejam alertadas em situações de emergência.

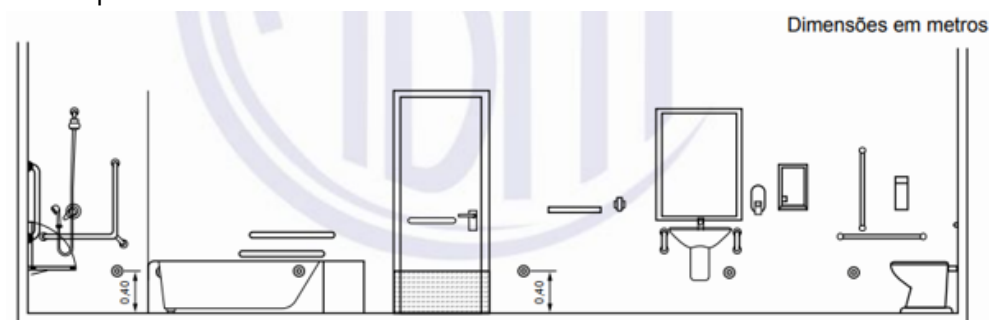
Os dispositivos de sinalização visual devem ser intermitentes e instalados entre 2,20 m e 2,70 m de altura. Os sinais sonoros devem apresentar intensidade mínima de 15 dBA acima do ruído ambiente.

Em ambientes confinados, como sanitários acessíveis e boxes acessíveis, a norma prevê a instalação de dispositivos de alarme de emer-

gência com acionamento localizado entre 0,40 m e 0,60 m do piso, permitindo que pessoas sentadas ou caídas possam solicitar auxílio. Nos ambientes úmidos, os equipamentos devem possuir grau de proteção IP66, assegurando seu funcionamento.

A integração desses sistemas às rotas de fuga contribui para a segurança das pessoas com deficiência durante situações de emergência.

Figura 105 - Possibilidade de posicionamento do dispositivo de alarme no banheiro – Exemplo.

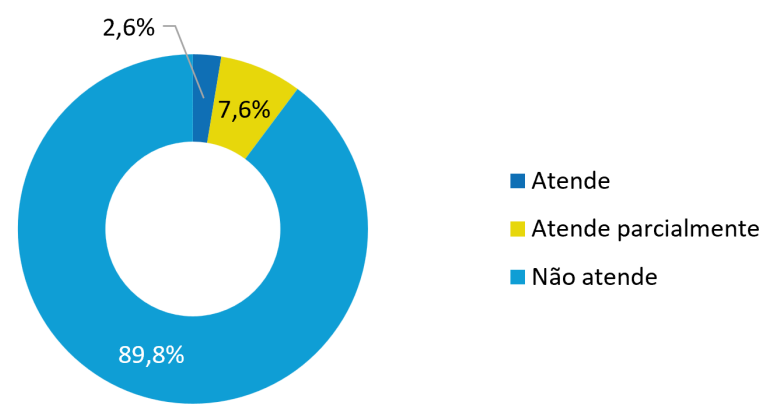


Fonte: ABNT NBR 9050 (2020)

Resultados do sistema

O levantamento das condições de acessibilidade dos sistemas de alarmes visuais e sonoros evidencia baixo nível de conformidade, em razão da ampla ausência desses dispositivos nas edificações da Ufac. Os resultados são apresentados a seguir.

Figura 106 - Situação dos alarmes visuais e sonoros em áreas comuns das edificações avaliadas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 16 - Situação dos alarmes visuais e sonoros em áreas comuns das edificações avaliadas.

Campus/ Núcleo	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Total
Rio Branco	03	09	88	100
Cruzeiro do Sul	-	-	16	16
Sena Madureira	-	-	01	01
Xapuri	-	-	01	01
Total	03	09	106	118

Fonte: Equipe técnica (2026)

Os dados indicam que o sistema de alarmes visuais e sonoros apresenta o menor índice de conformidade entre os sistemas de acessibilidade avaliados no campus. O percentual de 89,7% das edificações classificadas como não atendem evidencia a ausência de mecanismos adequados de alerta em situações de emergência.

Esse resultado demonstra que a maioria das edificações não dispõe dos recursos necessários para atender aos requisitos da ABNT NBR 9050:2020. Entre as principais inadequações identificadas, destacam-se:

- Ausência total de alarmes visuais e sonoros;
- Inexistência de qualquer sistema de alerta em áreas comuns;
- Ausência de sinalização associada às rotas de fuga;
- Inexistência de sistemas de segurança identificáveis.
- Ausência de planejamento integrado entre acessibilidade e segurança.

A seguir são apresentados registros de edificações com áreas comuns que não atendem a norma com ausência de sistema de alarmes visuais e sonoros, ausência de sinalização tátil do piso e dispositivos em braille para deficientes visuais.

Figura 107 - Hall da Reitoria - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 108 - Mezanino do Teatro Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

As inadequações desse sistema foram identificadas de forma recorrente nos diferentes campi e nas diversas tipologias de edificações da Ufac, evidenciando uma deficiência institucional na infraestrutura de segurança acessível.

Nas edificações classificadas como atendem parcialmente, foram identificados equipamentos instalados, porém inoperantes, como alarmes sonoros com defeito ou que necessitam de reparo, além da presença de obstáculos físicos, como mobiliário, equipamentos e grades, que

comprometem a evacuação. Em alguns casos, também foi constatada a ausência de integração com as rotas de fuga.

Por outro lado, o levantamento técnico identificou edificações classificadas como atendem (2,6%), nas quais os sistemas de alarme encontram-se em funcionamento. As Figuras 109 e 110 apresentam exemplos dessas edificações.

Figura 109 - Corredor do Bloco dos Laboratórios do Mestrado em Saúde - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 110 apresenta um exemplo de edificação que atende aos requisitos de acessibilidade quanto aos sistemas de segurança contra incêndio, com sinalização visual e sonora, além de sinalização tátil no piso.

Figura 110 - Corredor de Acesso do Bloco do CFCH - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 111 - Portas principais do Restaurante Universitário - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A Figura 111 apresenta as portas principais do Restaurante Universitário (RU) do Campus Sede, área de grande circulação de estudantes, onde se observa a presença de sinalização visual, sonora e luminosa das rotas de fuga.

As condições observadas em cada edificação estão descritas no Anexo I deste Plano, que apresenta o relatório completo do levantamento técnico.

Classificação de criticidade

A ausência ou a inadequação de sistemas de alarme visual e sonoro compromete a segurança e a integridade física das pessoas com deficiência, especialmente em situações de emergência. Entre os principais impactos identificados, destacam-se::

- Não ser alertados sobre situações de risco;
- Não identificar a necessidade de evacuação;
- Não receber informações adequadas durante emergências;
- Enfrentar dificuldades adicionais em ambientes com rotas de fuga já comprometidas.

As inadequações identificadas nesse sistema não comprometem apenas a autonomia, mas também a segurança e a integridade física dos usuários. O elevado índice de inconformidade compromete a evacuação em situações de emergência, afetando todos os usuários e, de forma mais intensa, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, a adequação desse sistema exige intervenções estruturais, planejamento integrado e articulação com as políticas institucionais de segurança.

Dessa forma, as inadequações identificadas nesse sistema configuram barreiras de alta criticidade, em razão do impacto direto sobre a segurança, a autonomia e a integridade física dos usuários durante situações de emergência.

4.3 Síntese dos resultados dos sistemas

De forma geral, os resultados indicam que a Ufac apresenta avanços em determinados sistemas de acessibilidade, especialmente na infraestrutura física básica, como portas principais, com 95,6% de conformidade, e bebedouros, com 87,4%.

Entretanto, permanecem fragilidades nos sistemas relacionados à autonomia das pessoas com deficiência e, sobretudo, nos elementos vinculados à segurança em situações de emergência.

O quadro a seguir apresenta a síntese da classificação dos sistemas quanto ao nível de criticidade.

Quadro 17 - Sintetização dos sistemas por nível de criticidade.

Nível de Criticidade	Sistemas associados
Alta (impede acesso ou compromete segurança)	Rampas externas e calçadas; Escadas, rampas internas e elevadores/plataformas; Sanitário acessível com barras de apoio e dimensões adequadas; Sinalização tátil no piso em rotas acessíveis; Sinalização visual e sonora em elevadores e rotas de fuga; rotas de fuga acessíveis e livres de barreiras; Alarmes visuais e sonoros em áreas comuns;
Média (restringe autonomia)	Vagas PcD, sinalização e dimensionamento; pia e acessórios (espelho e saboneteiras) acessíveis; Mesas, balcões e mobiliários com altura adequada
Baixa (impacto pontual)	Áreas de manobra em frente às portas; corredores com largura mínima de 1,20; Portas principais com largura ≥ 80 cm e maçanetas acessíveis; Bebedouros acessíveis a cadeirantes;

Fonte: Equipe técnica (2026)

4.3.1 Impacto na autonomia e no uso cotidiano dos espaços

Os sistemas que mais impactam a autonomia e o uso cotidiano dos espaços são aqueles relacionados aos ambientes internos e à orientação espacial. Com base na análise apresentada na Seção 4.2, destacam-se os seguintes sistemas e as principais situações identificadas:

Quadro 18 - Sintetização dos sistemas por nível de criticidade.

Sistema	Impacto
Pias e Acessórios Sanitários (Item 4.2.8)	Com 68,6% de não conformidade, a situação mais comum é a existência de bancadas sem área rebaixada, impedindo a aproximação frontal de cadeirantes (ex: NUCIM e Instituto da Biodiversidade), além da falta de espelhos e acessórios em altura adequada.
Sinalização Tátil no Piso (Item 4.2.11)	Apresenta 65,3% de não conformidade. A falta de continuidade ou a ausência total de piso podotátil nas rotas internas e externas compromete severamente a orientação e segurança de pessoas com deficiência visual.
Sanitários Acessíveis (Item 4.2.7)	Embora existam em muitos blocos, apresentam falhas recorrentes como a instalação de apenas uma barra de apoio (quando a norma exige mais) e falta de alarmes de emergência.
Mobiliário e Balcões (Item 4.2.9)	Predominância de balcões de atendimento sem trechos rebaixados e mesas com altura incompatível para cadeirantes em ambientes acadêmicos e administrativos.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Essas inadequações, embora nem sempre impeçam o acesso ao ambiente, comprometem a autonomia das pessoas com deficiência ao exigir auxílio de terceiros para a realização de atividades cotidianas.

4.3.2 Síntese das não conformidades críticas de segurança e acesso estrutural

A análise integrada evidencia que, embora a infraestrutura básica esteja presente, as inadequações nos sistemas de segurança e de acesso estrutural representam as barreiras de maior criticidade para a acessibilidade institucional.

Barreiras que comprometem a segurança (rotas de fuga e alarmes)

Esse é o aspecto de maior criticidade identificado no diagnóstico. A ausência de sistemas de alarme visual e sonoro em 89,7% das edificações classificadas como não atendem e a deficiência da sinalização visual e sonora nas rotas de fuga, observada em 85,6% das edificações, comprometem a segurança dos usuários em situações de emergência.

Embora as rotas de fuga estejam fisicamente presentes em 69,2% das edificações classificadas como atendem, sua funcionalidade é reduzida pela presença de obstáculos, como mobiliário e equipamentos, e pela ausência de sistemas integrados de sinalização e alarme.

Barreiras que impedem acesso total aos prédios

Foram identificadas barreiras estruturais de alta criticidade que comprometem o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a diferentes edificações da Ufac. Entre as principais situações identificadas, destacam-se:

- Rampas com inclinação superior aos limites da NBR 9050 ou inexistência de rampas em desníveis críticos;
- Ausência de rotas acessíveis entre o estacionamento e a entrada das edificações;
- Ausência de equipamentos de circulação vertical (elevadores ou plataformas) em edificações, restringindo o acesso a salas de aula e laboratórios superiores.

4.3.3 Síntese final

De modo geral, observa-se um descompasso entre a conformidade com os requisitos normativos e a funcionalidade dos espaços. A análise consolidada demonstrou que grande parte das inadequações identificadas foi classificada como de alta criticidade, conforme os critérios estabelecidos na Seção 4.2, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada que priorize a segurança e a autonomia das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a implementação das intervenções deve considerar a viabilidade técnica, operacional e orçamentária das ações propostas. O diagnóstico identificou inadequações que podem ser corrigidas por intervenções de baixa complexidade, bem como situações que demandam adequações estruturais de maior complexidade.

Assim, a análise de criticidade deve ser complementada por instrumentos de planejamento voltados à priorização das ações. Os critérios apresentados no capítulo seguinte não substituem a avaliação de criticidade, mas a complementam como mecanismo de planejamento e gestão, subsidiando a organização das intervenções em curto, médio e longo prazo, de acordo com as condições técnicas, operacionais e orçamentárias da instituição.

Desse modo, a definição das prioridades para implementação das ações deverá considerar, de forma simultânea:

- Nível de criticidade das barreiras identificadas;
- Quantidade de usuários potencialmente afetados;
- Complexidade técnica das intervenções; e
- Custo estimado das ações.

Essa abordagem busca assegurar que a implementação do Plano de Acessibilidade ocorra de forma progressiva, estruturada e compatível com a capacidade institucional da Ufac, sem desconsiderar o direito à acessibilidade e a necessidade de eliminação das barreiras arquitetônicas identificadas no diagnóstico institucional.

4.4 Necessidades complementares

Embora o diagnóstico institucional tenha sido estruturado a partir da análise dos sistemas arquitetônicos definidos na metodologia, a análise do levantamento técnico e as atividades de participação social evidenciaram demandas complementares que extrapolam os elementos inicialmente contemplados nas avaliações de acessibilidade física.

Nesse contexto, foram identificadas necessidades específicas relacionadas à criação de espaços de acolhimento e regulação sensorial, à estruturação de rotas acessíveis integradas e à necessidade de avaliação das condições de acessibilidade do sistema viário interno da Universidade Federal do Acre, temas que são apresentados a seguir.

4.4.1 Espaços de acolhimento e regulação sensorial

Durante as atividades de participação social realizadas no âmbito da elaboração deste plano, especialmente nas Rodas de Conversa promovidas com estudantes neurodivergentes, foram identificadas demandas relacionadas à necessidade de ambientes destinados ao acolhimento, à autorregulação emocional e à redução da sobrecarga sensorial.

Embora não exista atualmente obrigação legal específica que imponha às Instituições Federais de Ensino Superior a implantação de salas de regulação sensorial, observa-se crescente reconhecimento institucional dessa necessidade, inclusive por meio de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, a exemplo do Projeto de Lei nº 3.098/2024, que propõe a criação de espaços de acolhimento sensorial voltados a estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) já asseguram o direito à igualdade de condições e à permanência no ensino superior. Isso obriga as instituições a fornecerem adaptações razoáveis seguindo as diretrizes da ABNT NBR 9050.

A relevância dessa demanda torna-se ainda mais evidente quando observados os dados institucionais apresentados neste plano. O quantitativo de estudantes e servidores com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Universidade Federal do Acre tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, evidenciando a necessidade de ampliação das políticas institucionais voltadas à inclusão, permanência e bem-estar desse público.

Em um contexto de ensino superior, onde os estímulos (luzes fluorescentes, multidões, ruídos excessivos e pressão acadêmica) são intensos, os espaços de descompressão se tornam fundamentais para a permanência e o bem-estar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências.

Desse modo, considerando os resultados obtidos durante a escuta da comunidade acadêmica, o presente plano reconhece a necessidade de implantação de espaços de acolhimento e regulação sensorial como medida estratégica para fortalecimento das políticas de inclusão e permanência estudantil da Universidade Federal do Acre, as sugestões de adaptações a serem executadas, encontram-se detalhadas no Plano de Ação.

4.4.2 Mobilidade acessível nos campi

A promoção da acessibilidade nos campi da Universidade Federal do Acre demanda uma abordagem integrada da mobilidade, contemplando não apenas a adequação das edificações, mas também a qualificação dos espaços externos responsáveis pela circulação cotidiana da comunidade acadêmica. Nesse contexto, as intervenções propostas para os campi de Rio Branco e Cruzeiro do Sul têm como objetivo estruturar uma rede contínua de deslocamento acessível, garantindo condições adequadas de segurança, autonomia e conforto para estudantes, servidores, visitantes e demais usuários, especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para alcançar esse objetivo, além da avaliação das edificações por meio dos sistemas apresentados no tópico 4.2, o presente plano apre-

senta intervenções em dois eixos complementares. O primeiro refere-se à acessibilidade do anel viário interno, responsável por articular os diferentes setores dos campi por meio da implantação e adequação de travessias, rampas, sinalização e demais elementos de infraestrutura acessível. O segundo eixo corresponde às rotas acessíveis integradas, concebidas como percursos contínuos e livres de barreiras que conectam os principais equipamentos e serviços universitários, assegurando deslocamentos seguros e autônomos entre os diferentes espaços institucionais.

Inicialmente, as figuras a seguir apresentam um macrozoneamento dos dois campi, de modo a situar espacialmente as áreas de intervenção e evidenciar a distribuição dos principais eixos de circulação que serão detalhados nas seções seguintes.

O macrozoneamento do Campus Rio Branco da UFAC evidencia uma configuração espacial horizontalizada e de grande extensão territorial, distribuída em múltiplos blocos didáticos, administrativos e laboratórios. Sob a ótica da acessibilidade, essa dispersão geográfica impõe o desafio de garantir conectividade e continuidade espacial entre as edificações.

O mapeamento do Campus Floresta, por sua vez, evidencia uma configuração espacial setorizada em três grandes eixos (A, B e C), o que demanda uma estratégia integrada para garantir uma conectividade física acessível entre eles.

Figura 112 - Mapa Geral - Campus Sede.



Figura 113 - Mapa Geral - Campus Floresta.



Os mapas gerais dos campi, apresentados nas figuras 112 e 113, funcionam como guias para o diagnóstico espacial e de circulação na Ufac, fornecendo as bases para o estudo e proposta de intervenções no Anel Viário interno e para a proposição de implantação de Rotas Acessíveis que são apresentadas a seguir.

4.4.2.1 Acessibilidade do Anel Viário interno

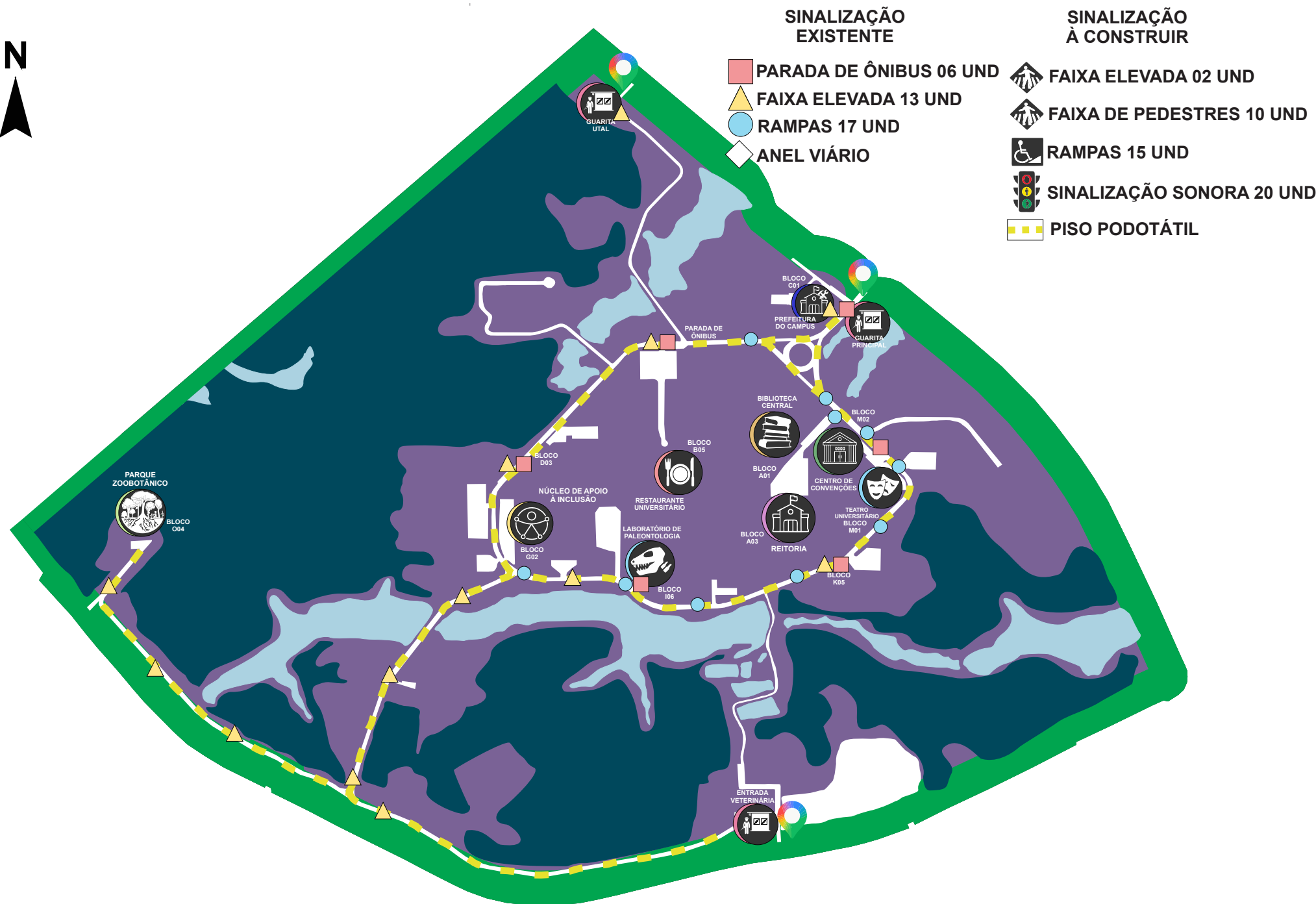
Durante a consolidação dos resultados do levantamento técnico e das Rodas de Conversa realizadas com a Comunidade Acadêmica, foi identificada a necessidade de realização de avaliação específica das condições de acessibilidade do sistema viário interno dos campi da Ufac.

Embora diversos elementos dos anéis viários tenham sido indiretamente contemplados na análise das calçadas, travessias e áreas de circulação externa, verificou-se que a complexidade do sistema de mobilidade interna da Universidade demanda abordagem própria, capaz de considerar aspectos relacionados à circulação de pedestres, ciclistas, veículos particulares, transporte institucional e deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Nesse contexto, a acessibilidade dos anéis viários assume papel estratégico para a efetividade das demais intervenções previstas neste plano, uma vez que o deslocamento seguro entre os diferentes setores da universidade depende não apenas da acessibilidade das edificações, mas também da qualidade dos percursos externos que as conectam.

Assim, a avaliação da acessibilidade dos respectivos anéis viários constitui etapa fundamental para o planejamento das intervenções. As figuras 114 e 115 apresentam um breve diagnóstico das estruturas existentes e a construir no Anel Viário do Campus Sede e do Campus Floresta.

Figura 114 - Mapa Anel Viário - Campus Sede.



Faixas elevadas e faixas de pedestres

O anel viário da Ufac já conta com instalação de 13 (treze) faixas elevadas, mas considerando a necessidade de circundar toda a área central de blocos acadêmicos e conexão com as entradas principais, identifica-se a necessidade de construção de 2 (duas) novas faixas elevadas nos pontos de travessia que ligam o anel viário externo aos calçadões internos, bem como de serviços de pintura de 10 (dez) faixas de pedestre comuns.

A instalação de novas faixas elevadas e comuns visa garantir a redução de velocidade dos veículos em locais de fluxo intenso de estudantes e servidores.

Rampas de acesso

Atualmente o anel viário conta com 17 (dezessete) rampas de acesso existentes, a indicação da necessidade de construção de 15 (quinze) novas rampas visa a abrangência de todas as zonas de transição entre blocos.

Sinalização sonora

Visando suprir a atual inexistência de dispositivos sonoros nas vias internas da Ufac, indica-se a necessidade de instalação de 20 (vinte) unidades desses dispositivos, distribuídos estrategicamente nos cruzamentos mais críticos do anel viário. A instalação deste recurso é de suma importância para garantir a acessibilidade e a segurança viária, pois confere autonomia de deslocamento a estudantes e servidores com deficiência visual, além de alertar ativamente os motoristas sobre a preferência do pedestre.

Piso podotátil

O mapa indica a necessidade de piso podotátil acompanhando o anel viário. O piso podotátil serve como uma linha guia urbana. Como os blocos da Ufac são espalhados, o piso podotátil ao longo do anel viário assegura que uma pessoa cega ou com baixa visão consiga caminhar com segurança de um bloco a outro, sabendo exatamente onde a cal-

çada termina e onde começam as áreas de perigo (pistas de carros).

Em suma, a escolha desses pontos específicos visa conectar os modais de transporte (paradas de ônibus e estacionamentos) aos locais de destino, como salas de aula, laboratórios e prédios administrativos de forma contínua e sem interrupções físicas.

Figura 115 - Mapa Anel Viário - Campus Floresta.



Faixas de Pedestres

O planejamento viário do Campus Floresta prevê a implementação da infraestrutura de travessia com a indicação da necessidade de 4 (quatro) faixas de pedestres. A pintura e sinalização dessas faixas nos pontos de transição estratégica visam garantir a redução de velocidade dos veículos em locais de fluxo direto de pedestres, assegurando uma conexão segura entre o anel viário externo e as calçadas internas de acesso aos blocos acadêmicos e administrativos.

Rampas de Acesso

Identificam-se 7 (sete) rampas de acesso existentes, a necessidade de construção de 10 (dez) novas rampas, visa garantir a transição e eliminar os desníveis entre as vias e as edificações, garantindo a abrangência de rotas contínuas e sem barreiras para usuários de cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida.

Sinalização Sonora

Como medida para mitigar barreiras de comunicação e orientação nas vias do Campus Floresta, indica-se a necessidade de instalação de 8 (oito) unidades de dispositivos de sinalização sonora. Esses recursos deverão ser distribuídos estrategicamente nos pontos de travessia do anel viário, conferindo autonomia de deslocamento e segurança viária a estudantes, docentes e servidores com deficiência visual, ao mesmo tempo em que alertam ativamente os condutores sobre a preferência do pedestre.

Piso Podotátil

Identifica-se a necessidade de instalação de piso podotátil acompanhando de forma contínua o traçado do anel viário e interligando os principais edifícios do Campus Floresta, como o Bloco Administrativo (A01), a Biblioteca Setorial (A02), o Núcleo de Apoio à Inclusão (A05), o Restaurante Universitário (B08) e o Teatro (C01).

Adequar os anéis viários dos campi da Ufac em conformidade com a ABNT NBR 9050 exige ainda implantação de Rotas Acessíveis, conectando de forma contínua os elementos de mobilidade interna e ex-

terna às edificações, as proposições dessas estruturas são apresentadas a seguir.

4.4.2.2 Rotas Acessíveis integradas

A partir das análises realizadas no diagnóstico técnico e das contribuições oriundas da participação social, constatou-se a ausência de uma lógica integrada que possibilitasse o deslocamento contínuo, seguro e autônomo entre os pontos estratégicos da universidade.

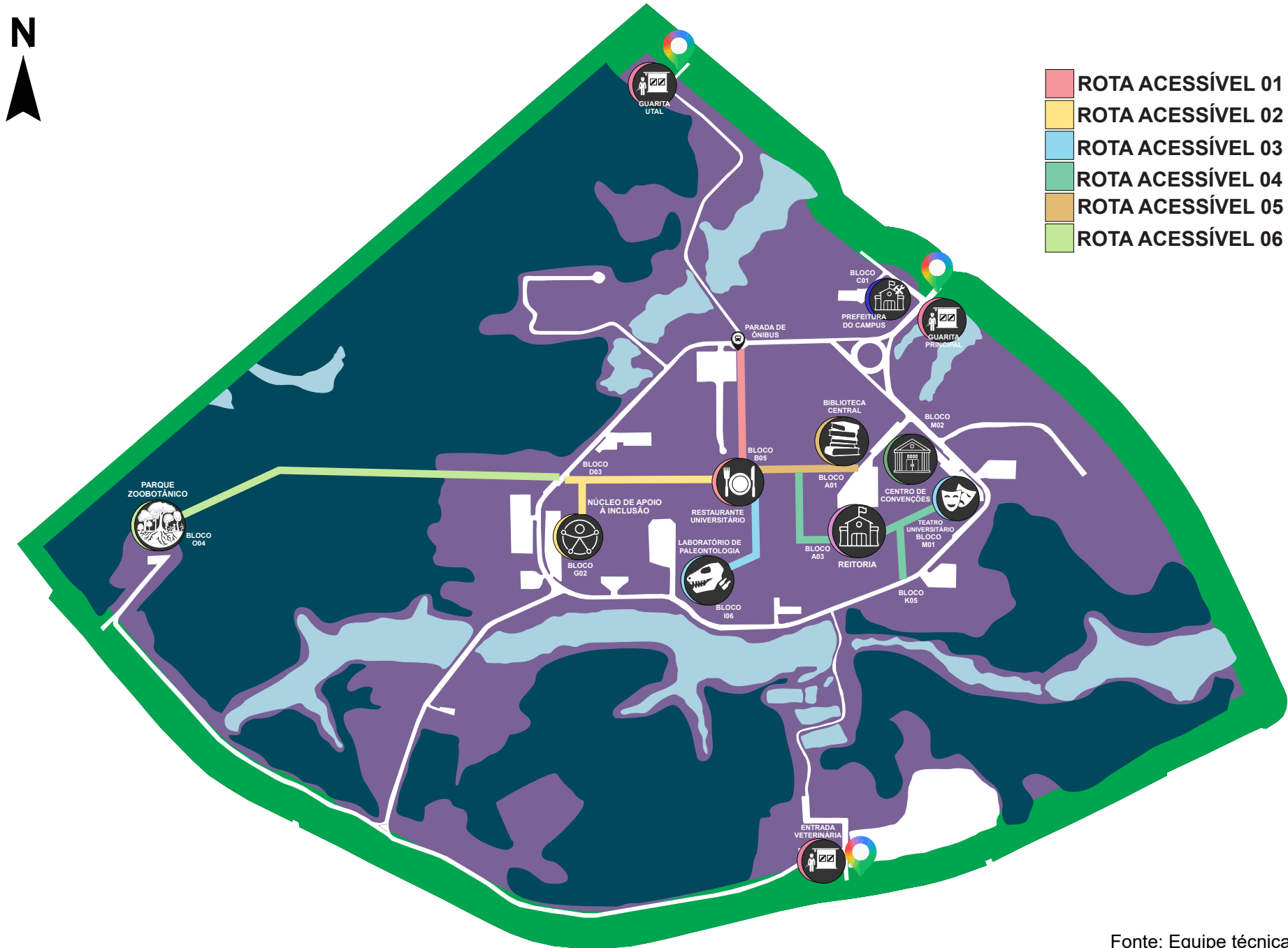
Embora diversos prédios apresentem condições satisfatórias de acessibilidade em seus ambientes internos, verificou-se que a inexistência de percursos externos contínuos, sinalizados e livres de barreiras compromete significativamente a autonomia dos usuários durante o deslocamento entre os diferentes setores do campus. Em outras palavras, a presença isolada de elementos acessíveis não garante, por si só, uma experiência de circulação acessível.

Uma das principais inovações do presente plano consiste na adoção do conceito de Rotas Acessíveis Integradas, concebidas como eixo estruturante da acessibilidade física da Universidade Federal do Acre. Diferentemente de uma abordagem centrada exclusivamente na adequação individual das edificações, a proposta parte da compreensão de que a acessibilidade efetiva depende da existência de conexões contínuas, seguras e livres de barreiras entre os diversos espaços universitários, permitindo que estudantes, servidores e visitantes possam deslocar-se com autonomia, conforto e segurança ao longo de todo o campus.

A definição preliminar das rotas considerou os principais fluxos de circulação identificados no Campus Sede e Campus Floresta, também foram considerados critérios de conectividade, continuidade dos percursos, potencial de atendimento ao maior número possível de usuários e viabilidade técnica para implantação das intervenções necessárias.

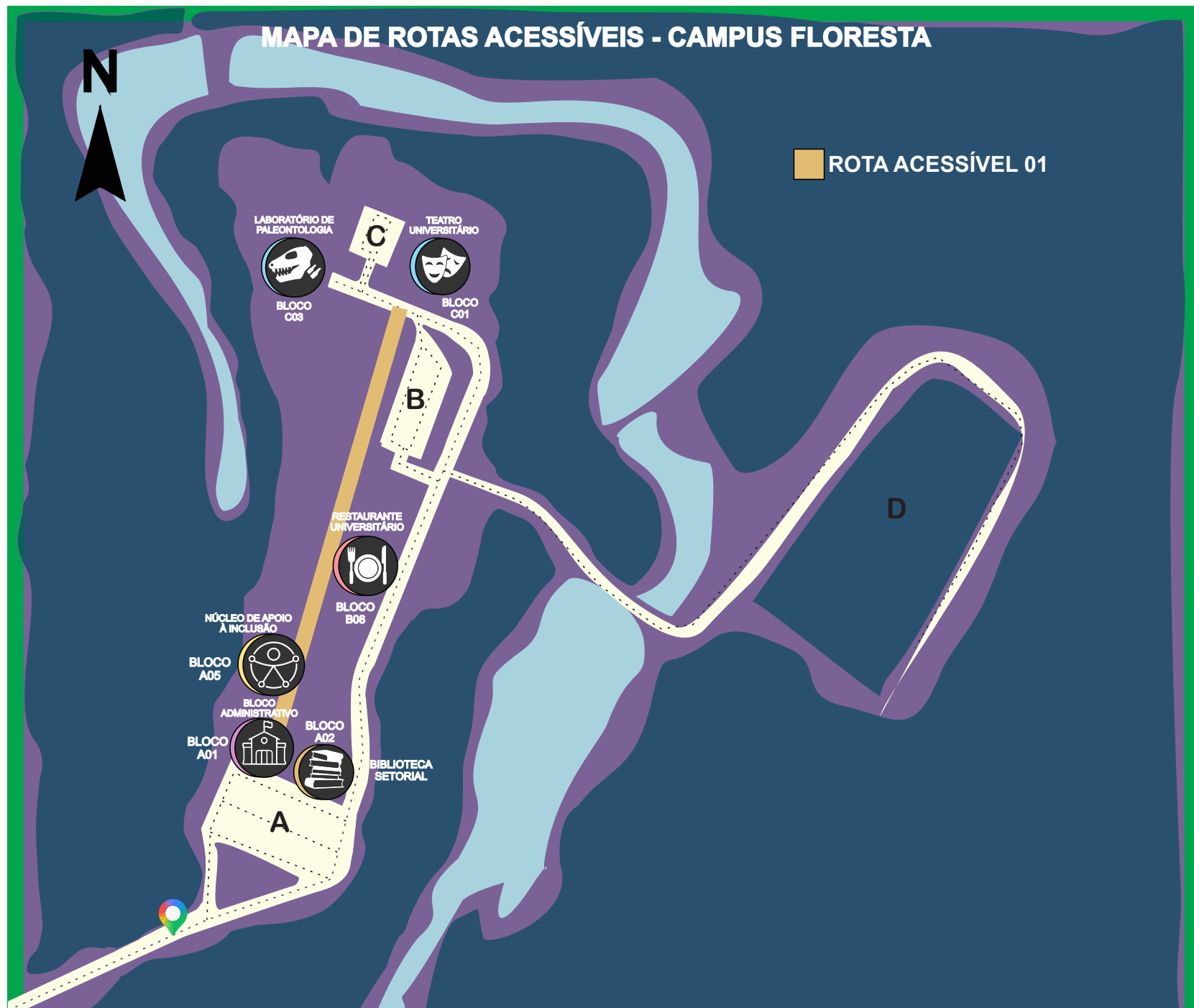
As rotas propostas são apresentadas nas Figura 116 e 117, que ilustram os eixos prioritários de circulação acessível definidos a partir dos resultados do diagnóstico institucional.

Figura 116 - Mapa de Rotas Acessíveis - Campus Sede.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 117 - Mapa de Rotas Acessíveis - Campus Floresta.



Desse modo, está prevista a implantação de 6 (seis) rotas acessíveis no campus de Rio Branco e 1 (uma) rota acessível no campus de Cruzeiro do Sul, configurando uma intervenção de abrangência institucional, com impacto direto na mobilidade interna e na promoção da acessibilidade de forma sistêmica.

O Restaurante Universitário (RU) foi adotado como elemento estruturador da proposta no Campus Sede e no Campus Floresta. A escolha decorre de sua posição estratégica na dinâmica universitária, uma vez que o RU constitui um dos espaços de maior convergência de estudantes, servidores e visitantes, funcionando como ponto de encontro e circulação comum aos diferentes centros acadêmicos e setores administrativos da instituição.

Essas rotas constituem a base para a organização das intervenções futuras e para a consolidação de uma rede contínua de deslocamento acessível na Universidade. Sua implementação permitirá que as adequações previstas neste plano sejam executadas de forma articulada e orientada, contribuindo para a construção de uma universidade mais inclusiva, segura e acessível para toda a comunidade acadêmica.

05 VIABILIDADE DAS INTERVENÇÕES

Esta seção do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Ufac tem por finalidade apresentar a abordagem geral adotada para a análise de viabilidade técnica e financeira das intervenções futuras.

O objetivo é estabelecer um referencial que oriente a tomada de decisão institucional, considerando as condições técnicas, operacionais e orçamentárias da Universidade, de modo a assegurar maior racionalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Nesse sentido, o estabelecimento de critérios de viabilidade é fundamental para assegurar que as intervenções propostas sejam exequíveis dentro das condições reais da instituição. Tal estrutura permite considerar condicionantes como limitações orçamentárias, grau de complexidade técnica e impacto operacional das intervenções, contribuindo para a mitigação de riscos, a otimização de prazos e a adequada priorização de ações com maior efetividade. Além disso, favorece a organização das demandas em horizontes de curto, médio e longo prazo, promovendo uma implementação progressiva e sustentável do plano.

Os critérios específicos e a metodologia de avaliação da viabilidade das intervenções serão detalhados a seguir.

5.1 Critérios para avaliação das intervenções

O documento estabelece quatro critérios principais para avaliar a viabilidade das intervenções:

5.1.1 Criticidade

A criticidade reflete a análise do Diagnóstico da Situação Atual (item 4.2). O diagnóstico classifica as barreiras de cada sistema conforme o risco à integridade e o impedimento à autonomia do usuário. Esse critério atua como fator primário de urgência e identifica as situações com falhas graves de acessibilidade.

A criticidade orienta a urgência das intervenções. A execução das ações, no entanto, exige analisar a complexidade técnica e o custo estimado de cada adequação.

Usar a criticidade como único fator de decisão pode inviabilizar o plano devido às limitações de recursos da universidade. Por outro lado, ignorar a urgência significa adiar a eliminação de barreiras graves.

Portanto, a criticidade funciona como critério para ponderar a viabilidade e equilibrar as necessidades com a capacidade real de execução.

Quadro 19 - Classificação da criticidade dos sistemas.

Nível de Criticidade	Caracterização
Baixo	Barreiras que causam pouco impacto no uso dos espaços com problemas pontuais que podem ser corrigidos com pequenos ajustes.
Médio	Barreiras que permitem o acesso, mas os usuários perdem a sua autonomia, precisando de ajuda de terceiros para utilizar o espaço adequadamente.
Alto	Barreiras que inviabilizam o acesso ou colocam em risco a segurança e integridade física dos usuários.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Justificativa:

Este critério prioriza intervenções que eliminam barreiras críticas ao uso dos espaços, assegurando condições mínimas de acessibilidade universal. A ênfase na autonomia, no conforto e na segurança está alinhada às diretrizes normativas, como a NBR 9050, e aos princípios do desenho universal. As ações produzem efeito direto na qualidade de uso e na redução de riscos aos usuários.

5.1.2 Número de usuários afetados

Este critério quantifica o alcance social da intervenção. Avalia quantas pessoas recebem benefícios com a eliminação da barreira. O critério considera a localização estratégica do espaço e o número de pessoas com deficiência impactadas pelas intervenções.

Quadro 20 - Classificação pelo número de usuários afetados.

Nível de Criticidade	Caracterização
Baixo	Intervenções em áreas de acesso restrito, espaços técnicos, ambientes ou equipamentos com baixo fluxo de pessoas e uso eventual.
Médio	Intervenções em ambientes de uso administrativo ou acadêmico regular, com fluxo moderado de usuários e importância setorial.
Alto	Intervenções em áreas de grande circulação e uso coletivo intenso, como blocos centrais, RU, bibliotecas, auditórios e rotas principais de conexão do campus.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Justificativa:

A análise do quantitativo de usuários impactados permite otimizar a alocação de recursos, priorizando ações que beneficiam um maior número de pessoas da comunidade acadêmica. Este critério maximiza o alcance social das intervenções e promove equidade no acesso aos espaços institucionais.

5.1.3 Complexidade técnica da intervenção

Este critério avalia o esforço operacional e a especialização necessária para executar obras ou serviços de engenharia. Diferencia ajustes rápidos de intervenções que exigem modificações estruturais profundas. Para melhor compreensão, a definição de Serviços de Engenharia, bem como de Obras, pode ser compreendida a seguir.

5.1.3.1 Serviços de Engenharia

Os Serviços de Engenharia compreendem intervenções de manutenção, reparo e adequação em estruturas e elementos existentes na instituição. Não caracterizam ampliação significativa ou alteração substancial de layout. Em geral, apresentam menor complexidade técnica e maior agilidade de execução. Voltam-se à correção de não confor-

midades, à recomposição das condições de uso e à adequação às normas de acessibilidade vigentes, especialmente à NBR 9050. Essas intervenções garantem ganhos imediatos em segurança, autonomia e conforto dos usuários, com menor demanda de recursos e tempo de execução.

A seguir, apresentam-se exemplos de intervenções enquadradas como Serviços de Engenharia, organizados por elemento avaliado:

Quadro 21 - Intervenções enquadradas como serviços de engenharia.

Elemento	Exemplos de intervenções
Rotas de fuga acessíveis	Desobstrução de percursos; recomposição de pisos; ajuste/instalação de corrimãos; adequação da sinalização de emergência.
Rampas externas	Reparos em superfícies deterioradas; correção de inclinações pontuais; instalação/ajuste de corrimãos e guarda-corpos.
Rampas e escadas internas	Regularização de pisos; aplicação de faixas antiderrapantes; adequação de corrimãos duplos.
Sinalização tátil	Instalação, substituição ou recomposição de piso tátil direcional e de alerta existente.
Adequação de sanitário acessível	Instalação/ajuste de barras de apoio; reposicionamento de louças e metais; correção de alturas e áreas de transferência.
Sanitários acessíveis	Reparos hidrossanitários; ajuste de acessórios; manutenção de barras de apoio e dispositivos de uso.
Mobiliário	Adequação de altura; reposicionamento; substituição pontual para garantir acessibilidade.
Vagas PcD	Readequação de sinalização horizontal e vertical; ajustes dimensionais.
Corredores e portas	Desobstrução; correção de larguras úteis; reparos de piso e portas.
Bebedouros	Ajuste de altura; adequação para aproximação frontal; correção de acionamento.

Fonte: Equipe técnica (2026)

5.1.3.2 Obras

As intervenções classificadas como Obras compreendem ações de maior complexidade técnica. Envolvem modificações significativas na infraestrutura existente, incluindo demolições, reconstruções, ampliações e elaboração de projetos executivos específicos. Demandam maior planejamento, previsão orçamentária, compatibilização entre disciplinas e análise estrutural robusta. Requerem cumprimento de trâmites administrativos próprios para contratação e execução. Essas intervenções são essenciais quando as inadequações identificadas não se resolvem por ajustes pontuais, exigindo reconfiguração espacial ou construtiva para atender às normas de acessibilidade.

A seguir, apresentam-se exemplos de intervenções enquadradas como Obras, organizados por elemento avaliado:

Quadro 22 - Intervenções enquadradas como obras.

Elemento	Exemplos de intervenções
Rotas de fuga acessíveis	Reconfiguração de rotas com criação de novos percursos acessíveis; adequação de saídas de emergência; execução de novas escadas enclausuradas ou rampas de fuga.
Rampas externas	Construção de novas rampas com inclinação adequada; reconstrução completa de rampas fora de norma; implantação de patamares intermediários.
Rampas e escadas internas	Redimensionamento geométrico; reconstrução de escadas; inserção de rampas em substituição ou complemento às escadas existentes.
Sinalização tátil	Implantação completa de sistema de sinalização tátil integrado aos fluxos principais da edificação.
Adequação de sanitário acessível	Reforma completa de ambientes para criação de sanitário acessível conforme norma; ampliação de área para garantir giro de cadeira de rodas.
Sanitários acessíveis	Construção de novos sanitários acessíveis; reconfiguração total de layouts inadequados

Mobiliário	Implantação de mobiliário fixo acessível integrado à arquitetura (ex: balcões, bancadas) com adequação construtiva.
Vagas PcD	Reconfiguração de estacionamento com redimensionamento de vagas e circulação; execução de novas vagas acessíveis.
Corredores e portas	Alargamento de corredores; demolição e reconstrução de paredes; substituição e redimensionamento de portas para atender vãos livres mínimos, sinalização e acessórios acessíveis.
Bebedouros	Execução de novos pontos com infraestrutura embutida (hidráulica/elétrica); reconfiguração do espaço para garantir área de aproximação adequada.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Com base nas definições apresentadas, as intervenções classificam-se conforme seu nível de complexidade técnica. A classificação considera o tipo de serviço, a complexidade de execução e o impacto das modificações requeridas na infraestrutura existente.

Quadro 23 - Classificação da complexidade técnica.

Nível de Criticidade	Caracterização
Baixo	Serviços de Engenharia Simples: Ajustes pontuais, instalações de acessórios, correção/manutenção de sinalização tátil, mobiliário solto ou reparos superficiais que não alteram a estrutura existente.
Médio	Serviços de Engenharia Complexos: Intervenções que exigem projetos específicos, pequenas demolições, adequação de layouts de sanitários existentes ou correções em rampas e escadas sem alteração estrutural pesada.
Alto	Obras: Intervenções que envolvem modificações estruturais significativas, demolições de alvenarias estruturais, construção de novas rampas/elevadores ou reconfiguração total de edificações.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Justificativa:

A avaliação da complexidade técnica identifica o nível de esforço operacional, a necessidade de projetos complementares e as interferências na infraestrutura existente. Este critério é fundamental para planejar as ações de forma realista, evitando entraves executivos e assegurando previsibilidade nos prazos e na viabilidade das intervenções.

5.1.4 Impacto do Custo Estimado

Este critério refere-se ao volume de recursos financeiros necessários para executar as intervenções. Considera como base os valores do levantamento do item 7 (Estimativa de Custos), que apresenta de forma unitária cada intervenção e todos os serviços que a compõem. A escala reflete a realidade orçamentária da instituição.

Tabela 12 - Classificação do impacto financeiro.

Nível de Criticidade	Intervalo	Quantidade de Sistemas
Muito Baixo	Até R\$ 2.500,00	02
Baixo	R\$ 2.500,01 a R\$ 10.000,00	07
Médio	R\$ 10.000,01 a R\$ 40.000,00	04
Alto	R\$ 40.000,01 a R\$ 100.000,00	01
Muito Alto	Acima de R\$ 100.000,00	02

Fonte: Equipe técnica (2026)

Justificativa:

Este critério compatibiliza as necessidades de acessibilidade com a capacidade financeira da universidade. Garante a sustentabilidade e a continuidade do plano de implementação.

5.2 Matriz de Viabilidade de Execução

A Matriz de Viabilidade de Execução constitui o instrumento técnico de sistematização e hierarquização das intervenções propostas no Plano de Acessibilidade da Ufac. Sua estrutura integra os critérios definidos

no item 5.1, permitindo uma análise comparativa que equilibra a urgência social (criticidade e alcance) com a capacidade operacional e financeira da instituição (complexidade e custo).

5.2.1 Escalas de Avaliação por Critério

Para uma avaliação detalhada e precisa, os critérios são agrupados conforme suas escalas de pontuação. Esta abordagem permite uma aplicação consistente da metodologia, considerando as particularidades de cada dimensão avaliada.

a) Escala de avaliação para Criticidade, Usuários Afetados e Complexidade Técnica

Quadro 24 - Classificação de Criticidade, Usuários Afetados e Complexidade Técnica.

Nível	Escala (Nota)
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

Fonte: Equipe técnica (2026)

b) Escala de avaliação para Impacto do Custo Estimado

Quadro 25 - Classificação para Impacto do Custo Estimado.

Nível	Escala (Nota)
Muito Baixo	1
Baixo	2
Médio	3
Alto	4
Muito Alto	5

Fonte: Equipe técnica (2026)

5.2.2 Estrutura de Avaliação e Pesos

Cada intervenção é avaliada em quatro dimensões para fundamentar a decisão. Os critérios de Criticidade, Usuários Afetados e Complexidade Técnica recebem notas de 1 a 3. O Impacto do Custo Estimado

recebe nota de 1 a 5. A soma ponderada dos critérios define a pontuação final. Os pesos refletem a importância de cada dimensão na priorização e conferem maior influência à Complexidade Técnica e ao Impacto do Custo Estimado.

Quadro 26 - Resumo de critérios, escalas e pesos.

Critério	Escala (Nota)	Peso
Criticidade	1 a 3	1
Usuários afetados	1 a 3	1
Complexidade técnica	1 a 3	2
Impacto do Custo Estimado	1 a 5	2

Fonte: Equipe técnica (2026)

Cálculo da Pontuação Final:

$$\text{Pontuação Final} = C + U + 2T + 2K$$

Onde:

- C = Criticidade (1 a 3)
- U = Usuários Afetados (1 a 3)
- T = Complexidade Técnica (1 a 3)
- K = Impacto do Custo Estimado (1 a 5)

5.3 Classificação do Nível de Viabilidade

As intervenções classificam-se em três níveis de viabilidade conforme a pontuação final obtida, que varia de 6 a 22. Esta classificação orienta o cronograma de execução. Separa o que se realiza com recursos de manutenção imediata daquilo que exige projetos complexos e captação de recursos externos.

Quadro 27 - Níveis de Viabilidade de Execução.

Nível de Viabilidade	Classificação	Pontuação Final	Caracterização	Quantidade de Sistemas
V1	Alta Viabilidade	De 6 a 11	Intervenções de baixa complexidade técnica e baixo custo estimado, com condições favoráveis para execução em curto prazo, mas com alto impacto positivo na autonomia, conforto e segurança, beneficiando grande número de usuários.	07
V2	Média Viabilidade	De 12 a 16	Intervenções com impacto relevante, porém com limitações associadas à complexidade técnica, ao alcance de usuários ou à necessidade de maior planejamento orçamentário. Demandam priorização intermediária e podem ser programadas para médio prazo.	06
V3	Baixa Viabilidade	De 17 a 22	Intervenções que apresentam alta complexidade técnica, elevado custo ou baixo impacto imediato em termos de usuários atendidos. Requerem estudos mais aprofundados e planejamento de longo prazo para sua implementação.	03

Fonte: Equipe técnica (2026)

5.4 Matriz dos Sistemas Avaliados

Os critérios técnicos foram aplicados aos sistemas analisados no diagnóstico, considerando o comportamento observado nos dados consolidados e o impacto das não conformidades identificadas. A avaliação consiste em uma simulação técnica de viabilidade de execução, elaborada conforme os padrões identificados no levantamento realizado.

Na tabela de aplicação dos critérios, os itens da coluna “Sistema” foram agrupados conforme pertencem a um mesmo grupo de intervenção ou estrutura. Os itens que exigem tratamento individualizado por razões técnicas foram separados.

A ordem de apresentação reflete um cenário ideal de intervenções. Os resultados estão associados a essa condição específica. Durante a execução das atividades, os níveis de viabilidade de cada item podem sofrer alterações conforme a análise individual de cada caso. Fatores externos interferem nas demandas, como intempéries, solicitações externas e ocorrências de acidentes.

Quadro 28 - Aplicação da Matriz de Priorização por Sistema.

Sistema	Crit.	Usuários	Compl. x2	Impacto Orç. x2	Total	Viabilidade	Ocorrências (Blocos)
Rotas de fuga acessíveis ¹	3	3	3	2	16	V2	36
Passarelas ²	3	3	3	5	22	V3	2
Rampas externas ³	2	3	2	3	15	V2	67
Rampas internas ⁴	2	2	2	2	12	V2	29

Escadas ⁵	2	3	1	2	11	V1	29
Sinalização tátil ⁶	3	1	1	3	12	V2	97
Anel Viário ⁷	3	1	3	5	20	V3	1
Sinalização visual ⁸	3	2	1	1	9	V1	116
Adequação de sanitário acessível ⁹	3	1	1	2	10	V1	23
Instalação de sanitários acessíveis ¹⁰	3	1	3	3	16	V2	70
Mobiliário ¹¹	1	1	1	2	8	V1	83
Espaços de acolhimento ¹²	3	2	1	3	13	V2	7
Vagas PcD ¹³	3	2	1	1	9	V1	97
Corredores e portas ¹⁴	3	2	1	2	11	V1	20
Bebedouros ¹⁵	1	1	1	2	8	V1	13
Outros equipamentos ¹⁶	3	3	3	4	20	V3	15

Fonte: Equipe técnica (2026)

¹ Rotas de fuga acessíveis - Caminhos livres de impedimentos com sinalização visual e iluminação de emergência;

² Passarelas - Caminhos cobertos com piso podotátil, iluminação, mapa tátil e tótem interativo;

³ Rampas externas - Rampas de acesso ao passeio/calçada com pintura e piso podotátil;

⁴ Rampas internas - Rampas de conexão entre blocos ou pisos internos com piso podotátil, piso emborrachado antiderrapante, iluminação e guarda-corpo;

⁵ Escadas - Fechamento de espelhos das escadas, sinalização horizontal e sinalização com placas em braile;

⁶ Sinalização tátil - Instalação de sinalização tátil de alerta e direcional em placas de borracha ou cerâmica com pintura;

⁷ Anel Viário - Instalação de piso podotátil no passeio em ambos os lados da pista, instalação/adequação de rampas, redutores de velocidade, sinalização vertical e horizontal e sinal sonoro

⁸ Sinalização visual - Instalação de placas padronizadas em português, inglês, espanhol e braile identificando blocos, salas, direções a serem seguidas etc;

⁹ Adequação de sanitário acessível - Reparos como troca de louças, adequação de lavatórios, instalação de alarmes, instalação de barras etc;

¹⁰ Instalação de sanitário acessível - Projeto e execução de sanitário acessível completo com louça, barras de apoio, lavatório, alarme sonoro etc;

¹¹ Mobiliário - Compra de mobiliário acessível;

¹² Espaços de acolhimento - Adequação de espaços para instalação de sala de regulação com pintura e mobiliário, bem como espaços externos como jardins sensoriais-com diferentes tipos de materiais como cascalho e grama;

¹³ Vagas PcD - Demarcação e pintura de vagas destinadas a PcD, idosos e TEA;

¹⁴ Corredores e portas - Corredores com no mínimo 1,20m de largura sem obstáculos, com piso podotátil, portas de no mínimo 90cm de vão livre com maçaneta tipo barra ou qualquer modelo não redondo;

¹⁵ Bebedouros - Bebedouros que permitam aproximação e identificação por pessoas com deficiência visual e motora sem obstáculos;

¹⁶ Outros equipamentos - Compra de equipamentos complementares como tótem interativo, mapa tátil etc.

5.4.1 Interpretação da aplicação

A aplicação da matriz evidencia que diferentes intervenções ocupam os três níveis de Viabilidade de Execução:

Alta Viabilidade - V1

O quadro abaixo apresenta os sistemas enquadrados como V1, seus quantitativos e sua representação no panorama geral.

Quadro 29 - Intervenções por sistema e bloco (V1).

Sistema	Quantitativo de intervenções por bloco
Escadas	29
Sinalização Visual	116
Adequação de Sanitários Acessíveis	23
Mobiliário	83
Vagas PcD	97
Corredores e Portas	20
Bebedouros	13
Total	381

Fonte: Equipe técnica (2026)

Média Viabilidade - V2

O quadro abaixo apresenta os sistemas enquadrados como V2, seus quantitativos e sua representação no panorama geral.

Quadro 30 - Intervenções por sistema e bloco (V2).

Sistema	Quantitativo de intervenções por bloco
Rotas de Fuga Acessíveis	36
Rampas Externas	67
Rampas Internas	29
Sinalização Tátil	97
Instalação de Sanitários Acessíveis	70

Espaços de Acolhimento

07

Total

306

Fonte: Equipe técnica (2026)

Baixa Viabilidade - V3

O quadro abaixo apresenta os sistemas enquadrados como V3, seus quantitativos e sua representação no panorama geral.

Quadro 31 - Intervenções por sistema e bloco (V3).

Sistema	Quantitativo de intervenções por bloco
Passarelas	02
Outros Equipamentos	15
Anel Viário	01
Total	18

Fonte: Equipe técnica (2026)

O detalhamento das intervenções por sistemas e blocos pode ser acessado através do Anexo I - Relatório técnico completo por sistema, ou [clikando aqui](#).

06 PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação estabelece a estrutura de execução das intervenções propostas conforme os critérios definidos nos itens 5 e 6. Consolida um modelo operacional orientado por viabilidade técnica, impacto e capacidade institucional. A formulação ancora-se na Matriz de Viabilidade de Execução, que classifica as intervenções em níveis de viabilidade (V1, V2 e V3) e as organiza de forma estratégica. Isso assegura coerência entre diagnóstico, priorização e implementação.

A execução estrutura-se em um horizonte de 4 (quatro) anos: 2026, 2027, 2028 e 2029, com 2026 como marco inicial das intervenções. O modelo adotado combina execução progressiva com planejamento antecipado. Intervenções de maior complexidade (V2 e V3) recebem etapas técnicas preparatórias antes de sua execução. As intervenções de alta viabilidade (V1) iniciam-se de forma imediata. Essa abordagem garante aderência à capacidade operacional da instituição e previsibilidade na alocação de recursos.

A distribuição das metas por ano está organizada conforme o quadro a seguir:

Quadro 32 - Distribuição das metas por ano do Plano de Ação.

Ano	Meta V1	Meta V2	Meta V3	Justificativa
2026	23,62%	0,33%	Planejamento	Foco em intervenções de impacto imediato e menor complexidade (V1), paralelamente ao planejamento técnico, captação de recursos e licitações para as obras estruturais futuras (V2 e V3).
2027	42,26%	44,12%	27,78%	Pico das adequações de execução rápida (V1) e início das obras de média (V2) e alta complexidade (V3), viabilizadas pelos projetos e contratos estabelecidos no ano anterior.
2028	24,93%	33,66%	38,89%	Ápice do investimento em infraestrutura pesada, concentrando o maior volume de execução das viabilidades V2 e V3, para garantir margem de tempo contra eventuais atrasos em obras civis.
2029	9,19%	21,90%	33,33%	Fase de consolidação e arremate. Foco na integração dos sistemas interdependentes (como rotas de fuga e conexões de acessibilidade) para o fechamento do ciclo e entrega do campus funcional.

Fonte: Equipe técnica (2026)

Essa organização permite uma transição consistente entre planejamento e execução. Evita sobrecarga operacional nos anos iniciais e garante que intervenções mais complexas recebam o devido suporte técnico. O modelo assegura que ações de maior impacto imediato sejam antecipadas. Intervenções estruturantes desenvolvem-se de forma progressiva, promovendo uma implementação equilibrada, eficiente e sustentável do Plano de Acessibilidade.

O detalhamento anual do plano de ação apresenta as intervenções alocadas para cada período conforme sua viabilidade. Inclui também figuras geradas com auxílio de inteligência artificial para ilustrar visualmente o impacto e os benefícios das melhorias propostas.

6.1 Primeiro Ano - 2026

Para o primeiro ano de execução (2026), a estratégia para as intervenções classificadas como V1 (Alta Viabilidade) prioriza ações de menor complexidade técnica, rápida implementação e baixo impacto operacional. Isso garante ganhos imediatos em acessibilidade e permite o avanço consistente do plano. Do universo total de 381 intervenções V1, estabelece-se como meta a execução de aproximadamente 23,62% desse total, o que corresponde a cerca de 90 intervenções.

A seleção dos sistemas a serem contemplados neste primeiro ciclo orienta-se por dois critérios principais: facilidade de execução, privilegiando intervenções predominantemente enquadradas como Serviços de Engenharia, e adequação quantitativa à meta global do período. Priorizam-se sistemas como sinalização, mobiliário e ajustes em circulação horizontal. Sistemas com menor representatividade quantitativa permitem sua completa resolução já no primeiro ano. Sistemas com maior volume, como sanitários e vagas para pessoas com deficiência, serão parcialmente executados ou programados para os ciclos seguintes, garantindo melhor distribuição operacional.

A composição das intervenções previstas para 2026 está sintetizada nas tabelas a seguir:

Tabela 13 - Intervenções previstas para 2026 - Sistema V1.

Sistema V1	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2026
Escadas	05	5,56%
Sinalização visual	15	16,67%
Adequação de sanitário acessível	0	0%
Mobiliário	17	18,89%
Vagas PcD	20	22,22%
Corredores e portas	20	22,22%
Bebedouros	13	14,44%
Total	90	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Essa configuração permite atingir, de forma tecnicamente coerente, a meta aproximada de 25% das intervenções V1 no primeiro ano. Concentra esforços em ações de alta efetividade e menor complexidade. Promove melhorias imediatas nas condições de acessibilidade e contribui para a consolidação operacional do plano. Prepara a instituição para a ampliação do escopo de intervenções nos anos subsequentes.

Tabela 14 - Intervenções previstas para 2026 - Sistema V2.

Sistema V2	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2026
Rotas de fuga acessíveis	0	0%
Rampas externas	0	0%
Rampas internas	0	0%
Sinalização tátil	0	0%
Instalação de sanitários acessíveis	0	0%
Espaços de acolhimento	01	100%
Total	01	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Quanto às intervenções classificadas como V2 (Média Viabilidade), o primeiro ano terá como foco a implementação de uma unidade modelo de Espaço de Acolhimento. O ano de 2026 também se dedicará ao planejamento estratégico e à estruturação técnica para as intervenções que demandem maior aporte técnico e financeiro em V2 e V3.

Esse período compreende atividades como levantamentos cadastrais detalhados, estudos de viabilidade técnica e econômica, elaboração e compatibilização de projetos executivos multidisciplinares, análises normativas, estimativas orçamentárias e definição de estratégias de contratação. Inclui também a priorização interna e o alinhamento institucional com os instrumentos de planejamento e gestão. Essas etapas mitigam os riscos, garantem a precisão técnica das soluções propostas e asseguram que as intervenções de maior complexidade se executem de forma eficiente, segura e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo plano.

6.1.1 Sugestões de intervenções

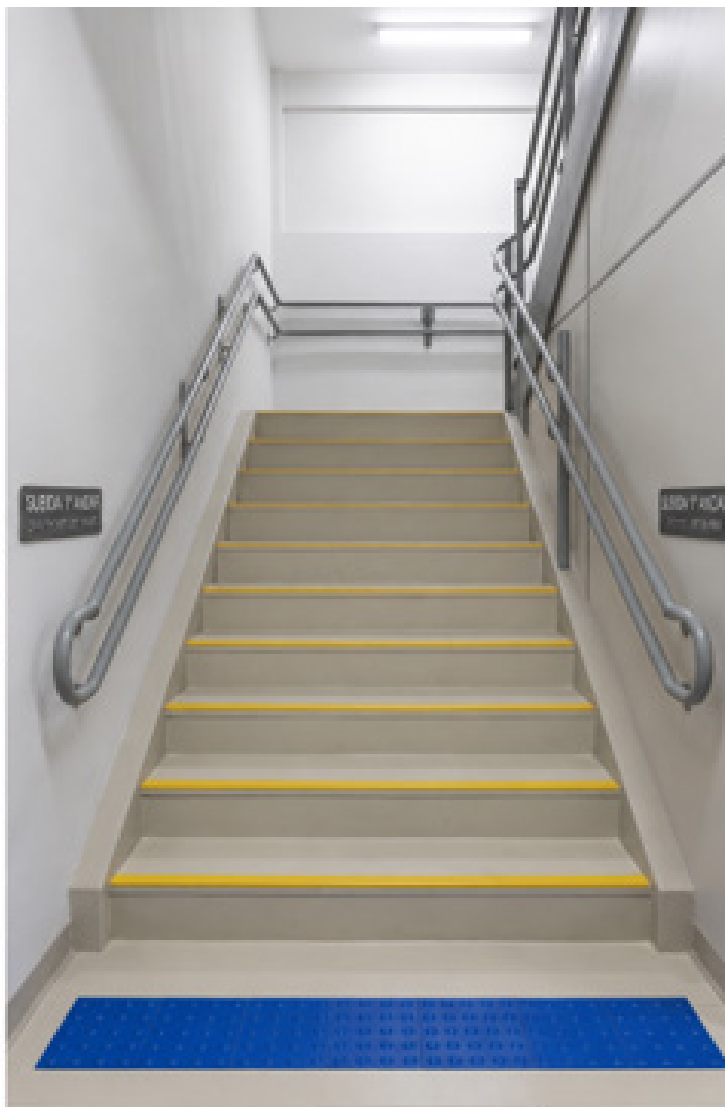
Escadas

Figura 118 - Escada de Bloco de sala de aula.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 119 - Escada do Teatro Universitário.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

A adequação das escadas é uma intervenção estrutural de caráter emergencial. Garante a circulação segura e autônoma de toda a comunidade acadêmica da UFAC, especialmente de pessoas com deficiência visual, mobilidade reduzida ou idosos. A proposta elimina os riscos de acidentes e fornece orientação espacial clara.

Pontos da Intervenção

- Fechamento dos vãos dos espelhos: O preenchimento do espaço aberto entre os degraus é fundamental. Espelhos vazados representam alto risco de acidentes, pois facilitam o enroscamento de pés, próteses, órteses, muletas ou bengalas durante a subida.
- Instalação de material antiderrapante: Aplicam-se faixas antiderrapantes nas bordas dos degraus. O material garante atrito e evita escorregões. Deve possuir cor contrastante com o piso para auxiliar pessoas com baixa visão na identificação do limite de cada degrau.
- Sinalização tátil e em Braille: Instala-se informação tátil e em Braille nos corrimãos (anéis de sinalização) indicando o início e o fim da escada, bem como o pavimento. Combina-se essa medida com a instalação de piso tátil de alerta no chão, antes do primeiro e após o último degrau, avisando sobre a mudança de nível.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: A norma técnica brasileira que rege a acessibilidade a edificações estabelece que as escadas em rotas acessíveis não podem ter espelhos vazados. Exige a aplicação de sinalização visual nas bordas dos degraus e detalha a obrigatoriedade da sinalização tátil nos corrimãos e pisos de alerta (item 6.7).
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura, em seu Art. 53, o direito à acessibilidade em edificações de uso público. A eliminação dessas barreiras constitui obrigação legal da instituição.

Sinalização Visual

Figura 120 - Corredor de circulação interna.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 121 - Acesso a sanitários.

Situação Atual

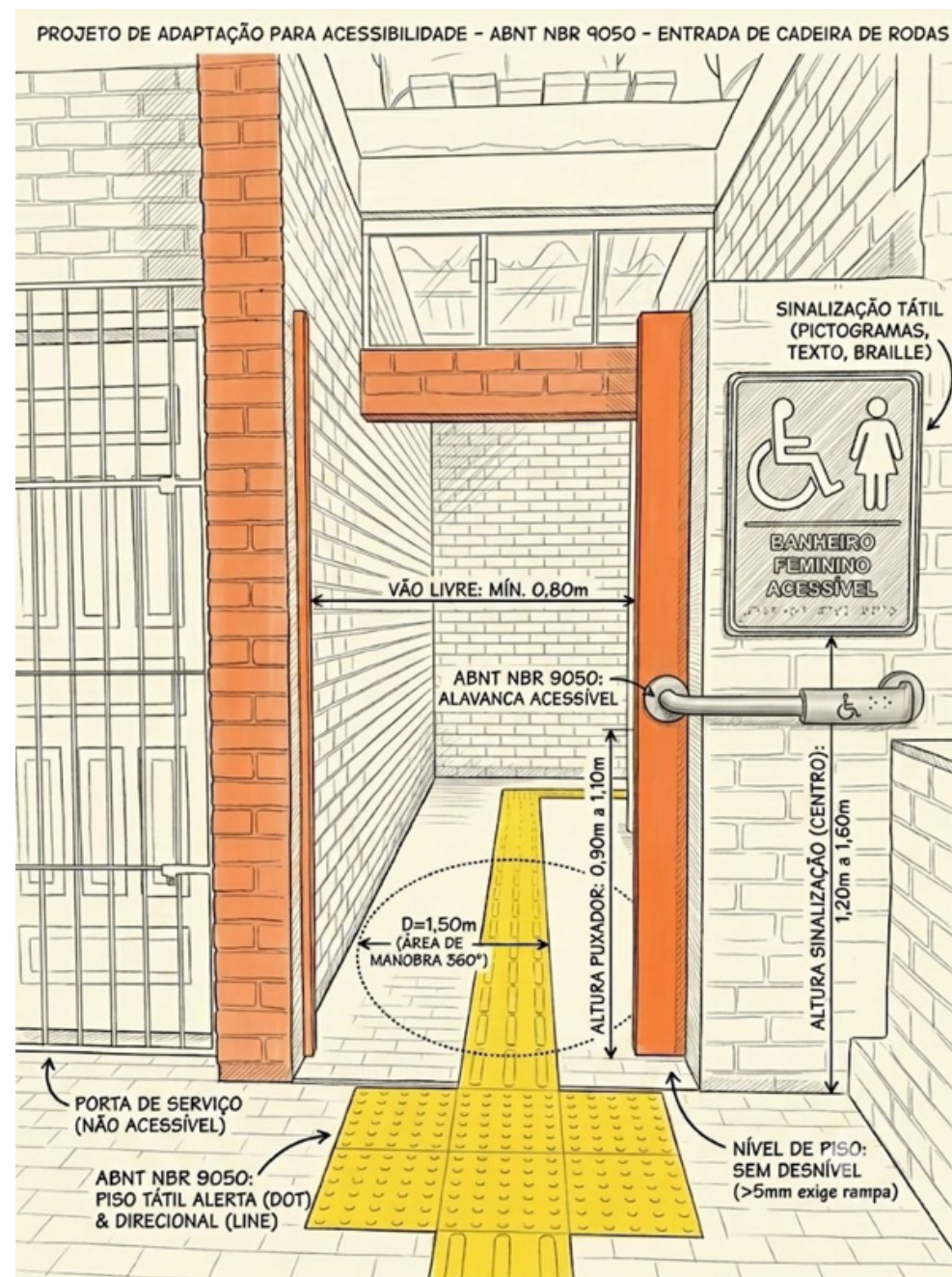


Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 122 - Projeto de adaptação para acessibilidade - Entrada de cadeira de rodas.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A correta sinalização dos corredores, sanitários e rotas de circulação da UFAC garante a orientação espacial, a segurança e a evacuação eficiente em casos de emergência. Um ambiente não sinalizado desorienta os usuários. Em situações de pânico, pode resultar em graves acidentes. Essa barreira comunicacional precisa ser eliminada.

Pontos da Intervenção

- Sinalização Visual de Emergência e Rotas de Fuga: Instalação de placas indicativas de rotas de saída e saídas de emergência. Estas placas devem ser preferencialmente fotoluminescentes (que brilham no escuro), instaladas em alturas padronizadas e em locais sem obstrução visual, garantindo que qualquer pessoa consiga identificar o caminho seguro rapidamente.
- Identificação de Equipamentos de Segurança: Placas visuais localizando extintores, alarmes e hidrantes, com cores padronizadas e alto contraste em relação à parede, facilitando a identificação imediata.
- Inclusão de Piso Podotátil (Visão Geral): Para complementar a rota segura, a proposta inclui a instalação de piso tátil (direcional e de alerta) ao longo do corredor, garantindo o guiamento e a autonomia de pessoas com deficiência visual. (Os detalhes técnicos, padrões e normas específicas desta instalação tátil serão aprofundados no tópico específico).

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 13434: Norma específica que regulamenta os símbolos, cores, formas e dimensões da sinalização de segurança contra incêndio e pânico em edificações.
- ABNT NBR 9050:2020: No item 5, a norma estabelece as diretrizes e critérios para a sinalização (visual, tátil e sonora) em espaços e edificações de uso público, determinando o uso de contrastes e alturas adequadas para que a informação chegue a todas as pessoas, independentemente de sua estatura ou condição visual (baixa visão).
- Decreto Federal nº 5.296/2004: Regulamenta a promoção da acessibilidade, tornando obrigatória a implementação de sinalização visual e tátil para orientação e segurança nas edificações de uso público.

Mobiliário Acessível

Figura 123 - Laboratório de ensino e pesquisa.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 124 - Sala de aula.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

A adaptação do mobiliário em laboratórios e salas práticas garante que todos os alunos da UFAC tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e participação. Desníveis sob as bancadas criam uma barreira arquitetônica excludente. A falta de alternativas de altura prejudica a ergonomia e a segurança durante as atividades.

Pontos da Intervenção

- Remoção do Degrau e Nivelamento do Piso: A eliminação do desnível abaixo da bancada cria a Área de Aproximação Frontal e libera o vão livre necessário para que a cadeira de rodas se encaixe perfeitamente sob a mesa. Isso garante que o aluno consiga se aproximar da área de trabalho e manusear os equipamentos com conforto.
- Plataforma para Baixa Estatura: Inclusão de uma base ou estrado nivelado e seguro ao lado da estação do cadeirante. Essa plataforma

eleva o nível do piso para alunos com nanismo ou de baixa estatura, compensando a altura da bancada e permitindo o alcance manual e visual adequados sem comprometer a segurança no laboratório.

- Sinalização Visual (SIA): Aplicação do Símbolo Internacional de Acesso nas estações adaptadas. A sinalização é indispensável para identificar que aquele mobiliário é acessível e de uso prioritário, garantindo que as vagas sejam respeitadas pela comunidade acadêmica.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: O item 9 da norma regulamenta o mobiliário acessível. Ele define as dimensões exatas exigidas para o vão livre sob mesas e bancadas (geralmente altura livre mínima de 0,73 m e profundidade mínima de 0,50 m para encaixe da cadeira de rodas), além de estabelecer as diretrizes para alcance manual e visual de pessoas em pé, sentadas ou com baixa estatura.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): O Capítulo IV, que trata do Direito à Educação, assegura em seus artigos 27 e 28 que as instituições de ensino devem garantir projetos arquitetônicos e mobiliários acessíveis, permitindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, o que inclui a infraestrutura laboratorial.

Vagas PcD

Figura 125 - Estacionamento do Restaurante Universitário.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 126 - Projeto de adaptação para vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O Restaurante Universitário é um dos espaços de maior fluxo e importância na vivência acadêmica da UFAC. A ausência de infraestrutura externa adequada isola o edifício e impede o acesso autônomo. Esta intervenção foca na criação de uma rota acessível contínua, garantindo que o trajeto entre o desembarque do veículo e a entrada do RU seja seguro, demarcado e livre de obstáculos.

Pontos da Intervenção

- Vagas de Estacionamento PcD: Reenquadramento do arruamento para a implementação de vagas exclusivas. A ação inclui a pintura da demarcação no chão (sinalização horizontal com o Símbolo Internacional de Acesso e a faixa de circulação lateral para embarque/desembarque de cadeirantes) e a instalação de placas indicativas (sinalização vertical).
- Rebaixamento de Guia: Adequação do calçamento com a construção de rampas de acesso entre o nível da rua (vaga de estacionamento) e o nível da calçada. Isso elimina o degrau do meio-fio, barreira que impede a subida de cadeiras de rodas de forma autônoma e segura.
- Rota Acessível com Piso Podotátil: Instalação de piso tátil direcional e de alerta guiando o usuário desde a calçada, adjacente à vaga de estacionamento, até a porta de entrada principal do RU. Essa medida garante a orientação espacial para pessoas com deficiência visual ou baixa visão em todo o trajeto externo.

Amparo Legal e Normativo

- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Em seu Art. 47, a lei federal determina a reserva de vagas em estacionamentos de uso público (mínimo de 2% do total), estabelecendo que estas devem estar próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações de desenho universal.
- ABNT NBR 9050:2020: A norma detalha tecnicamente como essa intervenção deve ser feita. O item 4.7 regula as rotas acessíveis externas, definindo as dimensões exatas das vagas PcDs (que exige um espaço adicional lateral de no mínimo 1,20m para manobra) e as inclinações máximas permitidas para os rebaixamentos de calçada, impedindo que rampas muito íngremes causem acidentes.

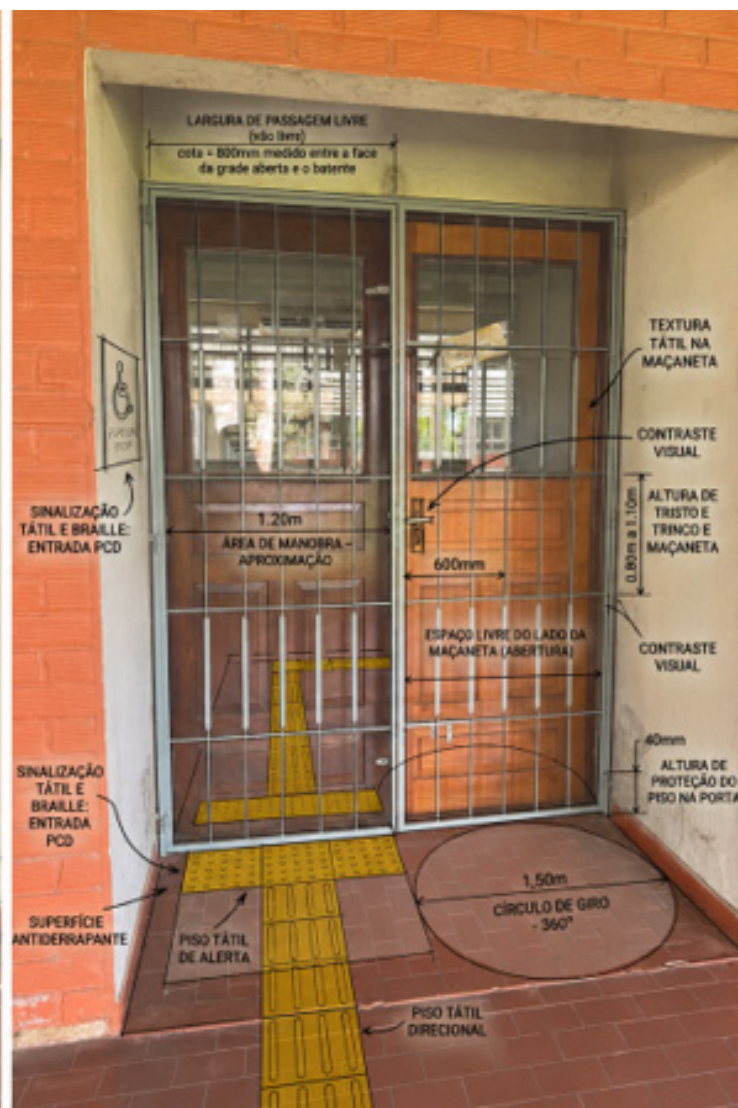
Corredores e Portas

Figura 127 - Portas de folha dupla de bloco acadêmico.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Muitas vezes, a infraestrutura possui dimensões físicas satisfatórias, mas falha na comunicação e na operação autônoma. Esta intervenção adapta portas de folha dupla já existentes na UFAC que possuem vão livre adequado (1,50m x 2,10m) e área desobstruída. Implementa os elementos complementares necessários para que o acesso seja universal e seguro.

Pontos da Intervenção

- Sinalização Tátil e Visual: Instalação de piso podotátil de alerta no chão indicando a aproximação da porta. Na parede adjacente, inclui-se a sinalização visual e tátil (com texto em relevo e Braille) na altura padronizada, permitindo que pessoas com deficiência visual identifiquem o ambiente antes de entrar.
- Tipologia de Maçanetas: Conforme destacado nas legendas técnicas da proposta, é obrigatório o uso de maçanetas do tipo alavanca. Esse modelo é fundamental pois não exige torção do pulso ou preensão firme, permitindo que a porta seja aberta com um único movimento suave, beneficiando pessoas com deficiência motora, artrite ou que estejam com as mãos ocupadas.
- Manutenção da Área de Manobra: A proposta técnica demarca as dimensões exigidas para a aproximação e o giro da cadeira de rodas em frente à porta. Como o local atual já não possui obstáculos e dispõe desse espaço, o projeto formaliza essa área para garantir que ela não seja bloqueada por lixeiras, móveis ou equipamentos no futuro.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020:
 - Item 6.11 (Portas): Exige o uso de maçanetas tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,80 m e 1,10 m. O vão livre existente da porta dupla já atende com folga a exigência mínima (que é de 0,80m em pelo menos uma das folhas).
 - Item 4.3 (Áreas de Manobra): Estabelece as medidas exatas para a rotação de cadeiras de rodas, exigindo um diâmetro mínimo de 1,50 m para o giro de 360°, condição que a intervenção exige que seja mantida livre.
 - Item 5 (Sinalização): Regulamenta a sinalização tátil de alerta próxima a desníveis ou portas e a identificação tátil nas paredes.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): O Art. 3º define barreiras arquitetônicas e de comunicação, deixando claro que a falta de sinalização em um ambiente impede o exercício dos direitos à acessibilidade e à informação.

Bebedouros

Figura 128 - Bebedouro de bloco acadêmico.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Embora grande parte dos bebedouros da UFAC permita a aproximação física de pessoas com mobilidade reduzida, a acessibilidade plena não se resume apenas ao alcance, mas também à facilidade de operação. O sistema atual de torneiras exige um movimento de torção e preensão que exclui pessoas com limitações motoras nas mãos ou braços. A intervenção propõe a substituição ou adaptação desses equipamentos baseada nos princípios do Desenho Universal.

Pontos da Intervenção

- Substituição do Sistema de Acionamento: Troca das válvulas de giro (esfera) por sistemas de acionamento por aproximação (sensores) ou botões de pressão leve. Esses mecanismos eliminam a necessidade de força, destreza fina ou torção do pulso para liberar a saída de água.
- Garantia de Vão Livre e Aproximação Frontal: O modelo proposto garante o recuo inferior necessário (vão livre) para que a cadeira de rodas possa se encaixar frontalmente, permitindo que o usuário se aproxime o suficiente da bica de água sem precisar se inclinar excessivamente.
- Alturas Diferenciadas: O novo equipamento deve oferecer opções de bicas e botões em alturas distintas, atendendo simultaneamente pessoas em pé, pessoas com baixa estatura e usuários de cadeira de rodas, garantindo conforto ergonômico para todos os perfis.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: O item 9.2 estabelece as exigências específicas para bebedouros acessíveis. A norma proíbe comandos que exijam torção ou preensão firme, determinando que o acionamento deve ser feito por alavanca, botão ou sensor. Além disso, estipula a altura máxima da bica para cadeirantes em 0,90 m e exige a garantia da Área de Aproximação Frontal (vão livre sob o equipamento).
- Decreto Federal nº 5.296/2004 e LBI: Reforçam a obrigatoriedade de que o mobiliário urbano e os equipamentos de uso público em instituições de ensino sigam os preceitos do desenho universal, garantindo a utilização autônoma, segura e sem esforço excessivo por qualquer pessoa.

Espaços de Acolhimento

Dentre os espaços de acolhimento a serem implantados ou adaptados na Universidade, aponta-se a necessidade de adequação da Sala Aquário enquanto espaço de acolhimento dos alunos neurodivergentes no Restaurante Universitário. A sugestão apresentada, visa melhorias na estrutura de forma a mitigar a sobrecarga sensorial e oferecer um ambiente mais seguro e calmo para alunos nos horários das refeições.

A Figura 129 abaixo demonstra a sala de acolhimento sensorial do Campus Sede da Ufac em seu formato atual e a Figura 130, criada com auxílio de inteligência artificial, demonstra uma projeção com sugestões das adequações a serem executadas.

Figura 129 - Sala de acolhimento sensorial.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 130 - Projeto de adequação de sala de acolhimento sensorial.



Fonte: Equipe técnica (2026)

A composição lúdica e sensorial do espaço minimiza gatilhos sensoriais visuais e auditivos. Promove o bem-estar e alinha-se aos princípios de acessibilidade e conforto. A conformidade com as diretrizes de acessibilidade, incluindo os princípios da ABNT NBR 9050, é detalhada abaixo.

Revestimento e Acústica: As paredes recebem revestimento com painéis modulados em tons pastéis: verde-claro, bege, lilás suave e cinza. Essa paleta de cores de baixa saturação reduz o estímulo visual. Os painéis possuem propriedades fonoabsorventes, essenciais para melhorar o conforto acústico. Diminuem a reverberação (eco) e abafam o som de conversas e talheres, o que alivia alunos com hipersensibilidade auditiva.

Iluminação: A iluminação artificial compõe-se de painéis quadrados de LED embutidos no forro com difusores acrílicos. Essa escolha garante uma luz difusa e uniforme. Evita o ofuscamento (brilho direto nos olhos) e a cintilação (flicker), que causam sobrecarga sensorial.

6.2 Segundo Ano - 2027

Para o segundo ano de execução (2027), o Plano de Ação avança para uma fase de consolidação e ampliação das intervenções. Combina a continuidade das ações V1 (Alta Viabilidade) e V2 (Média Viabilidade) e o início efetivo das atividades V3 (Baixa Viabilidade), conforme o planejamento estruturado no ano anterior. Este momento representa a transição entre uma fase predominantemente operacional (2026) e uma fase de execução integrada. Apresenta maior diversidade de frentes de trabalho e incremento da complexidade técnica.

No que se refere às intervenções V1, executa-se o percentual de 42,26% do total, correspondente a 161 intervenções. Isso garante progressão desse grupo iniciado em 2026 (90 intervenções, 24%).

A composição das intervenções previstas para 2027 está sintetizada nas tabelas a seguir:

Tabela 15 - Intervenções previstas para 2027 - Sistema V1.

Sistema V1	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2027
Escadas	06	3,73%
Sinalização visual	25	15,53%
Adequação de sanitário acessível	23	14,29%
Mobiliário	30	18,63%
Vagas PcD	77	47,83
Total	161	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Destaca-se que, além da execução continuada dos sistemas iniciados em 2026, dois sistemas já não aparecem no segundo ano por já terem sido atendidos de forma integral no primeiro ano de planejamento.

No que diz respeito às intervenções V2, continua-se a execução física de 44,12% do total previsto, correspondendo a 135 intervenções. A seleção considera equilíbrio entre sistemas, viabilidade executiva e impacto institucional.

Tabela 16 - Intervenções previstas para 2027 - Sistema V2.

Sistema V2	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2027
Rotas de fuga acessíveis	08	5,93%
Rampas externas	30	22,22%
Rampas internas	10	7,41%
Sinalização tátil	30	22,22%
Instalação de sanitários acessíveis	21	40,00%
Espaços de acolhimento	03	2,22%
Total	135	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

A distribuição privilegia intervenções com maior impacto na mobilidade e orientação. Mantém equilíbrio com a capacidade técnica instalada.

Por fim, para as intervenções V3, inicia-se a execução de 27,78% do total, correspondendo a aproximadamente 5 intervenções. Priorizam-se aquelas com maior maturidade técnica decorrente do planejamento realizado em 2026.

Tabela 17 - Intervenções previstas para 2027 - Sistema V3.

Sistema V3	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2027
Passarelas	0	0%
Outros equipamentos	05	100%
Anel viário	0	0%
Total	05	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

A execução das intervenções V3 ocorre de forma controlada neste período. Considera-se sua complexidade técnica, a necessidade de compatibilização de projetos e o impacto orçamentário.

O ano de 2027 configura-se como etapa estratégica de expansão do plano. Apresenta aumento do volume de intervenções e inicia a materialização das ações complexas. O planejamento mantém alinhamento com a capacidade institucional e com os princípios de eficiência, segurança e acessibilidade universal.

6.2.1 Sugestões de intervenções

Adequação de sanitários

Figura 131 - Sanitário de bloco acadêmico.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Ter o espaço físico adequado é o primeiro passo para a acessibilidade em sanitários. Um ambiente amplo sem os suportes corretos não oferece autonomia e apresenta riscos de queda para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Esta intervenção aproveita a infraestrutura espacial existente na UFAC para equipar o ambiente. Garante segurança e independência no uso.

Pontos da Intervenção

- **Barras de Apoio:** Instalação rigorosa de barras horizontais, verticais ou articuladas ao redor do bacia sanitária e do lavatório. Esses elementos suportam o peso do usuário, sendo indispensáveis para a transferência segura da cadeira de rodas para o vaso e para o equilíbrio durante a higienização.
- **Acessórios e Espelho:** Ajuste das alturas de saboneteiras, papeleiros, secadores de mão e cabides para que fiquem dentro da faixa de alcance acessível. O espelho deve ser instalado com uma leve inclinação (ou ter sua base inferior prolongada até o lavatório) para garantir o campo de visão de pessoas sentadas ou de baixa estatura.
- **Sistema de Alarme de Emergência:** Instalação de alarmes (com sinais visuais e sonoros) que possam ser acionados pelo usuário em caso de queda ou mal-estar. O acionamento deve estar posicionado ao alcance tanto de quem está no vaso sanitário quanto de quem possa ter caído no chão.

Amparo Legal e Normativo

- **ABNT NBR 9050:2020:** O item 7 da norma é inteiramente dedicado a sanitários e vestiários. Ele define os diâmetros, resistência e posicionamento exato das barras de apoio (geralmente a 0,75 m de altura em relação ao piso acabado), as alturas dos acessórios (entre 0,80 m e 1,20 m) e a obrigatoriedade do alarme de emergência visual e sonoro em sanitários acessíveis.
- **Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015):** O Art. 58 determina a obrigatoriedade de que os projetos arquitetônicos e as reformas de edificações de uso coletivo atendam aos preceitos de acessibilidade, sendo os sanitários adaptados um direito básico de saúde e dignidade, promovendo o uso com a máxima autonomia possível.

Rotas de fuga acessíveis

Figura 132 - Corredor de circulação interna.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Em situações de sinistro ou evacuação, a identificação rápida e clara do caminho seguro garante a preservação da vida. Um ambiente sem rotas de fuga definidas e sem equipamentos é perigoso. A proposta estabelece um sistema de emergência multissensorial. Assegura que o alerta e a rota de saída sejam compreendidos de forma autônoma por pessoas com deficiências sensoriais e motoras.

Pontos da Intervenção

- Sinalização Multissensorial e Iluminação: Instalação conjunta de alarmes sonoros e visuais (luzes estroboscópicas e luminárias de emergência). Essa redundância garante que pessoas surdas ou com deficiência auditiva percebam o alerta pelo estímulo luminoso, enquanto pessoas cegas ou com baixa visão sejam alertadas pelo som. As placas de rota de fuga devem ser fotoluminescentes.
- Piso Podotátil em Rotas de Fuga: Implementação de piso tátil (direcional e de alerta) guiando os usuários por um trajeto seguro e livre de obstáculos até a saída de emergência mais próxima, sendo crucial em cenários de fumaça densa ou baixa visibilidade.
- Instalação e Demarcação de Extintores: Posicionamento dos extintores de incêndio em alturas acessíveis (garantindo o alcance manual de pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura). A intervenção inclui a sinalização vertical na parede e a demarcação horizontal no piso, que além de sinalizar o equipamento, impede que o local seja obstruído por móveis ou objetos.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: Determina no item 5.6 a obrigatoriedade de alarmes de emergência visuais e sonoros simultâneos em espaços de uso público. O item 5.2.8 estabelece que os equipamentos de combate a incêndio devem estar em áreas de fácil aproximação e dentro das faixas de alcance acessível.
- ABNT NBR 13434: Norma técnica específica que padroniza as formas, dimensões e cores para sinalização de segurança contra incêndio e pânico, exigindo legibilidade e visibilidade (como a fotoluminescência).
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): O Art. 10 assegura o direito à proteção e segurança da pessoa com deficiência em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, o que torna inegociável a adequação das rotas de evacuação da instituição.

Rampas externas

Figura 133 - Rampa de acesso ao Centro de Convenções.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Uma rampa com inclinação e piso adequados resolve parte do desafio da acessibilidade. Sem equipamentos de segurança e orientação, a estrutura não oferece autonomia e representa risco de queda e desorientação. Esta intervenção aproveita as rampas externas da UFAC. Instala os elementos obrigatórios para garantir a travessia segura de pessoas com mobilidade reduzida, deficiência visual ou idosos.

Pontos da Intervenção

- **Instalação de Corrimãos Duplos:** Implementação de corrimãos em ambos os lados da rampa, com duas alturas distintas contínuas (geralmente 0,70 m e 0,92 m). Isso garante apoio ergonômico tanto para usuários de cadeira de rodas e pessoas de baixa estatura, quanto para pessoas em pé, auxiliando no impulso, frenagem e equilíbrio.
- **Implementação de Piso Podotátil:** Instalação de piso tátil de alerta no pavimento, posicionado no início e no final da rampa. Esta textura diferenciada é essencial para avisar pessoas cegas ou com baixa visão sobre a mudança de plano (início da subida ou descida), prevenindo tropeços.
- **Sinalização Visual e Tátil (Braille):** Aplicação de sinalização vertical e horizontal demarcando a rota acessível. Além disso, as extremidades prolongadas dos corrimãos devem receber anéis táteis com informações em Braille e texto em relevo, indicando os locais que a rampa conecta.

Amparo Legal e Normativo

- **ABNT NBR 9050:2020:** O item 6.6 estabelece as diretrizes completas para rampas. A norma exige explicitamente a instalação de corrimãos de duas alturas em ambos os lados (item 6.9) e determina que eles devem prolongar-se por pelo menos 0,30 m nas extremidades. Além disso, o item 5 detalha a obrigatoriedade e as medidas do piso tátil de alerta antes e depois do plano inclinado.
- **Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015):** Nos artigos 53 e 57, a legislação reforça que as edificações e os espaços de uso público devem garantir acessibilidade irrestrita, eliminando qualquer tipo de barreira arquitetônica que limite o direito de circulação com segurança e autonomia.

Rampas e calçadas internas

Figura 134 - Rampa de acesso à bloco acadêmico.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 135 - Calçada e rampa interna de acesso ao Restaurante Universitário.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

As calçadas e rampas internas que conectam os diferentes blocos e centros acadêmicos da UFAC formam a espinha dorsal da circulação diária. Embora a estrutura física básica (largura e inclinação) já esteja adequada, a ausência de elementos de apoio e orientação compromete a segurança e quebra a continuidade da rota. A intervenção transforma essas áreas de passagem em caminhos plenamente acessíveis, garantindo que o deslocamento entre aulas e departamentos seja fluido.

Pontos da Intervenção

- Corrimãos Normatizados: Instalação de corrimãos duplos (em duas alturas) em ambos os lados da rampa. Eles oferecem o suporte físico contínuo necessário para usuários de cadeiras de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e idosos durante o trajeto entre os edifícios, auxiliando no impulso e na sustentação.
- Piso Podotátil Integrado: Inclusão de piso tátil de alerta nas calçadas antes do início e logo após o término do plano inclinado, sinalizando a mudança de nível de forma tátil e visual (por contraste de cor).
- Sinalização Completa (Vertical e Horizontal): Implementação de placas indicativas informando quais blocos estão sendo conectados pela rota, além da demarcação do trajeto acessível no piso. Os corrimãos também devem receber sinalização tátil (anéis em Braille) informando o destino ou pavimento.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: O item 6.6 rege as dimensões e elementos obrigatórios de rampas, enquanto o item 6.9 define que os corrimãos devem estar presentes em ambos os lados de planos inclinados de qualquer natureza. O item 5 especifica a necessidade de sinalização tátil e visual ininterrupta em rotas de circulação.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Os artigos que tratam do direito à educação e à acessibilidade (Art. 27 e Art. 53) garantem que os espaços institucionais devem ser conectados por rotas acessíveis, assegurando que o aluno transite por todas as dependências da universidade com total autonomia e livre de barreiras físicas ou comunicacionais.

Sinalização tátil

Figura 136 - Área de circulação em bloco administrativo.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Áreas amplas com múltiplos pontos de atendimento desorientam pessoas cegas ou com baixa visão. A falta de referências físicas ou mapas torna o ambiente inacessível sem assistência. Esta intervenção elimina essa barreira comunicacional. Cria um sistema autônomo de orientação espacial que permite ao usuário compreender o ambiente e navegar com independência.

Pontos da Intervenção

- **Instalação de Mapa Tátil:** Posicionado na entrada ou no saguão principal do edifício, o mapa tátil (com relevo, alto contraste e Braille) permite que a pessoa com deficiência visual crie um modelo mental do espaço. Ele informa a localização exata das portas, balcões de atendimento, sanitários e rotas de fuga antes mesmo do usuário iniciar o deslocamento.
- **Rede de Piso Podotátil Direcional:** Implementação de trilhas de piso direcional conectando a entrada principal (e o mapa tátil) às diversas portas de atendimento. Essa sinalização no chão atua como um “trilho” seguro, guiando o usuário em linha reta pelos corredores amplos.
- **Piso Podotátil de Alerta em Pontos Estratégicos:** Uso do piso de alerta (textura de bolinhas) para indicar mudanças de direção, bifurcações

de rotas e a aproximação de portas de atendimento, balcões ou obstáculos, garantindo que o usuário saiba exatamente quando chegou ao seu destino ou quando precisa virar.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: O item 5 regulamenta exhaustivamente a sinalização. O subitem 5.4.6 é específico sobre os mapas táteis, exigindo que sejam instalados em locais de fácil acesso, com inclinação ergonômica e conectados à rota tátil do piso. O uso combinado do piso direcional e de alerta para formar as rotas é uma exigência técnica detalhada na norma para garantir a travessia segura.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Em seu Art. 3º, a lei define o conceito de “barreiras nas comunicações e na informação”. A instalação desse sistema garante o direito de acesso à informação espacial, previsto na lei, permitindo que a pessoa com deficiência usufrua dos serviços de atendimento da universidade em igualdade de oportunidades.

Instalação de sanitários acessíveis

Figura 137 - Ilustração das medidas e disposição de acessórios em banheiro acessível .

Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 138 - Ilustração de sanitário acessível em ambiente da Ufac.
Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

Em certas edificações da UFAC, as dimensões dos banheiros existentes, a presença de paredes estruturais ou o posicionamento das prumadas hidráulicas impossibilitam reformas ou adaptações. Quando a barreira física é incontornável, a solução técnica e legal exigida é a construção de um novo sanitário acessível unissex e independente, projetado do zero para atender a todas as normativas de espaço e segurança, garantindo que o bloco ou setor não fique desprovido desse recurso fundamental.

Pontos da Intervenção

- **Construção com Dimensões Adequadas:** Execução de um projeto estrutural e arquitetônico novo, garantindo o espaço interno livre para a área de manobra e o giro de 360° (diâmetro mínimo de 1,50 m) da cadeira de rodas, sem os improvisos ou limitações de uma reforma em espaço inadequado.
- **Instalação Completa de Equipamentos:** Equipagem do novo espaço com todos os itens obrigatórios instalados nas alturas e posições corretas desde o início: barras de apoio ao redor do vaso e lavatório, espelho inclinado, torneiras tipo alavanca ou sensor, e acessórios (sabonetes, papeleiras) dentro da faixa de alcance acessível.
- **Sistemas de Emergência e Sinalização:** Instalação do alarme de emergência com acionamento ao alcance do usuário (em caso de queda), emitindo sinal sonoro e visual do lado de fora. A porta deve receber maçaneta tipo alavanca e sinalização tátil e visual completa (Símbolo Internacional de Acesso e Braille).

Amparo Legal e Normativo

- **ABNT NBR 9050:2020:** A norma é clara (item 7.3) ao determinar que, em reformas de edificações existentes onde seja estruturalmente inviável a adequação dos sanitários convencionais, deve ser garantida a construção de pelo menos um sanitário acessível unissex independente (familiar) por pavimento, com entrada independente e com toda a equipagem obrigatória.
- **Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015):** O Art. 58 e demais legislações correlatas estabelecem que a impossibilidade técnica de adaptar um espaço antigo não isenta a instituição da responsabilidade de fornecer a acessibilidade. A construção de uma nova instalação é a garantia do direito à dignidade e à higiene com segurança e autonomia.

Espaços de acolhimento

Dentre os espaços de acolhimento a serem implantados ou adaptados na Universidade, sugere-se a criação de um jardim sensorial. Um jardim ou trilha sensorial, transcende a estética paisagística, convertendo-se em um dispositivo terapêutico e de inclusão fundamental para a promoção da acessibilidade plena. A Figura 139 abaixo demonstra sugestões a serem implementadas no jardim.

Figura 139 - Projeto de Jardim Sensorial.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O jardim sensorial atua como um espaço de autorregulação sua composição segue os seguintes parâmetros:

Controle Sensorial: Diferente de ambientes urbanos caóticos, o jardim oferece estímulos controlados e graduais (tato, olfato, visão e audição), permitindo que o indivíduo processe informações sem entrar em crise.

Acessibilidade Tátil e Proprioceptiva: a variedade de superfícies (grama, seixos, concreto texturizado, areia) permite o trabalho da propriocepção, a percepção do próprio corpo no espaço, essencial para o alívio de tensões e ansiedade.

Redução da Sobrecarga: O uso de elementos naturais e o planejamento arquitetônico cuidadoso criam um “refúgio” onde o sistema nervoso pode descansar, reduzindo os níveis de cortisol e promovendo o bem-estar mental.

Normas de Acessibilidade: Integrar esse espaço é ir além do cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que preconiza a eliminação de barreiras arquitetônicas e sensoriais, garantindo que o direito à educação seja acessível a todas as formas de pensar e sentir.

Permanência Estudantil: Para o estudante neurodivergente, a universidade pode ser um ambiente de alta pressão. Ter um espaço para decompressão sensorial não é apenas lazer, mas uma necessidade para garantir a permanência e o sucesso acadêmico.

Laboratório de Estudos e Extensão: A trilha sensorial serve como um espaço interdisciplinar. Pode ser utilizada por cursos de Arquitetura, Psicologia, Terapia Ocupacional, Pedagogia e Agronomia para pesquisas sobre biofilia, neuroarquitetura e práticas terapêuticas assistidas pela natureza.

6.3 Terceiro Ano - 2028

Para o terceiro ano de execução (2028), o Plano de Ação entra em uma fase de consolidação das intervenções de média e baixa viabilidade, conforme o escalonamento previamente estabelecido. Considerando que as intervenções V1 (Alta Viabilidade) já foram consolidadas nos anos anteriores e se encontram em progressão, o foco em 2028 recai sobre a continuidade das intervenções V2 (Média Viabilidade) e o avanço progressivo das intervenções V3 (Baixa Viabilidade), ambas já estruturadas tecnicamente no período de planejamento iniciado em 2026.

A composição das intervenções previstas para 2028 está sintetizada nas tabelas a seguir:

Tabela 18 - Intervenções previstas para 2028 - Sistema V1.

Sistema V1	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2028
Escadas	14	14,74%
Sinalização visual	45	47,37%
Mobiliário	36	37,89%
Total	95	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

No âmbito das intervenções V2, será executado o percentual complementar de 33,66% do total, correspondente a 103 intervenções (de um total de 306).

Tabela 19 - Intervenções previstas para 2028 - Sistema V2.

Sistema V2	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2028
Rotas de fuga acessíveis	13	12,26%
Rampas externas	37	35,92%
Rampas internas	19	18,45%
Sinalização tátil	30	29,13%
Instalação de sanitários acessíveis	01	0,97%
Espaços de acolhimento	03	2,91%
Total	103	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Essa etapa consolida a implementação dos sistemas de mobilidade e orientação, ampliando a continuidade das rotas acessíveis e garantindo maior integração entre os espaços do campus.

Paralelamente, as intervenções V3 avançam para sua segunda etapa de execução, com a realização de mais 38,89% do total, correspondente a 7 intervenções (de um total de 18). A distribuição mantém coerência com o planejamento anterior e a complexidade dos sistemas envolvidos:

Tabela 20 - Intervenções previstas para 2028 - Sistema V3.

Sistema V3	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2028
Passarelas	01	14,29%
Outros equipamentos	05	71,43%
Anel viário	01	14,29%
Total	07	100%

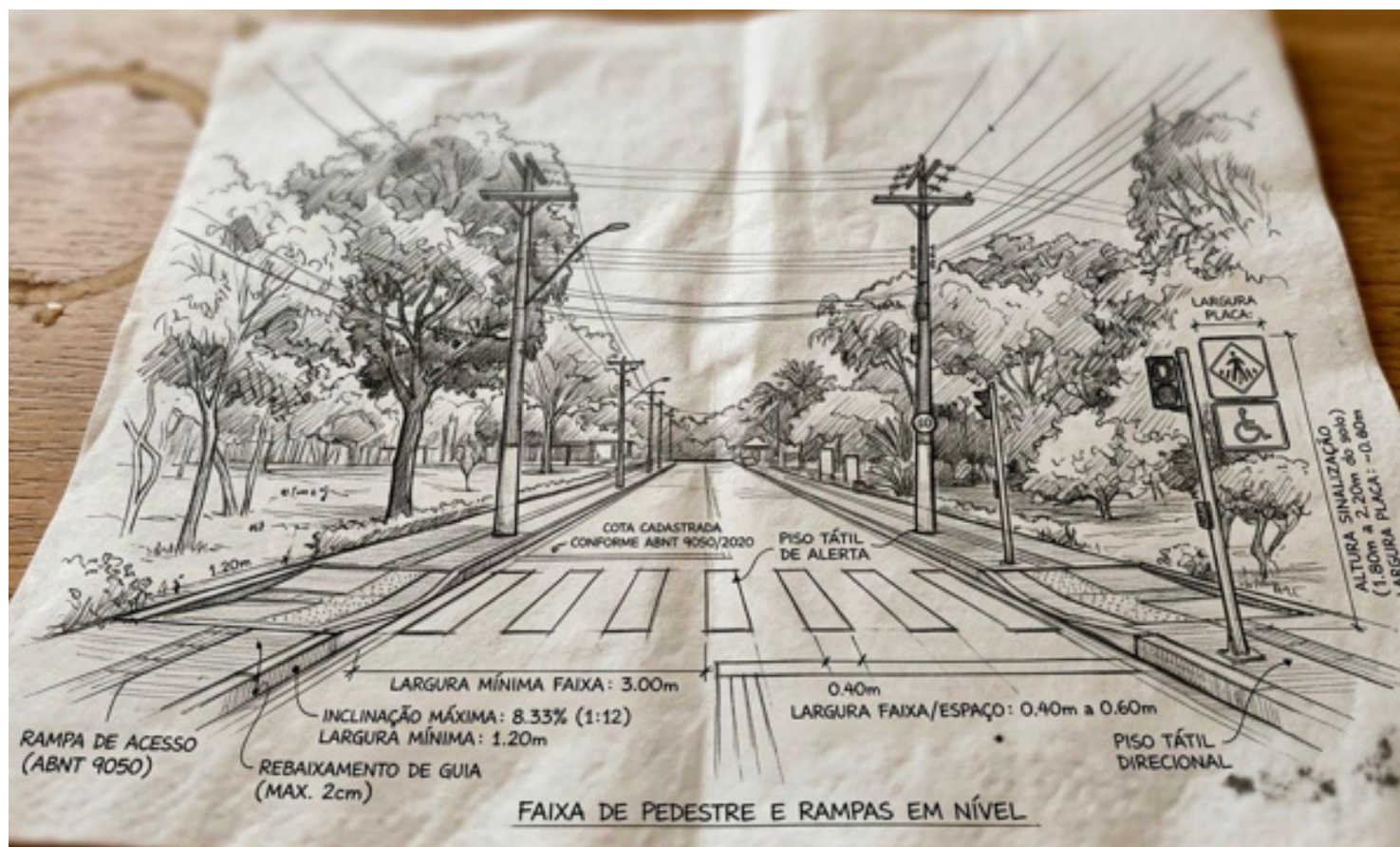
Fonte: Equipe técnica (2026)

Dessa forma, o ano de 2028 caracteriza-se como um período de consolidação técnica e operacional do plano. Essa etapa reforça a estratégia de implementação escalonada adotada pela instituição, garantindo equilíbrio entre capacidade de execução, controle orçamentário e efetividade das ações, ao mesmo tempo em que amplia significativamente o nível de acessibilidade dos espaços institucionais.

6.3.1 Sugestões de intervenções

Anel Viário - Sinalização visual e sonora

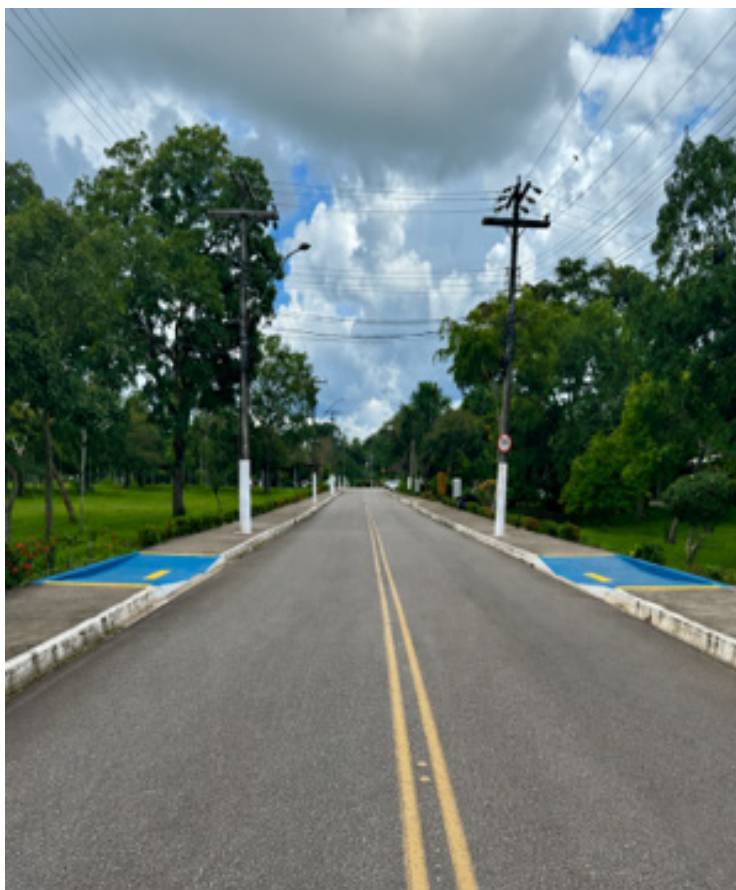
Figura 140 - Projeto de adequação de sinalização visual e sonora.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 141 - Sugestão de sinalização visual e sonora do Anel Viário.

Situação Atual



Em Conformidade com a Norma



Fonte: Equipe técnica (2026)

A existência de rampas nas calçadas resolve a transição de desnível, mas não garante uma travessia segura, especialmente em vias de fluxo contínuo como o anel viário do campus sede. Sem controle de velocidade dos veículos e orientação adequada para os pedestres, a via se torna uma barreira perigosa. Esta intervenção transforma o local em uma travessia universal, combinando moderação de tráfego com comunicação multissensorial para proteger toda a comunidade acadêmica.

Pontos da Intervenção

- Faixa de Pedestres e Redutor de Velocidade: Demarcação da faixa de travessia (sinalização horizontal) acompanhada da instalação de um redutor de velocidade (lombada ou travessia elevada). Essa medida força a redução da velocidade dos veículos no trecho, garantindo que

o tempo de reação dos motoristas seja compatível com a travessia de pessoas com mobilidade reduzida ou usuários de cadeira de rodas.

- Sinalização Sonora e Visual (Semafórica): Instalação de botoeiras ou semáforos com aviso sonoro. Esse sistema emite sinais sonoros (bipes de frequências específicas ou mensagens verbais) que informam exatamente quando a travessia está liberada e segura. É um recurso vital para a autonomia de pessoas cegas ou com baixa visão, operando em sincronia com os sinais luminosos visuais.
- Sinalização Vertical e Piso Podotátil: Colocação de placas (sinalização vertical) alertando os motoristas sobre a travessia acessível. Nas calçadas, o piso tátil de alerta deve ser instalado contornando o limite das rampas antes do asfalto, avisando o pedestre com deficiência visual sobre o fim da calçada e o início da via automotiva.

Amparo Legal e Normativo

- ABNT NBR 9050:2020: O item 4.4 define os critérios para travessias de pedestres, exigindo que o rebaixamento de calçadas esteja perfeitamente alinhado com a faixa. O item 5 regulamenta o uso obrigatório do piso tátil de alerta nas calçadas antes das vias, bem como a necessidade de semáforos sonoros para garantir a orientação de travessia.
- Resolução CONTRAN nº 704/2017: Regulamenta os padrões e critérios técnicos para a instalação de sinalização semafórica sonora, tornando-a obrigatória ou prioritária em locais de travessia que demandem acessibilidade para pessoas com deficiência visual, garantindo padronização e segurança no trânsito.
- Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015): Em seu Art. 46, determina que o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades, exigindo vias públicas dotadas de equipamentos que garantam essa travessia com autonomia e segurança.

Rampas

A Universidade já conta com diversas rampas que atendem aos padrões normativos atuais, a Figura abaixo demonstra o modelo que vem sendo instalado progressivamente em todo o Campus.

Figura 142 - Rampa de acesso do Anel Viário.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Demais espaços de acolhimento

Apesar de não haver uma obrigação legal específica para essas salas, as universidades federais possuem os Núcleos de Acessibilidade (ou departamentos equivalentes), responsáveis por avaliar e conceder adaptações razoáveis para a permanência do aluno. Nesse contexto, sugere-se a implantação de uma sala de descompressão no Bloco do NAI, por ser o principal local destinado a acolhida dos alunos com deficiência.

Para a projeção das adaptações a serem implementadas foi utilizada como modelo uma sala de aula comum de aproximadamente 48m², a Figura 143 abaixo demonstra a sala em seu formato atual, a Figura 144, criada com auxílio de inteligência artificial, demonstra uma projeção com sugestões das adequações a serem executadas.

Figura 143 - Sala de aula comum.



Fonte: Equipe técnica (2026)

Figura 144 - Projeto de adequação de sala de aula comum para espaço de acolhimento.



Fonte: Equipe técnica (2026)

O design da sala foi pensado para oferecer tanto a redução de estímulos (para alunos em crise de sobrecarga) quanto a estimulação controlada (para regulação sensorial).

Regulação Visual: A paleta de cores utiliza tons pastéis frios e neutros (azul claro, verde-sálvia, bege), que são cientificamente conhecidos por não sobrecarregarem o sistema visual. A iluminação é altamente controlada: luzes de teto dimerizáveis, abajures de luz quente e cortinas densas (blackout ou tecido grosso) para bloquear a luz natural excessiva e distrações visuais externas.

Estimulação Visual Suave: Para alunos que buscam estímulo visual calmante, a sala dispõe de um tubo de bolhas iluminado (à direita) e uma cascata de fibra ótica no chão (à esquerda). Estes elementos prendem a atenção de forma rítmica e previsível, ajudando no foco e na desaceleração mental.

Regulação Tátil e Proprioceptiva: O ambiente é rico em texturas seguras. Há pufes gigantes e profundos (que oferecem a sensação de “abraço” ou pressão profunda, vital para a propriocepção e calma do sistema nervoso), tapetes macios e uma área com grama sintética. Destacase o caminho sensorial no centro da sala, composto por placas de diferentes texturas e cores, permitindo que os alunos tirem os sapatos e caminhem para obter feedback tátil nas plantas dos pés (grounding).

Regulação Vestibular: A presença de uma rede de balanço (à direita) é crucial. O movimento pendular e rítmico do balanço é uma das formas mais eficazes de regular o sistema vestibular, ajudando a organizar o cérebro e reduzir a ansiedade.

Conforto Acústico e Olfativo: O teto possui placas de tratamento acústico, e a abundância de tecidos (tapetes, cortinas, pufes) ajuda a absorver o som, eliminando ecos e abafando ruídos externos. Os umidificadores/purificadores de ar no fundo podem servir para aromaterapia muito sutil ou simplesmente para manter a qualidade do ar, muitas vezes emitindo um leve ruído branco que mascara barulhos perturbadores.

Previsibilidade e Organização: As estantes baixas abrigam materiais de forma categorizada e visível em caixas. Para mentes neurodivergentes, a desordem visual pode ser um gatilho; a organização clara transmite segurança e controle sobre o ambiente.

6.4 Quarto Ano - 2029

O ano de 2029 marca o encerramento de todas as intervenções em todos os níveis de viabilidade. No que diz respeito a V1 serão executadas 35 intervenções restantes, completando 100% do nível.

A composição das intervenções previstas para 2029 está sintetizada nas tabelas a seguir:

Tabela 21 - Intervenções previstas para 2029 - Sistema V1.

Sistema V1	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2029
Escadas	04	11,43%
Sinalização visual	31	88,57%
Total	35	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

As últimas intervenções V1 realizadas no último ano acompanham as execuções de V2 e V3 que se completam, como as rotas acessíveis. No que tange ao V2, serão realizadas 67 intervenções também completando 100% de 306.

Tabela 22 - Intervenções previstas para 2029 - Sistema V2.

Sistema V2	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2029
Rotas de fuga acessíveis	15	22,39%
Sinalização tátil	37	55,22%
Instalação de sanitários acessíveis	15	22,39%
Total	67	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

Por fim, V3 também será concluída com as últimas 06 intervenções, atingindo, assim, também a marca de 100% de 18.

Tabela 23 - Intervenções previstas para 2029 - Sistema V3.

Sistema V3	Quantitativo de intervenções por bloco	% em relação ao total do ano 2029
Passarelas	01	16,67%
Outros equipamentos	05	83,33%
Total	06	100%

Fonte: Equipe técnica (2026)

O ano de 2029 marca o fim da execução de todas as 705 intervenções propostas neste Plano de Acessibilidade. Em seu último ano, o Plano de Ações encerra atividades correlacionadas. Em conjunto, essas ações criam equipamentos e mecanismos novos ou aprimoram os existentes. O plano oferece conformidade com a proposta de acessibilidade e garante uma infraestrutura inclusiva e segura.

07 ESTIMATIVA DE CUSTOS

7.1 Estimativa de intervenções para adequação da acessibilidade

A equipe elaborou a estimativa de intervenções para a acessibilidade da Universidade Federal do Acre (UFAC) com base no diagnóstico técnico. O diagnóstico abrangeu os blocos e espaços institucionais do Plano de Acessibilidade Ufac em Ação. As propostas consideram as condições dos levantamentos de campo, os níveis de atendimento observados e as necessidades de adequação dos relatórios técnicos.

A organização das intervenções ocorreu por sistemas de acessibilidade. Eles contemplam rotas de fuga, passarelas, rampas, escadas e sinalização. Incluem também o Anel Viário, sanitários, mobiliário, vagas reservadas, corredores, portas, bebedouros e espaços de acolhimento. A estruturação por sistemas agrupa intervenções semelhantes e padroniza soluções técnicas. Esse modelo estabelece parâmetros para a estimativa orçamentária conforme a matriz de viabilidade.

7.2 Considerações gerais

A estimativa possui caráter preliminar e orienta a programação físico-financeira do Plano de Ação 2026-2029. Os quantitativos e valores indicados servem como parâmetros de planejamento. A etapa de execução exige a elaboração de projetos, vistorias técnicas e levantamentos específicos para garantir precisão.

O orçamento tem natureza estimativa e não possui projetos executivos individualizados para todos os sistemas. Por isso, os valores admitem margem de variação. O detalhamento em etapas posteriores pode causar acréscimos ou reduções nos custos.

7.3 Diretrizes das intervenções

As intervenções propostas priorizam a eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscam ampliar a acessibilidade e a inclusão nos espaços da Ufac. O objetivo é promover segurança, autonomia e circulação adequada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

As adequações concentram-se em ações funcionais e corretivas. Envolvem a implantação de sinalização acessível, melhorias em rampas

e escadas e a reforma de sanitários. As atividades incluem também a reorganização de mobiliário, a instalação de equipamentos acessíveis e intervenções externas nas rotas de circulação.

7.4 Premissas orçamentárias e referências de custo

A equipe desenvolveu as estimativas com base nos valores de referência do SINAPI e do SBC. Também considerou os custos praticados no Estado do Acre. O cálculo utiliza a data-base de maio de 2026 e aplica o BDI de 23%.

As composições orçamentárias consideram custos de materiais, mão de obra, equipamentos e instalações. Incluem adequações civis, acabamentos e elementos complementares para implementar as soluções propostas. Essas ações seguem os critérios técnicos da ABNT NBR 9050.

7.5 Estimativa geral de custos por sistema de acessibilidade

A tabela a seguir apresenta a estimativa geral de custos por sistema de acessibilidade. Ela detalha a quantidade de blocos ou intervenções, a unidade de referência, o valor unitário e o valor total.

Tabela 24 - Estimativa geral de custos por sistema de acessibilidade.

Viabilidade	Sistema	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
V2	Rotas de fuga acessíveis	36	Bloco/intervenção	R\$ 8.500,00	R\$ 306.000,00
V3	Passarelas completas acessíveis	2	Unidade/conjunto	R\$ 350.000,00	R\$ 700.000,00
V2	Rampas externas	67	Bloco/intervenção	R\$ 12.800,00	R\$ 857.600,00
V2	Rampas internas	29	Bloco/intervenção	R\$ 5.800,00	R\$ 168.200,00
V1	Escadas	29	Bloco/intervenção	R\$ 4.800,00	R\$ 139.200,00
V2	Sinalização tátil	97	Bloco/intervenção	R\$ 18.500,00	R\$ 1.794.500,00
V3	Anel Viário	1	Conjunto	R\$ 1.537.297,20	R\$ 1.537.297,20
V1	Sinalização visual	116	Bloco/intervenção	R\$ 1.850,00	R\$ 214.600,00
V1	Adequação de sanitário acessível	23	Bloco/intervenção	R\$ 5.500,00	R\$ 126.500,00
V2	Instalação de sanitários acessíveis	70	Bloco/intervenção	R\$ 35.000,00	R\$ 2.450.000,00
V1	Mobiliário acessível	83	Bloco/intervenção	R\$ 4.500,00	R\$ 373.500,00
V2	Espaços de acolhimento/Jardim sensorial	7	Unidade/conjunto	R\$ 32.000,00	R\$ 224.000,00
V1	Vagas PcD	97	Bloco/intervenção	R\$ 2.400,00	R\$ 232.800,00
V1	Corredores e portas	20	Bloco/intervenção	R\$ 7.500,00	R\$ 150.000,00
V1	Bebedouros acessíveis	13	Bloco/intervenção	R\$ 6.800,00	R\$ 88.400,00
V3	Outros equipamentos acessíveis	15	Unidade/conjunto	R\$ 45.000,00	R\$ 675.000,00
Valor Global Estimado				R\$ 10.037.597,20	

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.6 Distribuição por viabilidade

Para fins de planejamento, as intervenções foram agrupadas em três níveis de viabilidade: V1, V2 e V3. A classificação considera a complexidade técnica, o impacto operacional, a capacidade de execução, a necessidade de projetos específicos e a possibilidade de implementação progressiva ao longo dos exercícios de 2026 a 2029.

Tabela 25 - Distribuição total de intervenções por nível de viabilidade.

Viabilidade	Total de intervenções	Valor total
V1	381	R\$ 1.325.000,00
V2	306	R\$ 5.800.300,00
V3	18	R\$ 2.912.297,20
Total Geral	705	R\$ 10.037.597,20

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.7 Programação por exercício do Plano de Ação

A programação das intervenções foi estruturada com base na metodologia do Plano de Ação, em que os percentuais anuais e as metas físicas são aplicados sobre a quantidade total de intervenções de cada grupo, e não diretamente sobre o valor financeiro. Assim, a execução anual foi definida a partir da meta física, com seleção dos sistemas de acordo com a facilidade de execução, a natureza dos serviços de engenharia, a criticidade, a capacidade operacional da instituição e a necessidade de planejamento técnico para as intervenções de maior complexidade.

A distribuição por exercício considera o avanço progressivo das ações, priorizando no primeiro ano os sistemas de menor complexidade e rápida implantação, ampliando a execução nos anos seguintes e concentrando as intervenções de maior complexidade nos exercícios finais do horizonte de planejamento.

7.7.1 Plano de Ação 2026

Ano inicial voltado à execução de intervenções de menor complexidade técnica, rápida implementação e baixo impacto operacional, com ênfase em sinalização visual, mobiliário acessível, vagas reservadas, corredores, portas, bebedouros, escadas e espaço de acolhimento previsto para o ciclo.

Tabela 26 - Programação das intervenções por exercício do Plano de Ação (2026).

Ano	Viabilidade	Sistema	Total de intervenções	Valor unitário	Valor total
2026	V1	Sinalização visual	15	R\$ 1.850,00	R\$ 27.750,00
2026	V1	Mobiliário acessível	17	R\$ 4.500,00	R\$ 76.500,00
2026	V1	Vagas PcD	20	R\$ 2.400,00	R\$ 48.000,00
2026	V1	Corredores e portas	20	R\$ 7.500,00	R\$ 150.000,00
2026	V1	Bebedouros acessíveis	13	R\$ 6.800,00	R\$ 88.400,00
2026	V2	Espaços de acolhimento/Jardim sensorial	1	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
2026	V1	Escadas	5	R\$ 4.800,00	R\$ 24.000,00
Total Geral			91	-	R\$ 446.650,00

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.7.2 Plano de Ação 2027

Ano de ampliação da execução, contemplando ações de acessibilidade com maior volume físico, incluindo rotas de fuga, rampas externas e internas, sinalização tátil, adequação de sanitários, reforma de sanitários acessíveis, mobiliário, vagas PcD, espaços de acolhimento, equipamentos acessíveis e escadas.

Tabela 27 - Programação das intervenções por exercício do Plano de Ação (2027).

Ano	Viabilidade	Sistema	Total de intervenções	Valor unitário	Valor total
2027	V2	Rotas de fuga acessíveis	8	R\$ 8.500,00	R\$ 68.000,00
2027	V2	Rampas externas	30	R\$ 12.800,00	R\$ 384.000,00
2027	V2	Rampas internas	10	R\$ 5.800,00	R\$ 58.000,00
2027	V2	Sinalização tátil	30	R\$ 18.500,00	R\$ 555.000,00
2027	V1	Sinalização visual	25	R\$ 1.850,00	R\$ 46.250,00
2027	V1	Adequação de sanitário acessível	23	R\$ 5.500,00	R\$ 126.500,00
2027	V2	Instalação de sanitários acessíveis	54	R\$ 35.000,00	R\$ 1.890.000,00
2027	V1	Mobiliário acessível	30	R\$ 4.500,00	R\$ 135.000,00
2027	V1	Vagas PcD	77	R\$ 2.400,00	R\$ 184.800,00
2027	V3	Outros equipamentos acessíveis	5	R\$ 45.000,00	R\$ 225.000,00
2027	V2	Espaços de acolhimento / Jardim Sensorial	3	R\$ 32.000,00	R\$ 96.000,00
2027	V1	Escadas	6	R\$ 4.800,00	R\$ 28.800,00
Total Geral			301	-	R\$ 3.797.350,00

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.7.3 Plano de Ação 2028

Ano de consolidação das intervenções de média complexidade e continuidade das ações estruturantes, com execução de rotas de fuga, rampas, sinalização tátil, reforma de sanitários acessíveis, mobiliário, passarela, equipamentos acessíveis, espaço de acolhimento, Anel Viário e escadas.

Tabela 28 - Programação das intervenções por exercício do Plano de Ação (2028).

Ano	Viabilidade	Sistema	Total de intervenções	Valor unitário	Valor total
2028	V2	Rotas de fuga acessíveis	13	R\$ 8.500,00	R\$ 110.500,00
2028	V2	Rampas externas	37	R\$ 12.800,00	R\$ 473.600,00
2028	V2	Rampas internas	19	R\$ 5.800,00	R\$ 110.200,00
2028	V2	Sinalização tátil	30	R\$ 18.500,00	R\$ 555.000,00

2028	V1	Sinalização visual	45	R\$	1.850,00	R\$	83.250,00
2028	V2	Instalação de sanitários acessíveis	1	R\$	35.000,00	R\$	35.000,00
2028	V1	Mobiliário acessível	36	R\$	4.500,00	R\$	162.000,00
2028	V3	Passarelas completas acessíveis	1	R\$	350.000,00	R\$	350.000,00
2028	V3	Outros equipamentos acessíveis	5	R\$	45.000,00	R\$	225.000,00
2028	V2	Espaços de acolhimento / Jardim Sensorial	3	R\$	32.000,00	R\$	96.000,00
2028	V3	Anel Viário	1	R\$	1.537.297,20	R\$	1.537.297,20
2028	V1	Escadas	14	R\$	4.800,00	R\$	67.200,00
Total Geral			205		-	R\$ 3.805.047,20	

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.7.4 Plano de Ação 2029

A etapa final conclui as intervenções remanescentes e as ações complexas. O cronograma contempla rotas de fuga, sinalização tátil e sinalização visual. As atividades incluem a reforma de sanitários acessíveis, passarelas e equipamentos complementares de acessibilidade.

Tabela 29 - Programação das intervenções por exercício do Plano de Ação (2029).

Ano	Viabilidade	Sistema	Total de intervenções	Valor unitário	Valor total
2029	V2	Rotas de fuga acessíveis	15	R\$ 8.500,00	R\$ 127.500,00
2029	V2	Sinalização tátil	37	R\$ 18.500,00	R\$ 684.500,00
2029	V1	Sinalização visual	31	R\$ 1.850,00	R\$ 57.350,00
2029	V2	Instalação de sanitários acessíveis	15	R\$ 35.000,00	R\$ 525.000,00
2029	V3	Passarelas completas acessíveis	1	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00
2029	V3	Outros equipamentos acessíveis	5	R\$ 45.000,00	R\$ 225.000,00
Total Geral			108	-	R\$ 1.988.550,00

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.8 Resumo geral por exercício

Tabela 30 - Resumo geral da programação do Plano de Ação.

Ano	Caracterização da execução	Total de intervenções	Valor total
2026	Início da execução com ações de menor complexidade e planejamento técnico das intervenções subsequentes.	91	R\$ 446.650,00
2027	Ampliação da execução, com avanço de sistemas V1 e V2 e início controlado de ações V3	301	R\$ 3.797.350,00
2028	Consolidação das intervenções V2 e continuidade das ações V3 estruturantes.	205	R\$ 3.805.047,20
2029	Conclusão de intervenções remanescentes e de maior complexidade técnica, contratual e orçamentária.	108	R\$ 1.988.550,00
Total Geral		705	R\$ 10.037.597,20

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9 Memorial descritivo dos serviços incluídos nas estimativas

O memorial descreve os principais elementos e serviços de cada sistema de acessibilidade previsto no orçamento preliminar. Essas descrições orientam o entendimento do escopo. A etapa de elaboração dos projetos executivos e dos termos de referência detalhará ou ajustará os itens conforme a necessidade técnica.

7.9.1 Rotas de fuga acessíveis

As intervenções em rotas de fuga acessíveis contemplam adequações funcionais destinadas à melhoria das condições de evacuação e circulação segura de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Quadro 33 - Serviços incluídos em Rotas de fuga acessíveis.

Etapas	Descrição
Sinalização visual	Instalação de placas indicativas e fotoluminescentes.
Sinalização tátil	Adequações pontuais de orientação acessível.
Iluminação	Adequação da iluminação de emergência.

Circulação	Desobstrução e organização das rotas.
Pisos	Pequenos reparos e regularizações.
Segurança	Ajustes pontuais em elementos de evacuação.
Acabamento	Pintura, limpeza e testes operacionais.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.2 Passarelas completas acessíveis

As intervenções consistem na implantação de passarelas cobertas que proporcionam circulação segura, contínua e acessível entre os blocos e os setores da instituição.

Quadro 34 - Serviços incluídos em Passarelas completas acessíveis.

Etapas	Descrição
Estrutura	Execução da estrutura principal.
Cobertura	Instalação de cobertura e proteção.
Piso acessível	Execução de piso antiderrapante.
Piso tátil	Piso podotátil direcional e de alerta.
Iluminação	Implantação de iluminação acessível.
Infraestrutura elétrica	Instalações elétricas e lógica.

Drenagem	Adequação de drenagem superficial.
Sinalização	Sinalização acessível e orientativa.
Mapa tátil e totem	Implantação de mapas táteis e equipamentos de orientação quando previstos.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.3 Rampas externas

As intervenções consistem na adequação e na implantação de rampas de acesso nas áreas externas das edificações.

Quadro 35 - Serviços incluídos em Rampas externas.

Etapa	Descrição
Terreno	Regularização e preparo da área.
Estrutura	Execução de rampas em concreto.
Piso	Execução de piso antiderrapante.
Corrimãos	Instalação conforme norma.
Guarda-corpo	Proteção lateral quando necessário.
Sinalização tátil	Implantação de piso tátil.
Drenagem	Adequações superficiais.
Acabamento	Pintura, limpeza e testes.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.4 Rampas internas

As intervenções em rampas internas consistem na adequação de circulação entre ambientes, pisos e conexões internas dos blocos institucionais.

Quadro 36 - Serviços incluídos em Rampas internas.

Etapa	Descrição
Piso	Regularização de circulação.
Estrutura	Execução de rampas de conexão.
Corrimãos	Instalação conforme norma.
Desníveis	Adequações pontuais.

Sinalização tátil	Implantação de piso tátil.
Ajustes arquitetônicos	Adequações complementares.
Acabamento	Pintura e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.5 Escadas

As intervenções em escadas contemplam adequações funcionais destinadas à melhoria das condições de acessibilidade e segurança.

Quadro 37 - Serviços incluídos em Escadas.

Etapa	Descrição
Espelhos	Fechamento dos espelhos das escadas.
Sinalização horizontal	Aplicação de contraste nos degraus.
Placas acessíveis	Instalação de placas em braille.
Corrimãos	Pequenos ajustes e adequações.
Acabamento	Pintura e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.6 Sinalização tátil

As intervenções em sinalização tátil contemplam a instalação de piso podotátil direcional e de alerta nas rotas acessíveis.

Quadro 38 - Serviços incluídos em Sinalização tátil.

Etapa	Descrição
Superfície	Preparo e regularização.
Piso tátil direcional	Instalação conforme rota acessível.
Piso tátil alerta	Implantação em áreas de atenção.
Passarelas	Continuidade das rotas acessíveis.
Acabamento	Limpeza e testes.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.7 Anel Viário

As intervenções previstas para o Anel Viário consistem na execução de serviços destinados a melhorar a acessibilidade, a segurança e a circulação nas áreas externas da UFAC, com foco nos trechos utilizados por pedestres, travessias, acessos aos blocos e conexões com as rotas acessíveis da instituição.

O Anel Viário constitui um conjunto único de intervenção, que reúne os serviços originalmente previstos e novos elementos, como sinalização visual e sonora, rampas acessíveis e faixas elevadas.

Quadro 39 - Serviços incluídos em Anel Viário.

Etapa	Descrição
Serviços preliminares	Mobilização, limpeza, isolamento provisório e preparação dos locais de trabalho.
Levantamento e locação	Conferência dos pontos de intervenção, marcação de rampas, travessias e trechos de sinalização acessível.
Regularização de superfície	Correções pontuais de piso, nivelamento e recomposição de trechos danificados.
Sinalização tátil	Fornecimento e instalação de piso podotátil direcional e de alerta nas rotas e travessias.
Sinalização visual e sonora	Execução de sinalização horizontal, vertical e dispositivos de apoio à orientação acessível.
Rampas acessíveis	Execução ou adequação de rampas, com piso antiderrapante, sinalização, acabamento e integração com a rota.
Faixas elevadas	Implantação de travessias elevadas com sinalização, pintura, piso tátil e adequações superficiais.
Drenagem e acabamento	Adequações pontuais, limpeza final, testes e conferência da continuidade das rotas acessíveis.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.8 Sinalização visual

As intervenções consistem na instalação de placas padronizadas para identificação e orientação dos usuários.

Quadro 40 - Serviços incluídos em Sinalização visual.

Etapa	Descrição
Placas indicativas	Identificação de ambientes.
Braile	Sinalização tátil acessível.
Orientação	Placas de rotas e circulação.
Sanitários	Identificação acessível.
Acabamento	Instalação e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.9 Adequação de sanitário acessível

As intervenções consistem na adequação de sanitários acessíveis por meio de melhorias funcionais nos ambientes existentes.

Quadro 41 - Serviços incluídos em Adequação de sanitário acessível.

Etapa	Descrição
Barras de apoio	Instalação e substituição.
Espelhos	Adequação de altura.
Louças e metais	Ajustes e substituições pontuais.
Acessórios	Instalação conforme norma.
Portas	Ajustes e ferragens.
Sinalização	Placas acessíveis.
Acabamento	Pintura e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.10 Instalação de sanitários acessíveis

As intervenções para instalação de sanitários acessíveis consistem na implantação completa de novos ambientes sanitários adaptados.

Quadro 42 - Serviços incluídos em Instalação de sanitários acessíveis.

Etapa	Descrição
Alvenaria	Execução de divisórias.
Hidrossanitário	Instalações completas.
Elétrico	Adequações e iluminação.
Revestimentos	Piso e paredes acessíveis.
Louças e metais	Instalação de equipamentos acessíveis.
Barras de apoio	Instalação conforme norma.
Esquadrias	Porta acessível.
Sinalização	Identificação visual e tátil.
Acabamento	Pintura, limpeza e testes.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.11 Mobiliário acessível

As intervenções consistem na aquisição e na adequação de mobiliário e equipamentos acessíveis.

Quadro 43 - Serviços incluídos em Mobiliário acessível.

Etapa	Descrição
Mesas acessíveis	Instalação e adequação.
Balcões	Ajustes de altura.
Mobiliário ergonômico	Adequação funcional.
Posicionamento	Organização acessível.
Acabamento	Instalação e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.12 Espaços de acolhimento / Jardim Sensorial

As intervenções consistem na readequação de espaços destinados ao atendimento humanizado e à permanência dos usuários.

Quadro 44 - Serviços incluídos em Espaços de acolhimento/Jardim sensorial.

Etapa	Descrição
Pintura	Pintura interna.
Forro	Substituição e adequação.
Iluminação	Adequação luminotécnica.
Cortinas	Instalação de persianas e cortinas.
Mobiliário	Poltronas, mesas e ambientação.
Elétrica	Ajustes complementares.
Ambientação	Elementos decorativos e sensoriais.
Acabamento	Limpeza e organização.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.13 Vagas PcD

As intervenções consistem na adequação de vagas de estacionamento acessíveis.

Quadro 45 - Serviços incluídos em Vagas PcD.

Etapa	Descrição
Demarcação	Pintura horizontal.
Placas	Sinalização vertical.
Identificação	Vagas PcD e TEA.
Guias	Rebaixamento quando necessário.
Circulação	Ajustes de acessibilidade.
Acabamento	Pintura e limpeza.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.14 Corredores e portas

As intervenções em corredores e portas contemplam adequações funcionais destinadas à melhoria das condições de circulação acessível nos ambientes institucionais, visando garantir mobilidade, segurança e continuidade das rotas acessíveis.

Quadro 46 - Serviços incluídos em Corredores e portas.

Etapa	Descrição
Portas	Substituição e adequação de portas acessíveis.
Ferragens	Instalação de maçanetas tipo alavanca e acessórios acessíveis.
Circulação	Ajustes localizados para adequação da largura mínima de circulação.
Barreiras	Remoção pontual de obstáculos e interferências.
Pequenos reparos civis	Adequações localizadas em paredes e acabamentos.
Sinalização	Instalação de sinalização acessível complementar.
Acabamento	Pintura, limpeza e ajustes finais.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.15 Bebedouros acessíveis

As intervenções em bebedouros acessíveis contemplam adequações para uso universal.

Quadro 47 - Serviços incluídos em Bebedouros acessíveis.

Etapa	Descrição
Equipamento	Instalação de bebedouro acessível.
Hidráulica	Adequações de alimentação.
Elétrica	Ajustes complementares.
Altura	Adequação conforme norma.
Sinalização	Identificação acessível.
Acabamento	Limpeza e testes.

Fonte: Equipe técnica (2026)

7.9.16 Outros equipamentos acessíveis

As intervenções em outros equipamentos acessíveis contemplam a compra e implantação de equipamentos complementares de acessibilidade, como totem interativo, mapa tátil e dispositivos similares de orientação, comunicação e apoio à inclusão dos usuários.

Quadro 48 - Serviços incluídos em Outros equipamentos acessíveis.

Etapa	Descrição
Equipamentos complementares	Aquisição de totens interativos, mapas táteis, elementos de orientação acessível e dispositivos similares.
Comunicação acessível	Implantação de recursos de apoio à informação, identificação e orientação dos usuários.
Infraestrutura	Adequações elétricas, lógica, pontos de alimentação e demais ajustes necessários ao funcionamento.
Base e fixação	Execução de bases, suportes, fixações e estruturas de apoio.
Instalação	Montagem, posicionamento e instalação dos equipamentos nos locais definidos.
Acabamento e testes	Reparos pontuais, limpeza, ajustes finais, verificação do funcionamento e entrega em condições de uso.

Fonte: Equipe técnica (2026)

08 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento sistemático das ações previstas neste Plano de Acessibilidade é fundamental para garantir o cumprimento das metas estabelecidas e a transparência na gestão dos recursos e intervenções. Esse processo permite o acompanhamento contínuo da execução física, possibilitando ajustes estratégicos e a identificação de eventuais gargalos que possam comprometer o cronograma institucional estabelecido para o quadriênio 2026-2029.

8.1 Indicador de Monitoramento

O monitoramento e a avaliação das ações serão realizados por meio de uma planilha de controle vinculada ao plano de ações apresentado no item 6 e às intervenções previstas para o período de 2026 a 2029.

Esse instrumento permitirá acompanhar, de forma individual, a execução de cada intervenção, conforme o cronograma e a viabilidade técnica, operacional e orçamentária. A integração entre a planilha de controle e o plano de ações assegura o registro das etapas executadas e fornece informações para a avaliação do desempenho institucional por meio do indicador apresentado a seguir.

8.1.1 Percentual de intervenções realizadas

Este indicador mede o progresso da execução das intervenções previstas no Plano de Acessibilidade, com base no total de ações distribuídas entre os níveis de visibilidade e complexidade (V1, V2 e V3).

Quadro 49 - Fórmula de cálculo do indicador de monitoramento.

Fórmula	
$(n^{\circ} \text{ de intervenções realizadas}) / (\Sigma \text{ intervenções previstas no período}) \times 100$	
Descrição:	Mede o progresso físico da execução das intervenções em relação ao que foi planejado para o período correspondente
Unidade de medida:	Percentual (%) de execução no período
Periodicidade:	Anual
Interpretação:	Valores mais elevados indicam maior avanço na implementação do plano; O indicador permite comparar o planejado versus o executado, auxiliando na identificação de atrasos ou necessidade de reprogramação

Fonte: Equipe técnica (2026)

Quadro 50 - Meta anual de desempenho do indicador de monitoramento.

Ano	2026	2027	2028	2029	Total
Meta de Execução	12,9% (91)	55,6% (301)	84,7% (205)	100% (108)	705

Fonte: Equipe técnica (2026)

09 GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE

A governança do Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da Universidade Federal do Acre (UFAC) compreende o conjunto de mecanismos institucionais de liderança, estratégia e controle voltados ao planejamento, execução, monitoramento e revisão contínua das ações de acessibilidade, assegurando atuação integrada entre os diferentes setores administrativos e acadêmicos.

Com base no Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União - TCU (Brasil, 2020), a governança do Plano fundamenta-se na articulação entre instâncias administrativas e unidades acadêmicas, com vistas a garantir a transversalidade de sua execução, o alinhamento aos instrumentos institucionais de planejamento e o acompanhamento permanente dos resultados alcançados.

Nesse contexto, a acessibilidade constitui uma política institucional estratégica. Ela não se restringe à execução de adequações físicas, mas representa um elemento essencial para promover a autonomia, a segurança, a inclusão, a permanência acadêmica e a igualdade de oportunidades no ambiente universitário.

A execução e o monitoramento das ações previstas neste Plano seguem os critérios técnicos de criticidade, viabilidade e priorização estabelecidos nos capítulos anteriores. Esses critérios asseguram o alinhamento entre a governança institucional e o planejamento técnico das intervenções.

9.1 Instâncias Institucionais de Atuação

Reitoria

Compete à Reitoria promover o apoio institucional necessário à execução do Plano de Acessibilidade, acompanhar os resultados estratégicos das ações de acessibilidade, fortalecer a articulação entre as unidades administrativas e acadêmicas da Universidade e assegurar o alinhamento das ações previstas ao Planejamento Estratégico Institucional (PE 2024–2033) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025–2029).

Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento subsidiar o alinhamento do Plano de Acessibilidade aos instrumentos institucionais de planejamento, em especial ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Compete, ainda, acompanhar os indicadores estratégicos de acessibilidade, incluindo o IA-Ac — Índice de Avanço da Infraestrutura de Acessibilidade.

Pró-Reitoria de Administração (PRAD)

Compete à Pró-Reitoria de Administração prestar apoio administrativo à execução das ações previstas no Plano de Acessibilidade, especialmente nos processos de contratação de obras e serviços, aquisição de mobiliário acessível, tecnologias assistivas e demais procedimentos administrativos relacionados à infraestrutura de acessibilidade da Universidade.

Prefeitura do Campus

Compete à Prefeitura do Campus coordenar as ações relacionadas à infraestrutura física de acessibilidade da Universidade. Entre suas atribuições estão a realização de levantamentos técnicos, a elaboração e a análise de projetos de acessibilidade, o acompanhamento e a fiscalização de obras e serviços, bem como a consolidação das informações e dos indicadores sobre a execução das intervenções previstas neste Plano.

Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI)

Compete ao Núcleo de Apoio à Inclusão atuar como unidade consultiva e de apoio técnico às ações de acessibilidade institucional. Entre suas atribuições estão a identificação das demandas da comunidade acadêmica, a avaliação das intervenções propostas e o fortalecimento das políticas de inclusão e permanência das pessoas com deficiência.

Comissão Permanente de Acessibilidade

Compete à Comissão Permanente de Acessibilidade acompanhar a

execução das ações previstas neste Plano, avaliar os indicadores e os resultados, emitir recomendações técnicas sobre a acessibilidade institucional, contribuir para o monitoramento e a atualização periódica do Plano e participar, quando cabível, da avaliação das intervenções executadas.

A Comissão Permanente de Acessibilidade será composta por representantes da Reitoria, da Pró-Reitoria de Planejamento, da Pró-Reitoria de Administração, da Prefeitura do Campus, do Núcleo de Apoio à Inclusão, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação, assegurada a representação de pessoas com deficiência da comunidade acadêmica.

A composição da Comissão poderá ser ampliada com a participação de representantes de outras unidades administrativas, acadêmicas e técnicas da Universidade, conforme a natureza das demandas e das ações de acessibilidade institucional.

As unidades responsáveis pela execução e pelo monitoramento do Plano atuarão de forma integrada, observadas as respectivas competências administrativas e o alinhamento entre o planejamento institucional, a gestão da infraestrutura, a inclusão, a permanência acadêmica e o monitoramento das ações previstas.

9.2 Execução e Fiscalização Qualificada

Nos processos de acompanhamento, fiscalização e recebimento de obras, serviços e adequações previstos neste Plano, a Comissão Permanente de Acessibilidade participará, quando cabível, das intervenções de maior relevância institucional ou que envolvam ambientes de uso coletivo, grande circulação de pessoas ou atendimento direto à comunidade acadêmica.

A participação da Comissão Permanente de Acessibilidade terá caráter consultivo e técnico. A Comissão contribuirá para a avaliação das condições de acessibilidade das soluções executadas e poderá apresentar recomendações e subsídios às unidades responsáveis pela fiscalização, pela gestão e pelo recebimento contratual.

A atuação da Comissão complementa as competências legais e administrativas dos fiscais, dos gestores de contratos, das comissões de recebimento e das demais unidades responsáveis pela execução contratual. Essa atuação ocorrerá de forma integrada e orientada ao aprimoramento das condições de acessibilidade da infraestrutura física da Universidade.

9.3 Acessibilidade em Novas Obras, Reformas e Ampliações

Com o objetivo de prevenir a criação de novas barreiras arquitetônicas e assegurar a incorporação da acessibilidade desde a fase de planejamento das intervenções físicas da Universidade, os projetos de construção, ampliação, reforma, adequação e demais obras de engenharia deverão observar os requisitos estabelecidos na legislação vigente e nas normas técnicas aplicáveis à acessibilidade.

A Prefeitura do Campus deverá promover, durante a elaboração ou análise dos projetos arquitetônicos e complementares, a verificação da conformidade das soluções propostas com os princípios da acessibilidade, desenho universal e eliminação de barreiras, observadas as disposições da Lei nº 13.146/2015, da ABNT NBR 9050 e das demais normas complementares aplicáveis.

Sempre que necessário, a Comissão Permanente de Acessibilidade e o Núcleo de Apoio à Inclusão poderão ser consultados para contribuir com a avaliação funcional das soluções propostas, especialmente nos projetos de maior relevância institucional ou que envolvam ambientes de uso coletivo, circulação intensa de pessoas ou atendimento direto à comunidade acadêmica.

Os estudos preliminares, projetos básicos, projetos executivos e demais documentos técnicos relacionados às intervenções de infraestrutura deverão incorporar, sempre que tecnicamente viável, soluções que ampliem as condições de acessibilidade, autonomia, segurança e utilização dos espaços por todas as pessoas.

A observância dos critérios de acessibilidade nas novas obras e intervenções constitui medida estratégica para a redução de custos futuros

de adequação, para a melhoria contínua da infraestrutura universitária e para o fortalecimento da política institucional de inclusão e permanência.

9.4 Integração com o Planejamento Institucional

As ações previstas no Plano de Acessibilidade deverão observar alinhamento permanente com os instrumentos institucionais de planejamento, orçamento e gestão da Universidade, de modo a fortalecer a integração entre acessibilidade, infraestrutura, inclusão e desenvolvimento institucional.

Nesse contexto, as diretrizes, prioridades e ações previstas neste plano deverão subsidiar, especialmente:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Planejamento Estratégico Institucional;
- Plano de Contratações Anual;
- Planejamento de obras e manutenção;
- Proposta orçamentária anual;
- Demais planos institucionais relacionados à infraestrutura, acessibilidade e inclusão.

A integração entre acessibilidade, planejamento e orçamento constitui condição essencial para a execução progressiva, sustentável e institucionalmente articulada das ações previstas neste plano.

9.5 Monitoramento e Revisão do Plano

O Plano de Acessibilidade da Infraestrutura Física da UFAC deverá ser monitorado continuamente, considerando os indicadores institucionais de acessibilidade, a evolução das intervenções executadas e os mecanismos de acompanhamento previstos neste plano.

O monitoramento das ações deverá observar, dentre outros aspectos:

- Evolução das adequações e intervenções executadas;
- Cumprimento das metas e indicadores institucionais;
- Atualização das normas técnicas e legislações aplicáveis;
- Alterações na infraestrutura institucional;
- Surgimento de novas demandas da comunidade acadêmica;
- Disponibilidade orçamentária e operacional da Universidade.

As ações previstas neste Plano de Acessibilidade serão acompanhadas por meio de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), realizadas preferencialmente de forma semestral, com a finalidade de monitorar a evolução das intervenções executadas, acompanhar indicadores institucionais relacionados à acessibilidade, avaliar desafios operacionais e subsidiar processos de revisão, atualização e priorização das ações previstas no plano.

A revisão periódica do plano visa assegurar sua atualização permanente, compatibilidade com as necessidades institucionais da Universidade e alinhamento contínuo entre acessibilidade, planejamento institucional e gestão da infraestrutura física.

Os processos de monitoramento e revisão deverão ocorrer de forma integrada entre as unidades envolvidas na governança do plano, observadas suas competências administrativas e institucionais.

9.6 Transparência e Participação Social

A execução do Plano de Acessibilidade deverá observar os princípios da transparência, participação social e diálogo institucional, promovendo mecanismos de acompanhamento e interação com a comunidade universitária.

A Universidade buscará fortalecer processos participativos relacionados às ações de acessibilidade, por meio de consultas, reuniões, rodas de conversa e demais instrumentos institucionais voltados ao acompanhamento e aprimoramento contínuo das condições de aces-

sibilidade da infraestrutura física universitária.

A Universidade buscará utilizar a Ouvidoria Institucional e outros instrumentos específicos de acompanhamento e participação social como canais contínuos de escuta da comunidade acadêmica, possibilitando o recebimento de demandas, sugestões e apontamentos relacionados às condições de acessibilidade da infraestrutura física universitária, contribuindo para o monitoramento permanente e aperfeiçoamento das ações previstas neste plano.

O Plano de Acessibilidade, bem como os indicadores, metas e avanços relacionados à sua execução, será disponibilizado nos canais institucionais da Universidade, especialmente na área da Prefeitura do Campus no sítio eletrônico da UFAC, de modo a possibilitar o acompanhamento contínuo das ações previstas neste plano pela comunidade acadêmica e fortalecer os mecanismos de transparência ativa e controle social.

A participação da comunidade acadêmica, especialmente das pessoas com deficiência, constitui elemento fundamental para o monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento das ações previstas neste plano, contribuindo para o fortalecimento de uma universidade progressivamente mais acessível, inclusiva e alinhada aos princípios da equidade, autonomia e dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 1 jul. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jul. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 1 jul. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050:2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ANEXOS

Anexo I - [Relatório Técnico Completo por Sistema](#)

Anexo II - [Registro Fotográfico](#)

Anexo III - [Relatório de Coleta](#)

Anexo IV - [Metadados](#)

Anexo V - [Questionário Institucional](#)



www.ufac.br
